



RPA always
has been
the best
solution

Relatório de Gestão

2010

Índice

1. Introdução	4
2. Organização do Município	5
2.1 Assembleia Municipal – Órgão Deliberativo.....	5
2.2 Câmara Municipal – Órgão Executivo.....	6
3. Recursos Humanos.....	8
3.1 Introdução.....	8
3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2005/2009	8
Análise de dados por Vínculo:.....	9
Caracterização dos Recursos Humanos segundo vínculo/ grupo profissional/ género	10
Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência.....	11
Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade	11
Caracterização dos Recursos Humanos segundo o Vínculo, Género e as Habilidades Literárias	12
3.3 Absentismo	14
3.4 Recrutamento e Selecção	15
3.5 Formação Profissional	16
3.6 Iniciativa de Emprego 2009	17
Contratos Emprego -Inserção:	18
Estágios Qualificação -Emprego:	18
Estágios Profissionais e Curriculares.....	19
Situação Económica/ Financeira	20
Introdução	20
4. Análise da Execução Orçamental.....	21
4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado.....	21
4.2 Receita.....	27
Estrutura e Evolução	27
Execução Orçamental	33
4.3 Despesa.....	37
Estrutura e Evolução	37
Execução Orçamental Despesa.....	45
Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)	47
Despesa com o Pessoal.....	49
Fundo Social Municipal	54
Transferências Correntes e de Capital	56
Montantes recebidos pelas Juntas de Freguesia:.....	57
Aquisição de Bens de Capital	58
4.4 Saldo Gerência – Resumo Fluxos de Caixa	62
4.5 Indicadores Estatísticos	63
4.6 Endividamento	64
Limite Legal de Empréstimos de Médio e Longo Prazo	64
Limite Legal Endividamento Líquido Municipal	665

5. Balanço e Demonstração de Resultados	69
Balanço	69
Demonstração de Resultados	75
Custos	76
Proveitos.....	76
6. Aplicação de Resultados	79
7. Factos relevantes ocorridos após o exercício	80
8 - Contabilidade de Custos.....	81
9. Considerações Finais	84

1. Introdução

O Órgão Executivo apresenta em conformidade com a alínea e) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro as contas relativas ao exercício de 2010.

O dimensionamento deste relatório dá cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), bem como ao ponto 13 das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL).

A prestação de contas no seio da Administração Local e no âmbito do actual regime contabilístico, é o momento de balanço de toda a actividade desenvolvida pelo Executivo ao longo do ano de 2010, em respeito pelas suas atribuições e competências definidas ao abrigo da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

O impacto destas actividades são reflectidas em sede deste Relatório de Gestão e nas demais Demonstrações Financeiras exigidas por lei, nomeadamente os Mapas de Execução Orçamental, Mapa de Fluxos de Caixa, Balanço, Demonstração de Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras.

Em função do relato financeiro da situação económica e financeira do Município de Arganil, os demais parceiros exercerão variadas formas de controlo: Político (Assembleia Municipal), Administrativo (Direcção Geral das Autarquias Locais, Inspecção Geral da Administração Local, ...), Jurisdicional (Tribunal de Contas) e Social (Municípios e Público em Geral)

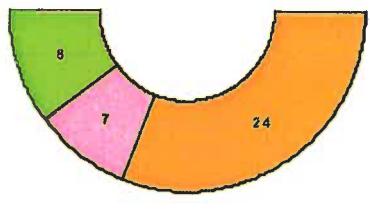
Dos conteúdos objecto do Relatório de Gestão, destacam-se os dados relativos aos meios humanos, e à situação financeira, relevando a execução orçamental através do qual são disponibilizadas informações sobre a execução das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2010, com especial destaque para a execução das Grandes Opções do Plano.

Recorreu-se à elaboração de quadros e gráficos para melhor evidenciar os dados tratados em cada capítulo. Para uma melhor percepção e comparação das variáveis mais significativas da gestão Municipal apresentam-se também elementos relativos à execução de anos anteriores.

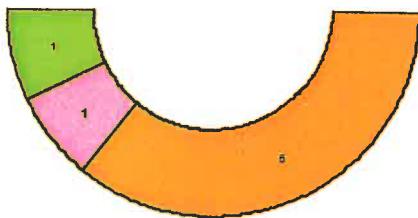
2. Organização do Município

2.1 Órgãos de Administração do Município 2010-2013

Assembleia Municipal
Presidente
José Eugénio Dias Ferreira



Câmara Municipal
Presidente da Câmara
Ricardo Pereira Alves



Assembleia Municipal Órgão Deliberativo

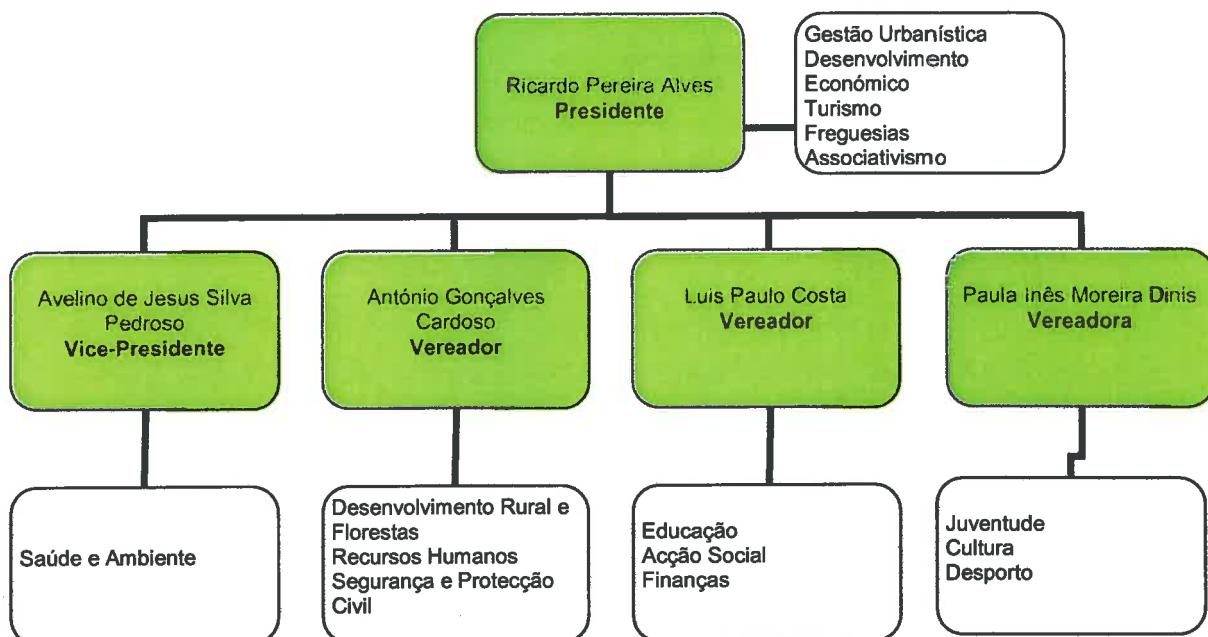
De acordo com o estipulado na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Arganil, órgão deliberativo do Município, é constituída por 39 membros, dos quais 21 são eleitos directamente e os restantes 18 são Presidentes de Junta de Freguesia, que também a integram.

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010, a Assembleia Municipal realizou 5 sessões ordinárias: 27 de Fevereiro, 17 de Abril, 19 de Junho, 25 de Setembro e 18 de Dezembro.

Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para além do Presidente, a Câmara Municipal de Arganil é composta por 6 vereadores, uma vez que o Município tem menos de 50.000 eleitores.

Durante o ano de 2010 a Câmara Municipal efectuou 26 reuniões ordinárias e 4 reuniões extraordinárias.



Vereadores sem Pelouros Atribuídos



Pessoal do Gabinete de Apoio à Presidência:

Chefe de Gabinete: Paulo José Gomes Rodrigues, Eng.
Secretária: Maria José de Oliveira Nobre

3. Recursos Humanos

3.1 Introdução

O ano de 2010 foi profundamente marcado pelo contexto de mudança que atravessa a Administração Pública portuguesa, não deixando de fora os Municípios, que assim exigiram mais da sua organização e dos seus trabalhadores.

A concretização das medidas de austeridade focalizou-se também no âmbito da gestão das pessoas e dos serviços e foi imperioso a Autarquia adaptar-se aos diversos regimes do emprego público que foram vigorando, intensificar a utilização das tecnologias da informação e comunicação, revalorizar as metodologias da nova gestão pública e focalizar cada vez mais o serviço público para os cidadãos tendo em conta, porém, a excepcionalidade dos recrutamentos efectuados.

A estratégia da gestão de recursos humanos do Município de Arganil no ano de 2010 foi direcionada para a consolidação da despesa na área, a dotação de maior estabilidade e equilíbrio na rotação do pessoal e para a apostila na melhoria das competências e qualificação dos seus trabalhadores para a prestação de serviços ao munícipe com maior qualidade.

A caracterização dos recursos humanos do Município de Arganil, aferida a 31/12/2010, evidencia o anterior e as crescentes responsabilidades da Autarquia, consequentes da prossecução das suas atribuições e competências.

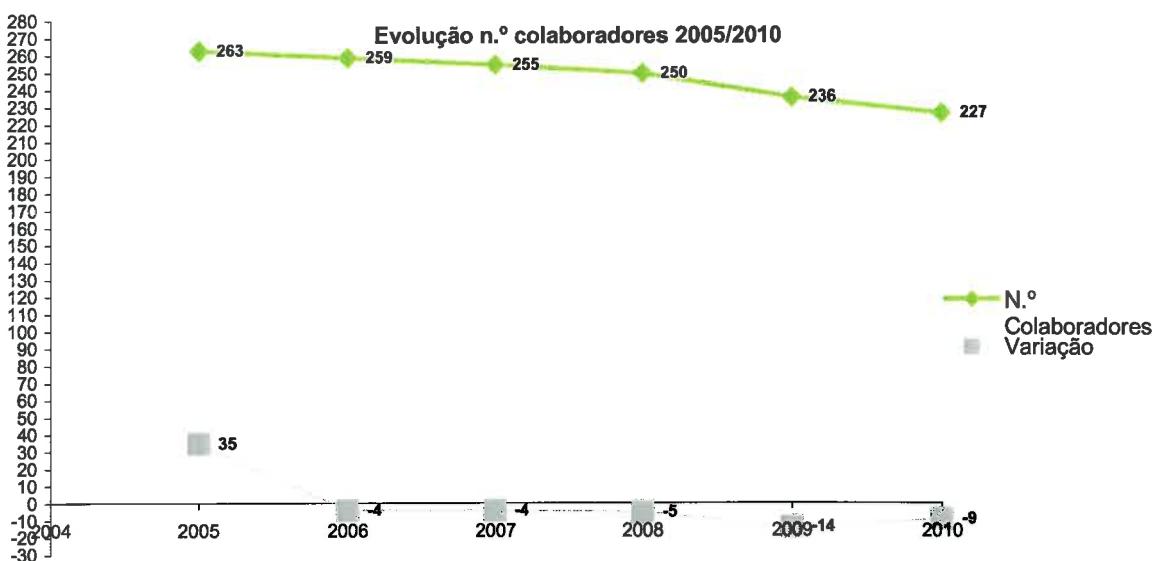
3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2005/2009

Ao longo dos últimos seis anos foi registada uma diminuição do pessoal ao serviço da Autarquia.

Relativamente ao ano de 2010, verificou-se um decréscimo de 9 trabalhadores, perfazendo 227.

Quadro Comparativo 2005/2010

	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.	2010	Var.
Nomeação Definitiva	202	200	-2	186	-14	185	-1	178	-7	200	0
Contrato Administrativo de Provimento	4	1	-3	0	-1	0	0	0	0	200	0
Contrato de Trabalho por tempo indeterminado	0	2	2	11	9	22	11	22	0	0	0
Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo	48	41	-7	41	0	40	-1	33	-7	25	-8
Requisições a Outros	1	1	0	1	0	0	-1	0	0	0	0
Requisições para Outros	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0
Destacamentos	0	0	0	2	2	0	-2	0	0	0	0
Cedência Especial CMA	0	1	1	1	0	0	-1	0	0	1	-1
Cedência Especial Outros	0	1	1	1	0	1	0	2	0	1	-1
Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)	7	11	4	12	1	1	-11	1	0	1	0
	262	258	-4	255	-3	250	-5	236	-14	227	-9



Análise de dados por Vínculo:

- Colaboradores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado = 88,11%;
- Colaboradores em regime de contrato de trabalho com termo resolutivo certo = 11,01%;
- Colaboradores em regime de contratos de prestação de serviços = 0,44%;
- Colaboradores em regime de mobilidade interna = 0,44%.

Do quadro comparativo acima apresentado verifica-se que em 2010 existiu uma diminuição no número de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo, facto originado pela verificação de que alguns destes postos de trabalho satisfaziam necessidades permanentes do serviço e que essas devem ser solucionadas pela Autarquia com relações jurídicas de emprego público sem termo. Consequentemente alguns desses postos de trabalho foram convertidos em postos de trabalho caracterizados com contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, compensado o seu acréscimo com a tendência da desvinculação dos trabalhadores da Administração Pública através da saída por aposentação, quer antecipada, quer por situações de invalidez e para exercício em outras entidades públicas ou privadas.

Atendendo às actividades cometidas à Autarquia na área da Educação, verifica-se que 44% dos trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo desempenham funções nesse âmbito e 20% são trabalhadores que exercem as suas actividades sob a supervisão das Juntas de Freguesia.

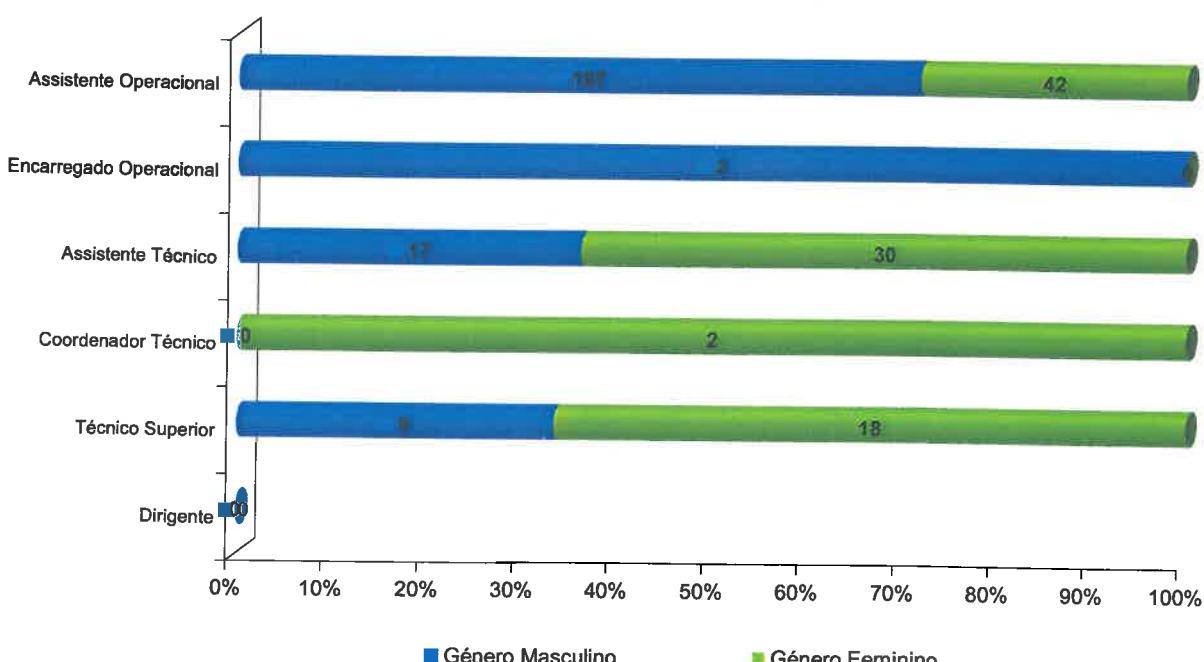
A situação existente do colaborador em regime de prestação de serviços na área de advocacia é excepcional e persiste nos termos obrigatórios por lei.

Caracterização dos Recursos Humanos segundo vínculo/ categoria/ género

Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	6	16	22
Coordenador Técnico	0	2	2
Assistente Técnico	17	28	45
Encarregado Operacional	2	0	2
Assistente Operacional	96	34	130
Total	121	80	201

Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	3	2	5
Coordenador Técnico	0	0	0
Assistente Técnico	0	2	2
Encarregado Operacional	0	0	0
Assistente Operacional	11	8	19
Total	14	12	26

N.º de Colaboradores total do Município por género e por categorial





Quanto ao género, 59% dos recursos humanos do Município de Arganil são do género masculino e 41% do género feminino, sublinhando-se que 79,26% dos trabalhadores do género masculino pertencem à categoria de Assistente Operacional, 63,83% dos trabalhadores da categoria de Assistente Técnico e 66,67% dos trabalhadores da categoria de Técnico Superior são do género feminino.

Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência

Analisando agora os recursos humanos quanto ao grau de deficiência, verifica-se que dos 227 colaboradores do Município de Arganil, 0,88% são portadores de grau de deficiência.

Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência			
Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	0	0	0
Coordenador Técnico	0	0	0
Assistente Técnico	0	0	0
Encarregado Operacional	0	0	0
Assistente Operacional	1	1	2
Total	1	1	2

Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade

Considerando o quadro seguinte, verifica-se que 64,75% dos trabalhadores do Município de Arganil possuem entre 36 e 55 anos de idade e nesse intervalo, 61,90% são colaboradores do género masculino. Por outro lado, nos intervalos inferiores a 36 anos, mais de metade dos colaboradores são do género feminino. A média etária dos colaboradores ronda os 50 anos. De acordo com a presente estrutura etária e considerando o tempo de serviço de cada

colaborador, é de esperar que nos próximos 5 anos cessem o seu vínculo por aposentação antecipada ou invalidez 2 colaboradores por ano.

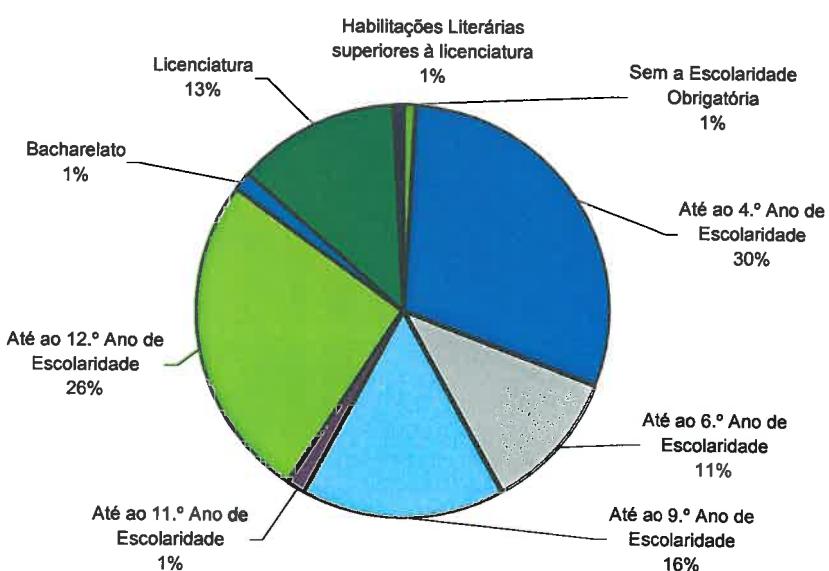
Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade

Intervalo de Idades	CTFP por tempo indeterminado		Cont. Trabalho com termo resolutivo certo		Prestações de Serviços		Mobilidades Internas		Total Masculino	Total Feminino	
	M	F	M	F	M	F	M	F			Total
(18-25)	0	0	1	3	0	0	0	0	1	3	4
(26-35)	13	21	4	3	0	0	0	0	17	24	41
(36-45)	29	30	3	4	0	0	0	1	32	35	67
(46-55)	54	20	4	2	1	0	0	0	59	22	81
(56-65)	25	8	1	0	0	0	0	0	26	8	34
(66-70)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	121	79	13	12	1	0	0	1	135	92	227

Caracterização dos Recursos Humanos segundo o Vínculo, Género e as Habilidades Literárias

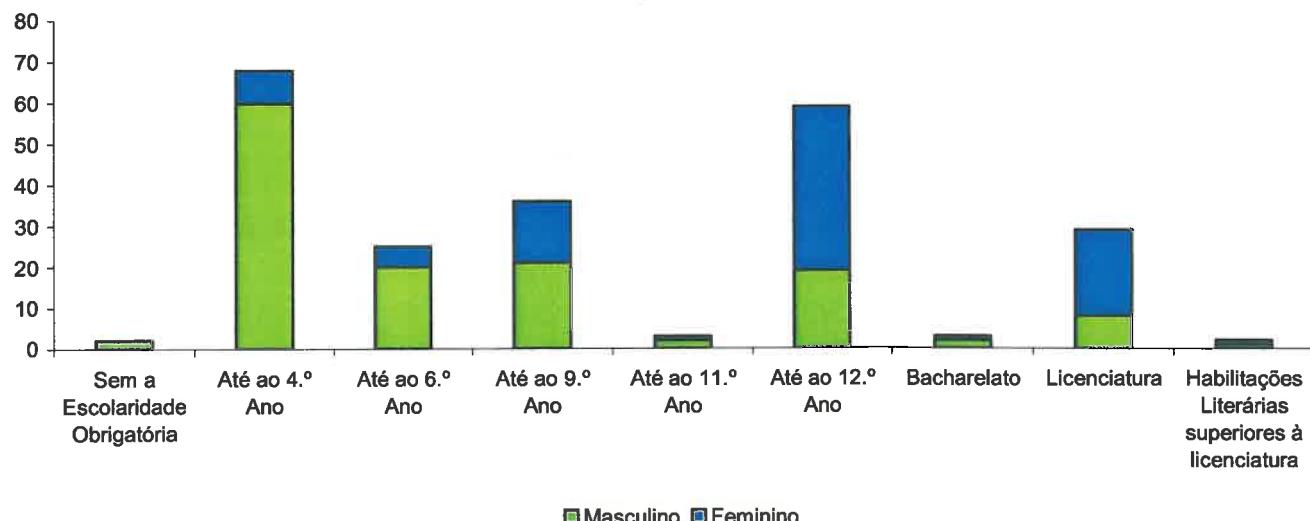
Habilidades Literárias	Contrato de trabalho em FP por tempo indeterminado		Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo		Prestações de Serviços		Mobilidades Internas		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Sem Escolaridade Obrigatória	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Até ao 4.º Ano	56	7	4	1	0	0	0	0	60	8	68
Até ao 6.º Ano	17	4	3	1	0	0	0	0	20	5	25
Até ao 9.º Ano	19	12	2	3	0	0	0	0	21	15	36
Até ao 11.º Ano	2	1	0	0	0	0	0	0	2	1	3
Até ao 12.º Ano	17	36	2	4	0	0	0	0	19	40	59
Bacharelato	1	1	1	0	0	0	0	0	2	1	3
Licenciatura	6	17	1	3	1	0	0	1	8	21	29
Habilidades Literárias superiores à licenciatura	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Total	121	79	13	12	1	0	0	1	135	92	227

Estrutura Habilacional dos Colaboradores do Município de Arganil



Da estrutura habilitacional da Autarquia podemos aferir que 29,51% dos seus colaboradores possuem até ao 1º ciclo do ensino básico, 11,01% detêm o 2º ciclo e 15,86% têm o 3º ciclo. 27,31% dos trabalhadores possuem até ao 12º ano de escolaridade e 13,67% possuem habilitações literárias de nível superior. Verifica-se que quanto maior for o grau de habilitações literárias, maior é a quantidade de trabalhadores do género feminino.

Estrutura Habilitacional dos colaboradores do Município por género



3.3 Absentismo

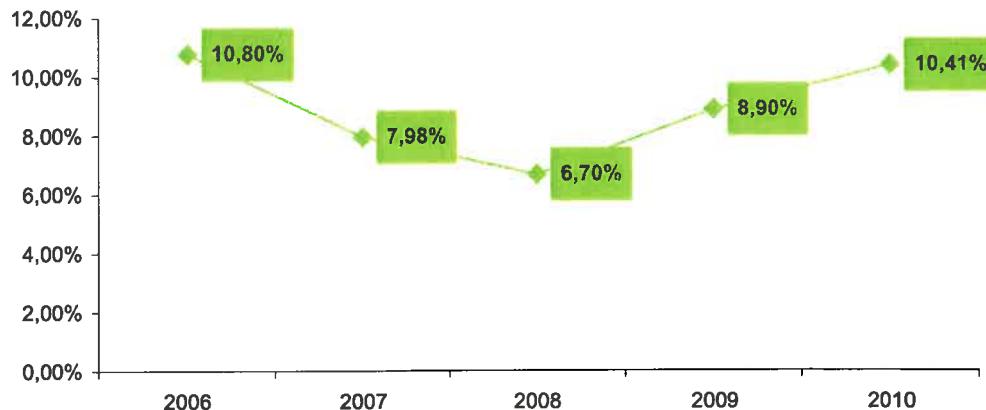
Absentismo	N.º de ausências/ ano (em dias)	%
Designação da ausência		
Falta por Greve	58	1,12%
Falta por Actividade Sindical	3	0,06%
Falta por Casamento	15	0,29%
Dispensa Consulta pré-natal	25	0,48%
Dispensa para avaliação para adopção	2	0,04%
Faltas e licenças por maternidade	752	14,53%
Faltas e licenças por paternidade	214	4,13%
Cons.Médicas ou Tratamento Ambula com menores de 10 Anos	37	0,71%
Faltas por motivos não imputáveis ao trabalhador	1	0,02%
Faltas para provas de concursos	5	0,10%
Cons.Médicas ou Tratamento Ambulatório com Familiares	105	2,03%
Falta por Falecimento Familiar	61	1,18%
Faltas por Doença	2763	53,39%
Faltas por Doença (Internamento)	16	0,31%
Falta Assistência Familiares	27	0,52%
Faltas Assist.Familiares maiores 12 anos	8	0,15%
Faltas Assist.Familiares menores 12 anos	54	1,04%
Faltas por Acidente de Serviço	501	9,68%
Faltas Consultas Médicas	197	3,81%
Faltas ao abrigo Estatuto Trabalhador Estudante	110,5	2,14%
Faltas Cumprimento Obrigações Legais	6	0,12%
Doação de Sangue	1	0,02%
Acompanhamento Escolar	13,5	0,26%
Descanso compensatório por prestação de trabalho extraordinário	132	2,55%
Auto-formação profissional	18,5	0,36%
Formação profissional por iniciativa do MA	50	0,97%
Total	5175,5	100,00%

Tendo em consideração a informação atrás exposta, importa calcular a taxa de absentismo referente ao ano de 2010, considerando os seguintes factores: valor médio de dias de trabalho anual (220), o total de colaboradores, excepto os prestadores de serviços, da Autarquia em 2010 (226) e o total de faltas registado no mesmo ano (5.175,5).

A taxa de absentismo da Autarquia em 2010 situou-se nos 10,41%.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução das taxas de absentismo nos últimos cinco anos:

Evolução das Taxas de Absentismo



As ausências que maior peso tiveram no absentismo do ano 2010 foram as motivadas por doença, maternidade e paternidade, acidentes em serviço, consultas médicas e estatuto de trabalhador-estudante, conforme percentagens representadas no quadro anterior.

As ausências que congregaram um número maior de colaboradores foram para além daquelas que têm maior peso na taxa de absentismo, as motivadas por greve (44 colaboradores).

As ausências para autoformação profissional são relativas a 12 colaboradores e neste âmbito foram frequentadas 19 acções de formação profissional.

Comparativamente com o ano de 2009, a taxa de absentismo subiu 1,51% tendo sido as faltas motivadas por doença, maternidade e paternidade e greve que mais contribuíram para esse aumento.

3.4 Recrutamento e Selecção

Durante o ano de 2010 foram abertos e desenvolvidos os seguintes procedimentos concursais:

Contratos em funções públicas por tempo indeterminado					
Abertura	Tipo	Categoria	Área Funcional	Nº de postos de trabalho	Local de Trabalho
04-03-10			Finanças Públicas	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
05-03-10	Comum de recrutamento		Engenharia Florestal	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
05-03-10		Técnico Superior	Animação Socioeducativa	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
05-03-10		Assistente Operacional	Acção Educativa	3	Estabelecimentos escolares de S. Martinho da Cortiça, Pomares e Folques

Contratos de trabalho em funções públicas por tempo determinado

Abertura	Tipo	Categoría	Área Funcional	Nº de postos de trabalho	Local de Trabalho
08-03-2010	Comum de recrutamento	Técnico Superior	Engenharia Civil	1	Divisão de Gestão Urbanística
			Direito	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
			Turismo	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
		Assistente Operacional	Acção Educativa	3	Estabelecimentos escolares de Pomares, S. Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira
			Serviços Gerais	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
			Limpeza e vias municipais	2	Freguesia de Arganil e Freguesia de Vila Cova de Alva
			Águas	2	
			Tractorista	1	Divisão de Gestão Urbanística

3.5 Formação Profissional

Os seguintes dados referem-se a formação profissional e programas de treino ministrados pela iniciativa da Autarquia e, de acordo com estes, cada colaborador recebeu, em média, 26,95 horas de formação profissional em 2010, num volume de 6091 horas de formação profissional, excluindo neste cômputo as 238,5 horas de autoformação profissional caracterizadas anteriormente. Os dados anteriores representam o esforço municipal em dotar os seus recursos humanos de competências suficientes para o desempenho eficiente, eficaz e qualitativo das suas funções.

Formação 2010					
Área de Formação	Designação da Acção	Duração Horas	Nº de partic.	Entidade Formadora	Obs.
Jurídica	O novo regime jurídico da reorganização das Autarquias Locais	7	1	DGAL	Form. In.
	O regime de erros, omissões e trabalhos a mais no CCP	14	1	GAP	Aperf.
	Urbanização e Edificação	12	1	ATAM	Aperf.
	O novo regime jurídico da urbanização e da edificação	7	13	CEFA	Aperf.
Balcão Único	Regime geral das contra-ordenações	7	2	CEFA	Form. In.
	Regime jurídico dos serviço municipais de águas e resíduos: os novos desafios	7	1	Entidade Reg.serviços de águas e resíduos	Form. In.
	SGA - módulo de atendimento	14	6	MA	Prog.treino
Gestão	Sistema de inventário e cadastro patrimonial - fecho do ano	21	1	AIRC	Aperf.
	Gestão Financeira nas Freguesias da Região Centro	12	1	CCDRC	Form. In.
	Roadshow do Sistema Nacional de Compras Públicas	8	1	ANCP	Aperf.
	Gestão de Contratos Públicos	14	2	AIRC	Form. In.
	Seguros nas Autarquias	7	1	Plurivalor	Form. In.
Informática	Adobe Illustrator CS4	45	1	Flag	Form. In.
	Serviços On-Line	7	2	Digital	Form. In.
	Gestão Documental	7	89	Ambisig	Form. In.
	Sistema de controlo de empreitadas	21	3	AIRC	Form. In.
	CA ARCserve r15 - Altimate	16	1	Altimate	Form. In.
Biblioteca	Bibliotecas Escolares e Bibliotecas Municipais: sinergias para o sec. XXI	7	1	UTAD	Aperf.
	Como incentivar nas crianças o gosto pela leitura	7	1	DGLB	Form. In.
	Programa de Catálogos Colectivos da rede de Bibliotecas Escolares	7	1	Rede de Bibliotecas Escolares	Aperf.
	Livros Provocadores	7	3	DGLB	Form. In.
Planeamento	Mobilidade Eléctrica: o Veículo	7	2	IMTT	Form. In.
Acção Social e Educação	Perturbações Alimentares: obesidade, bulimia e anorexia nervosa	7	1	CPCJ - MA	Form. In.
	Conferência "Maus Tratos Infantis"	3,5	3	CPCJ - MA	Aperf.
	Novos (PÉR) Cursos de Vida	3,5	1	CPCJ - MA	Form. In.
	Workshop Plano B - Rede Social	6	1	Instituto da Segurança Social	Aperf.
Ambiente e Floresta	Promover o melhor clima das escolas - dos problemas às soluções	3,5	2	Centro Form. de associação de escolas coimbra interior	Aperf.
	Sistema de gestão de informação de incêndios florestais	7	1	Autoridade Florestal Nacional	Form. In.
	Jornadas Técnicas sobre Responsabilidade Ambiental dos Agentes Económicos	3	1	Ordem dos Engenheiros	Form. In.
	Etica e Deontologia do serviço público	25	107	IEFP	Form. In.
Recursos Humanos	Segurança, higiene e saúde no trabalho	25	90	IEFP	Form. In.
Total		344,5	342		

3.6 Iniciativa de Emprego 2010

A Iniciativa Emprego 2010 integrou um conjunto de medidas que visaram, no contexto particular da crise económica internacional e da situação do mercado de trabalho, estimular a criação de emprego e promover a inserção profissional de desempregados, missão à qual o Município de Arganil aderiu promovendo:

Contratos Emprego -Inserção:

A promoção de contratos emprego -inserção é direcionada para desempregados beneficiários de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego ou rendimento social de inserção e pressupõe a realização, durante um período máximo de 12 meses, de actividades socialmente úteis tendo em vista promover as competências socioprofissionais e a manutenção do contacto com o mundo do trabalho dos desempregados, evitando o seu risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização. O Município de Arganil promoveu no ano de 2010, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 37 projectos neste âmbito:

Contratos Emprego - Inserção

Área de actividade	Género e Nº de colaboradores		Tipo	Observações
	M	F		
Limpeza e conservação de espaços públicos	10	1		9 concluídos e 1 em curso
Acção educativa	2	10	Contratos Emprego-inserção	Concluídos
Serviços Gerais	0	6		Concluídos
Tratador de animais	1	0		Concluído
Pedreiro	1	0		Concluído
Limpeza e conservação de espaços públicos	3	3	Contratos Emprego-inserção +	3 Concluídos e 3 em curso
Total	17	20	*	4 Projectos em curso e 32 concluídos

Estágios Qualificação -Emprego:

Os estágios qualificação -emprego dirigem-se a desempregados, à procura do primeiro ou novo emprego, com 35 ou mais de idade, têm a duração de 12 meses e visam facilitar a inserção ou reconversão de desempregados, nomeadamente dos que obtiveram uma qualificação há menos de 3 anos, complementando as novas competências através de formação prática em contexto laboral. O Município de Arganil promoveu no ano de 2010, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 11 estágios, a saber:

Estágios Qualificação - Emprego

Área de actividade	Género e Nº de colaboradores		Locais de trabalho	Observações
	M	F		
Jardinagem	1	6	Vila de Arganil	3 em curso e 4 Concluídos
Serviços Gerais	0	1	Divisão de Administração Geral e Financeira	Concluído
Administrativa	0	1	Agrupamento de Escolas de Arganil	Concluído
Acção Educativa	0	2	Centro Escolar de S. Martinho da Cortiça e estabelecimentos escolares de Pomares	2 Concluídos
Total	1	10	*	3 Projectos em curso e 8 concluídos

Estágios Profissionais e Curriculares

No ano de 2010, o Município de Arganil proporcionou 3 estágios profissionais, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais para a Administração Local (3^a Edição), financiados pela tipologia de intervenção 5.2 do Programa Operacional Potencial Humano do Quadro de Referência Estratégico Nacional e acolheu também vários estágios curriculares, consolidando o papel social e educacional que a Autarquia detém e oferecendo, sempre que possível, oportunidade aos jovens para acrescerem a sua formação em contexto de trabalho através do contacto e do serviço na organização municipal.

Estágios Profissionais		
Área do Estágio	Duração	Nº de estagiários
Engenharia Informática		1
Direito	12 meses	1
Engenharia Civil		1
Total		3

Estágios Curriculares		
Área do Estágio	Nº de estagiários	Entidade Formadora
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	2	
Técnico de Secretariado	2	
Técnico de Turismo Ambiental e Rural	3	
Técnico de Manutenção industrial/electromecânica, nível III	1	
Técnico de Informática e Gestão	1	
Electricidade	2	
Técnico de animação sociocultural	2	
Técnico de Turismo	1	
Técnico de Turismo cultural e ambiental	2	ADEPTOLIVA
Turismo e Ruralidade	2	
Técnico ambiental e rural	1	IEFP
Técnico de organização de eventos	1	
Técnico de Animação Cultural	1	Instituto Politécnico de Viseu
Operador de Informática	1	Escola Básica nº2 Arganil
Práticas administrativas	2	FormAjuda
Operador de Jardinagem	1	Escola Secundária de Oliveira do Hospital
Técnico de turismo ambiental e rural	2	Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra
Técnico de Saúde Ambiental	4	Conclusão
Técnico de Topografia	2	
Total	33	

Situação Económica/ Financeira

Introdução

O presente capítulo do Relatório de Gestão do Município de Arganil, vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à actividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2010.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam, e permite uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da Autarquia, através do estudo da evolução e da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2010.

Tendo por base esta documentação, elaborada de acordo com as considerações técnicas explicitadas no POCAL, torna-se obrigatório sublinhar a problemática do endividamento, por força do disposto na nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º2/2007, de 15 Janeiro e no Orçamento de Estado.

4. Análise da Execução Orçamental

O Orçamento do Município de Arganil para 2010 foi elaborado segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e segundo o classificador orçamental definido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Foi aprovado, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, respectivamente, em 02 e 19 de Dezembro de 2009.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2010, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projectos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários a sua execução.

4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado

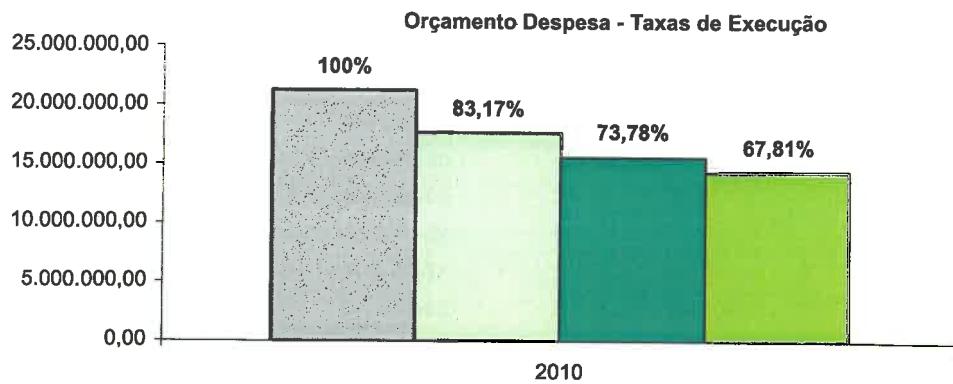
O Orçamento Inicial da Receita para 2010 foi aprovado com um valor total de 21.207.698,00€ dos quais 8.691.798,00€ diziam respeito ao montante de receitas correntes previstas e 12.515.900,00€ respeitavam às receitas de capital estimadas.

A receita total cobrada totalizou a importância de 14.860.727,84€ registando uma taxa de execução, relativamente ao valor orçamentado, de 70,07%.

O Orçamento da Despesa foi aprovado com um montante de 21.207.698,00€, correspondendo 8.691.798,00€ às despesas correntes e 12.515.900,00€ às despesas de capital. A taxa de execução dos pagamentos situou-se em 67,81%.

A análise da variação entre orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização das previsões efectuadas, nomeadamente da capacidade da autarquia em materializar os projectos constantes no Plano e Orçamento.

A taxa de execução orçamental global, de cerca de 83% verificada na óptica do compromisso, demonstra que do total da Despesa que inicialmente a autarquia se tinha proposto realizar, grande parte estava efectivamente em fase de finalização ou a decorrer á data de 31-12-2010. Devido às transferências comunitárias, e ao contrário do que era expectável, não terem acompanhado este esforço da autarquia, a execução na perspectiva do pagamento ficou nos 67,81%, valor para o qual contribuiu o Empréstimo de Médio e Longo Prazo para Saneamento Financeiro.



Os totais do orçamento inicial e final mantiveram-se inalterados, visto não ter existido nenhuma revisão orçamental no exercício. Analisando rubrica a rubrica, constata-se alterações dentro das despesas correntes e dentro das despesas de capital, em resultado das 10 alterações orçamentais verificadas durante o ano de 2010, que tiveram como objectivo ajustar as previsões orçamentais.

Execução Orçamental

	Orçamento			Execução		
	Início	Final	Variação	Valor	Desvio	%
Receita						
01- Impostos directos	1.242.731,00	1.242.731,00	0,00	1.201.067,17	-41.663,83	96,65%
02- Impostos indirectos	57.489,00	57.489,00	0,00	23.616,23	-33.872,77	41,08%
04 - Taxas multas e outras penalidades	243.988,00	243.988,00	0,00	299.559,06	55.571,06	122,78%
05 - Rendimentos de propriedade	1.138.700,00	1.138.700,00	0,00	888.637,67	-250.062,33	78,04%
06 - Transferências correntes	4.689.640,00	4.689.640,00	0,00	4.586.706,09	-102.933,91	97,81%
07 - Venda de bens e serviços correntes	847.593,00	847.593,00	0,00	800.028,31	-47.564,69	94,39%
08 - Outras receitas correntes	471.657,00	471.657,00	0,00	26.856,28	-444.800,72	5,69%
Total das Receitas Correntes	8.691.798,00	8.691.798,00	0,00	7.826.470,81	-865.327,19	90,04%
09 - Venda de bens de capital	1.040.000,00	440.000,00	600.000,00	15.750,00	-424.250,00	3,58%
10 - Transferências capital	9.296.896,00	7.796.896,00	1.500.000,00	2.908.202,57	-4.888.693,43	37,30%
12 - Passivos financeiros	0,00	4.100.000,00	-4.100.000,00	4.100.000,00	0,00	100,00%
13 - Outras receitas de capital	2.178.504,00	178.504,00	2.000.000,00	4.153,67	-174.350,33	2,33%
Total das Receitas de Capital	12.515.400,00	12.515.400,00	0,00	7.028.106,24	-5.487.293,76	56,16%
15 - Reposições não abatidas aos pag.	500,00	500,00	0,00	6.150,79	5.650,79	1230,16%
Total da Receita	21.207.698,00	21.207.698,00	0,00	14.860.727,84	-6.346.970,16	70,07%
Despesa						
01 - Despesas com pessoal	4.248.598,00	3.942.298,00	306.300,00	3.836.955,39	-105.342,61	97,33%
02 - Aquisição de bens e serviços	3.441.700,00	3.620.050,00	-178.350,00	3.177.081,10	-442.968,90	87,76%
03 - Juros e outros encargos	85.500,00	129.500,00	-44.000,00	118.567,38	-10.932,62	91,56%
04 - Transferências correntes	476.000,00	475.450,00	550,00	445.074,58	-30.375,42	93,61%
06 - Outras despesas correntes	440.000,00	524.500,00	-84.500,00	489.898,60	-34.601,40	93,40%
Total das despesas correntes	8.691.798,00	8.691.798,00	0,00	8.067.577,05	-624.220,95	92,82%
07 - Aquisição de bens de capital	11.330.900,00	11.235.900,00	95.000,00	5.283.902,18	-5.951.997,82	47,03%
08 - Transferências de capital	580.000,00	720.000,00	-140.000,00	496.822,42	-223.177,58	69,00%
09 - Activos financeiros	50.000,00	5.000,00	45.000,00	0,00	-5.000,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	550.000,00	550.000,00	0,00	532.155,31	-17.844,69	96,76%
11 - Outras despesas de capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	-5.000,00	0,00%
Total das despesas de capital	12.515.900,00	12.515.900,00	0,00	6.312.879,91	-6.203.020,09	50,44%
Total da Despesa	21.207.698,00	21.207.698,00	0,00	14.380.456,96	-6.827.241,04	67,81%

Relativamente às alterações orçamentais ocorreram nas seguintes datas:

Alterações Orçamentais	Data
1.ª Alteração	04-01-2010
2.ª Alteração	24-02-2010
3.ª Alteração	17-05-2010
4.ª Alteração	06-07-2010
5.ª Alteração	03-09-2010
6.ª Alteração	22-10-2010
7.ª Alteração	17-11-2010
8.ª Alteração	20-12-2010
9.ª Alteração	28-12-2010
10.ª Alteração	30-12-2010

As alterações ao orçamento não modificaram significativamente a sua estrutura, como é evidenciado no quadro seguinte:

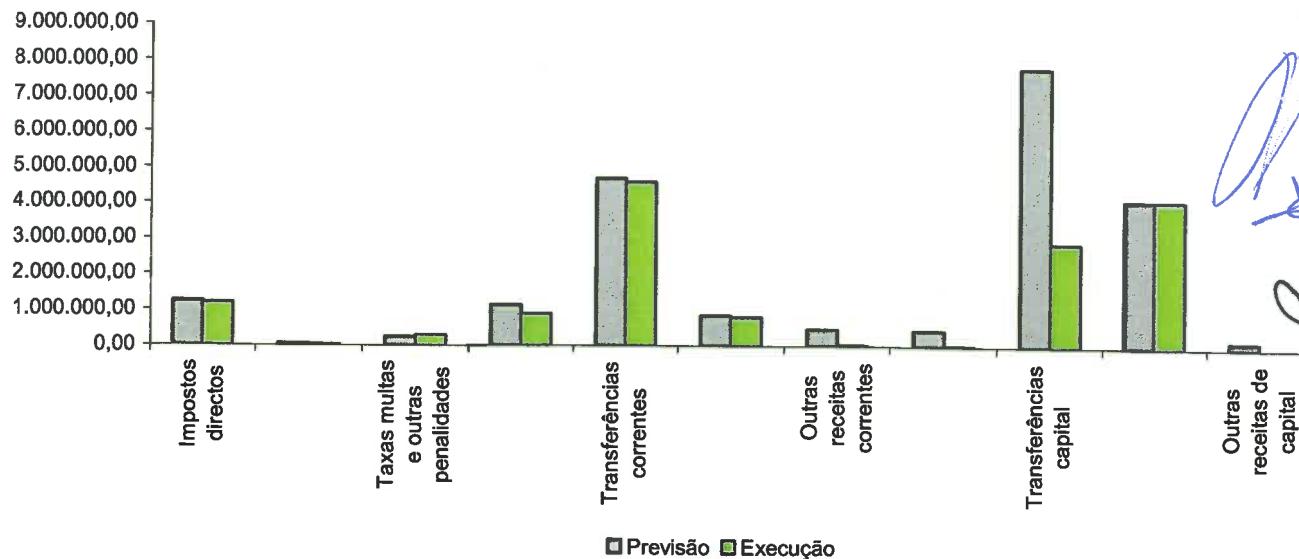
Designação	Dotação Inicial		Alterações		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Anulações	Valor	%	Valor	%
1. Despesas Correntes	8.691.798,00	40,98%	983.050,00	983.050,00	8.691.798,00	40,98%	0,00	0,00%
1.1 Pessoal	4.248.598,00	20,03%	150.000,00	456.300,00	3.942.298,00	18,59%	-306.300,00	-7,21%
1.2 Aquisição de Bens	821.800,00	3,88%	5.000,00	129.600,00	697.200,00	3,29%	-124.600,00	-15,16%
1.3 Aquisição de Serviços	2.619.900,00	12,35%	601.000,00	298.050,00	2.922.850,00	13,78%	302.950,00	11,56%
1.4 Juros e Outros Encargos	85.500,00	0,40%	65.000,00	21.000,00	129.500,00	0,61%	44.000,00	51,46%
1.5 Transferências Correntes	476.000,00	2,24%	54.050,00	54.600,00	475.450,00	2,24%	-550,00	-0,12%
1.6 Outras Desp. Correntes	440.000,00	2,07%	108.000,00	23.500,00	524.500,00	2,47%	84.500,00	19,20%
2. Despesas de Capital	12.515.900,00	59,02%	1.144.700,00	1.144.700,00	12.515.900,00	59,02%	0,00	0,00%
2.1 Terrenos	200.000,00	0,94%	380.000,00	70.000,00	510.000,00	2,40%	310.000,00	155,00%
2.2 Edifícios	4.562.000,00	21,51%	367.000,00	110.000,00	4.819.000,00	22,72%	257.000,00	5,63%
2.3 Construções Diversas	5.987.500,00	28,23%	170.500,00	795.700,00	5.362.300,00	25,28%	-625.200,00	-10,44%
2.4 Material de Transporte	40.000,00	0,19%		15.000,00	25.000,00	0,12%	-15.000,00	-37,50%
2.5 Equip./ Soft. Informático	195.400,00	0,92%	23.000,00	54.000,00	164.400,00	0,78%	-31.000,00	-15,86%
2.6 Equip. Administrativo	20.000,00	0,09%	10.200,00	5.000,00	25.200,00	0,12%	5.200,00	26,00%
2.7 Equipamento Básico	296.000,00	1,40%	54.000,00	40.000,00	310.000,00	1,46%	14.000,00	4,73%
2.8 Ferramentas e Utensílios	20.000,00	0,09%		10.000,00	10.000,00	0,05%	-10.000,00	-50,00%
2.9 Invest. Incorpóreos	10.000,00	0,05%			10.000,00	0,05%	0,00	0,00%
2.10 Transfer. de Capital	580.000,00	2,73%	140.000,00		720.000,00	3,39%	140.000,00	24,14%
2.11 Activos Financeiros	50.000,00	0,24%		45.000,00	5.000,00	0,02%	-45.000,00	-90,00%
2.12 Passivos Financeiros	550.000,00	2,59%			550.000,00	2,59%	0,00	0,00%
2.13 Outras Desp. Capital	5.000,00	0,02%			5.000,00	0,02%	0,00	0,00%
Total Despesas (1)+(2)	21.207.698,00	100%	2.127.750,00	2.127.750,00	21.207.698,00	100%	0,00	0%

Verifica-se que ocorreram movimentações inter-rubricas, representadas por reforços no valor de 2.127.750,00 € e por anulações de igual valor.

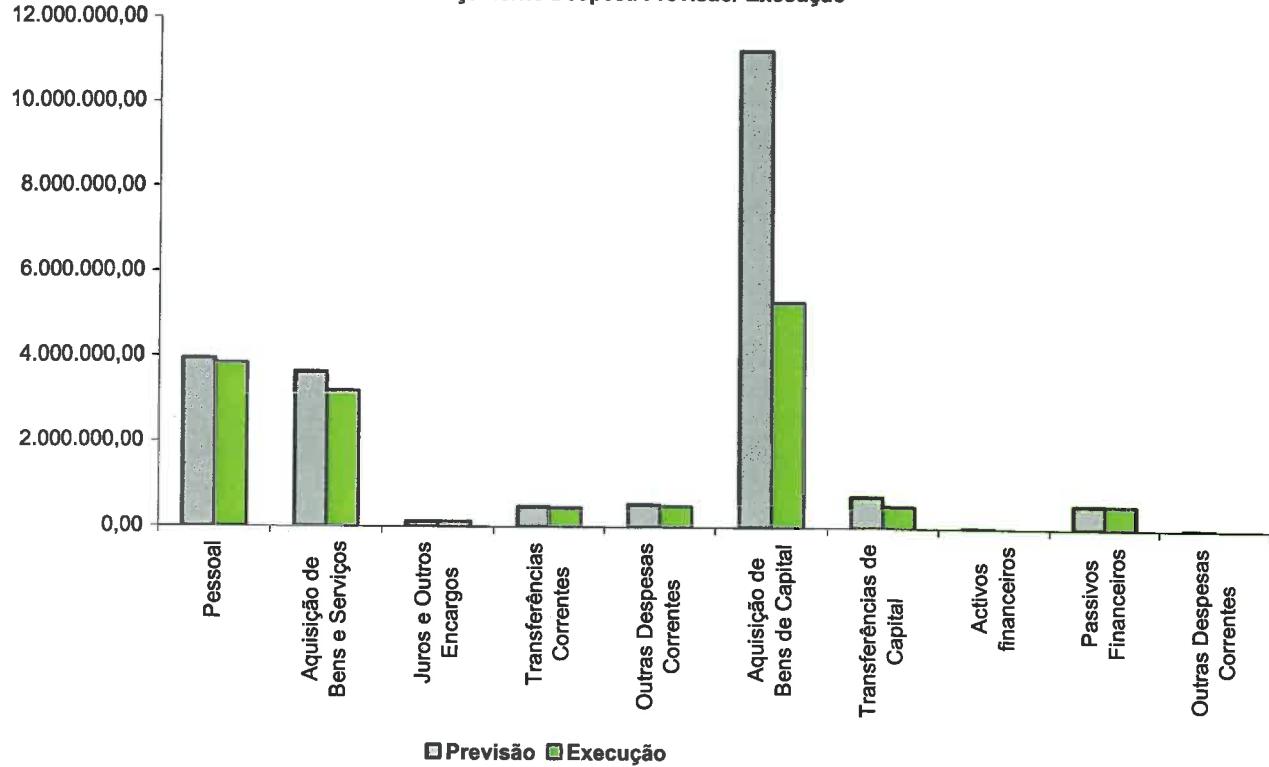
É possível concluir ainda que as variações líquidas orçamentais mais significativas, em termos de valores absolutos, ocorreram na aquisição de serviços, em termos correntes, e construções diversas, em termos de capital.

Relativamente ao Orçamento Municipal sendo um documento de natureza previsional, a sua execução implica naturalmente a existência de diferenças. Estas divergências em cada uma das rubricas da Receita e da Despesa encontram-se expostas nos gráficos seguintes.

Orçamento da Receita Previsão/ Execução



Orçamento Despesa Previsão/ Execução

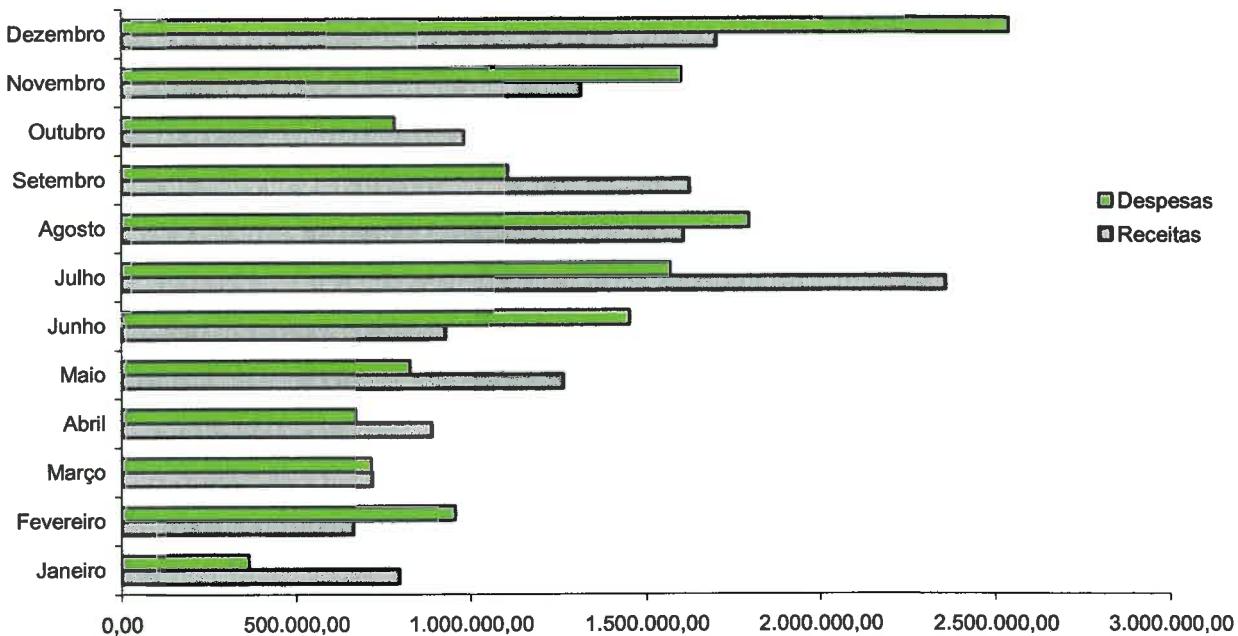


O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano:

Evolução das Receitas e Despesas 2010

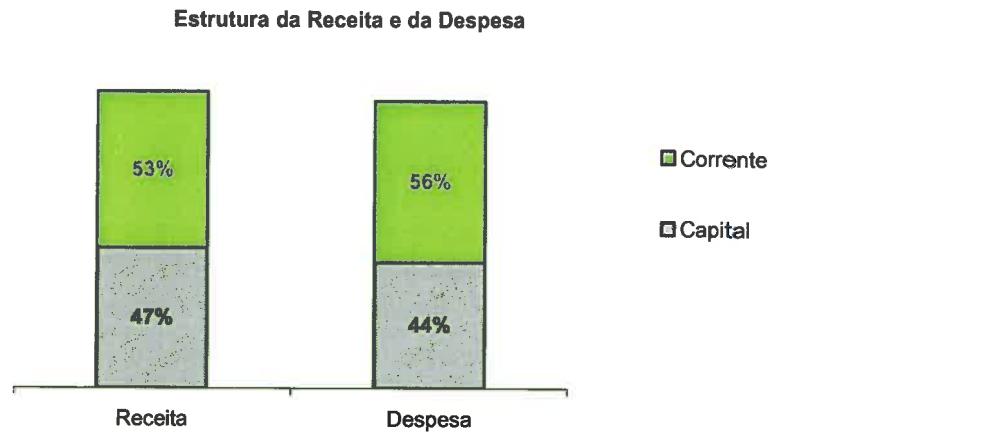
Mês	Receitas				Despesas		
	Correntes	Capital	Outras Receitas	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	581.385,51	214.528,83	0,00	795.914,34	356.099,45	8.452,76	364.552,21
Fevereiro	455.978,12	206.993,00	0,00	662.971,12	628.792,89	324.966,10	953.758,99
Março	513.038,25	206.791,89	0,00	719.830,14	465.012,29	251.196,65	716.208,94
Abril	681.785,59	207.201,24	0,00	888.986,83	605.913,58	66.550,87	672.464,45
Maio	1.013.959,06	250.630,59	0,00	1.264.589,65	433.352,33	394.331,61	827.683,94
Junho	651.854,81	278.329,87	0,00	930.184,68	876.776,26	575.430,52	1.452.206,78
Julho	651.513,95	1.707.941,13	0,00	2.359.455,08	788.083,41	782.232,14	1.570.315,55
Agosto	108.321,43	1.500.000,00	0,00	1.608.321,43	590.652,99	1.205.099,45	1.795.752,44
Setembro	1.011.182,84	615.622,91	0,00	1.626.805,75	533.321,16	572.362,31	1.105.683,47
Outubro	751.434,39	231.101,87	0,00	982.536,26	493.004,91	289.765,13	782.770,04
Novembro	675.930,13	634.863,22	6.098,49	1.316.891,84	758.693,98	842.650,17	1.601.344,15
Dezembro	730.086,73	974.101,69	52,30	1.704.240,72	1.537.873,80	999.842,20	2.537.716,00
Total	7.826.470,81	7.028.106,24	6.150,79	14.860.727,84	8.067.577,05	6.312.879,91	14.380.456,96

Evolução da Receita/ Despesa -2010



Do quadro e gráfico acima é possível verificar que os valores da receita e da despesa paga, foram bastante próximos, sendo o da primeira superior ao da segunda.

O gráfico em baixo mostra a estrutura da Receita e da Despesa, segundo uma óptica corrente e de capital. Verifica-se que as rubricas de natureza corrente são superiores às de capital, sendo a da despesa superior à da receita, com 56% e 53% respectivamente. Este facto deve-se à contratação do empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro cuja receita foi considerada na totalidade de capital e serviu para pagar em parte despesas correntes.



EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O princípio do equilíbrio orçamental, previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que instituiu o POCAL, disposto na alínea e) do ponto 3.1.1, obriga a que as autarquias cumpram o princípio do equilíbrio orçamental: “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”. A aplicação desta regra permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

Da aplicação desta norma, resultou no ano de 2010, uma poupança corrente negativa de (- 241.106,24€), reflectindo o jáatrás referido de que, sendo a receita do empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro, considerada uma receita de capital e servindo parte desse valor para pagar despesas correntes, origina tal diferencial.

Equilíbrio Orçamental	2006	2007	2008	2009	2010
Receitas Correntes	6.737.788,80	7.508.189,11	7.585.728,55	7.990.460,39	7.826.470,81
Despesas Correntes	6.994.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05
Poupança Corrente	-257.033,33	630.644,78	308.889,63	1.034.162,15	-241.106,24

Do quadro verifica-se que, apenas nos anos em que houve lugar à contratação de empréstimo de Médio e Longo Prazo para Saneamento Financeiro não se cumpriu o Princípio do Equilíbrio Orçamental.

4.2 Receita

Estrutura e Evolução

O ano de 2010 ficou marcado pelo início de uma crise económica e financeira que o país atravessa.

O governo tendo em vista o cumprimento dos objectivos, assumidos a nível comunitário fez aprovar a Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, a qual veio aprovar um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), e que estipula no seu artigo 13º uma redução das transferências para as autarquias.

Estas medidas fortemente penalizadoras para as autarquias, nomeadamente as pequenas autarquias, como Arganil, para as quais as transferências do Orçamento do Estado representam cerca de 50% das receitas totais, provocaram uma diminuição da sua capacidade financeira e de tesouraria.

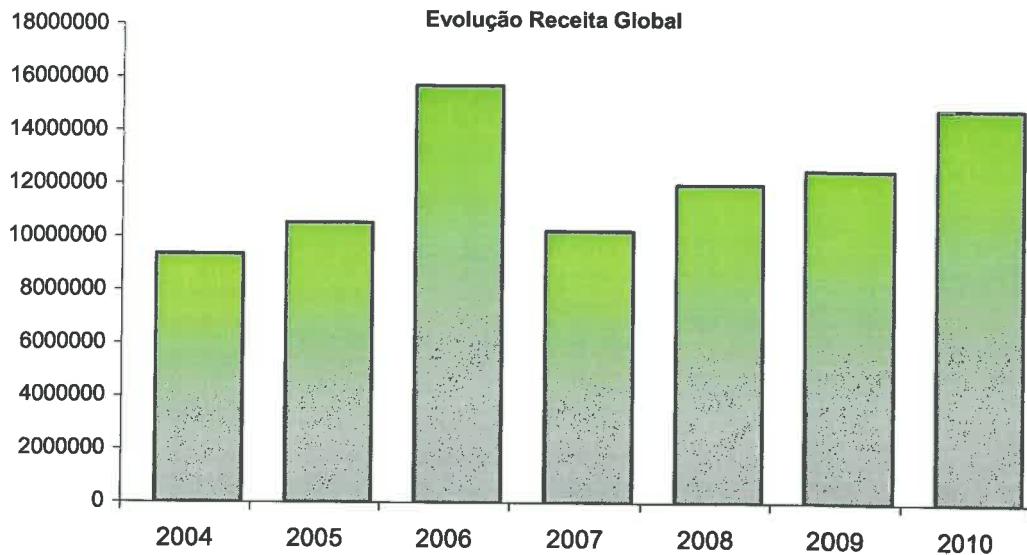
Podemos verificar no quadro seguinte a variação que as reduções das transferências representaram para o Município de Arganil.

Transferências Orçamento do Estado		Variação		
Recebidas	Prevista Orçamento para 2010 do Município			
	6.757.646,00	-97.241,00	-1,44%	
6.660.405,00	Previstas Orçamento de Estado 2010 (Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril)	6.922.466,00	-262.061,00	-3,79%
	Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho	6.660.405,00	0,00	0,00%

Da análise do quadro anterior verifica-se que o montante recebido a título de transferências do Orçamento do Estado foi menos 1,44% do valor previsto no Orçamento inicial do Município (aprovado em reunião de Câmara de 02/12/2009 e em Assembleia Municipal de 19/12/2009), e menos 3,79% do valor previsto no Orçamento de Estado de 2010.

No exercício de 2010, a receita arrecadada totalizou a importância de 14.854.577,05€ (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos) e apresentou um crescimento face a 2009 de 2.330.883,45€ (18,61%), decorrente da utilização do empréstimo de médio e longo prazos para saneamento financeiro. A receita efectiva cobrada (excluindo os passivos financeiros) registou uma diminuição de 1.769.116,55€ (-14%).

Analizando a evolução global das receitas constata-se uma tendência de crescimento. Os picos das receitas verificaram-se em 2006 e agora em 2010 consequência da contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiro nestes dois anos.



Do total da receita arrecadada, 7.826.470,81€ (52,69%) dizem respeito à receita corrente e 7.028.106,24€ (47,31%), à receita de capital. Verifica-se assim que, a estrutura da receita se mantém, revelando um peso superior das receitas correntes em relação às receitas de capital.

Município de Arganil

Relatório de Gestão – 2010

Designação	2008					2009					2010					Var 09/2010	
	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	%	Valor	%	
Total da Receita Corrente	7.585.723,55	100,00%	63,29%	7.990.460,39	100,00%	63,80%	7.826.470,81	100,00%	52,69%	-163.989,58	-2,05%						
Imposto Municipal sobre Imóveis/ Contr. Autárquica	817.799,60	10,78%	6,82%	799.779,02	10,01%	6,39%	875.200,20	11,18%	5,89%	75.421,18	9,43%						
Imp. Único de Circulação/ IMV	122.426,96	1,61%	1,02%	141.225,08	1,77%	1,13%	151.045,09	1,93%	1,02%	9.820,01	6,95%						
IMT	426.738,21	5,63%	3,56%	205.815,22	2,58%	1,64%	174.821,88	2,23%	1,18%	-30.993,34	-15,06%						
Impostos indirectos específicos das Autarquias	57.567,49	0,76%	0,48%	27.158,07	0,34%	0,22%	23.616,23	0,39%	0,16%	-3.541,84	-13,04%						
Taxas, Multas e Outras Penalidades	213.634,99	2,82%	1,78%	280.839,20	3,51%	2,24%	299.559,06	3,83%	2,02%	18.719,86	6,67%						
Rendimentos de propriedades	605.936,09	7,99%	5,06%	1.156.845,35	14,48%	9,24%	888.637,67	11,35%	5,98%	-268.207,68	-23,18%						
Participações do Município nos Impostos do Estado	3.918.273,00	51,65%	32,69%	4.115.708,00	51,51%	32,86%	4.149.743,00	53,02%	27,94%	34.035,00	0,83%						
Outras Transferências	534.890,74	7,05%	4,46%	421.200,41	5,27%	3,36%	436.963,09	5,58%	2,94%	15.762,68	3,74%						
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	833.133,77	10,98%	6,95%	809.211,03	10,13%	6,46%	800.028,31	10,22%	5,39%	-9.182,72	-1,13%						
Outras Receitas Correntes	55.327,70	0,73%	0,46%	32.679,01	0,41%	0,26%	26.856,28	0,34%	0,18%	-5.822,73	-17,82%						
Total Receita de Capital	4.399.496,74	100,00%	36,71%	4.533.233,21	100,00%	36,20%	7.028.106,24	100,00%	47,31%	2.494.873,03	55,04%						
Venda de Bens de Investimento	72.430,71	1,65%	0,60%	171.667,00	3,79%	1,37%	15.750,00	0,22%	0,11%	-155.917,00	-90,83%						
Participações do Município nos Impostos do Estado	2.360.608,00	53,66%	19,70%	2.477.117,00	54,64%	19,78%	2.510.662,00	35,72%	16,90%	33.545,00	1,35%						
Outras Transferências	1.853.525,16	42,13%	15,47%	1.856.743,16	40,96%	14,83%	397.540,57	5,66%	2,68%	-1.459.202,59	-78,59%						
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	4.100.000,00	58,34%	27,60%	4.100.000,00	0,00%						
Outras Receitas de Capital	112.932,87	2,57%	0,94%	27.706,05	0,61%	0,22%	4.153,67	0,06%	0,03%	-23.552,38	-85,01%						
Total das Receitas sem Reposições	11.985.225,29	100%		12.523.693,60	100%		14.854.577,05	100%		2.330.883,45	18,61%						
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	1.186,34			5.557,57			6.150,79			593,22	9,64%						
Total das Receitas	11.986.411,63			12.529.251,17			14.860.727,84			2.331.476,67	18,61%						

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada no quadro seguinte:

Evolução das Receitas correntes cobradas no período de 2008 a 2010

Designação	2008 Valor	2009 Valor	2010 Valor	Var 09/10 Valor	Var 09/10 %
1. Impostos Directos	1.366.964,77	1.146.819,32	1.201.067,17	54.247,85	4,73%
Imposto Municipal sobre Imóveis/ Contr.					
Autárquica	817.799,60	799.779,02	875.200,20	75.421,18	9,43%
Imp. Único de Circulação/ IMV	122.426,96	141.225,08	151.045,09	9.820,01	6,95%
IMT	426.738,21	205.815,22	174.821,88	-30.993,34	-15,06%
2. Impostos indirectos específicos das Autarquias	57.567,49	27.158,07	23.616,23	-3.541,84	-13,04%
Mercados e Feiras	36.372,59	1.743,44	2.014,45	271,01	15,54%
Loteamentos e Obras	194,75	68,75	718,55	649,80	945,16%
Ocupação da Via Pública	6.168,10	4.993,40	4.700,65	-292,75	-5,86%
Publicidade	11.630,35	14.704,83	12.048,87	-2.655,96	-18,06%
Saneamento empresas	3.201,70	5.647,65	4.133,71	-1.513,94	-26,81%
3. Taxas, Multas e Outras Penalidades	213.634,99	280.839,20	299.559,06	18.719,86	6,67%
Mercados e Feiras	13.832,48	51.600,39	47.027,32	-4.573,07	-8,86%
Loteamentos e Obras	69.548,67	72.051,37	51.720,13	-20.331,24	-28,22%
Ocupação da Via Pública	7.225,51	7.960,12	8.312,62	352,50	4,43%
Caça, uso e porte de arma	19,50	42,00	64,29	22,29	53,07%
Saneamento - Tx de conservação	67.753,85	87.137,63	90.526,02	3.388,39	3,89%
Outras	24.947,84	22.530,80	26.192,32	3.661,52	16,25%
Juros de Mora	6.388,41	2.295,61	1.756,48	-539,13	-23,49%
Juros compensatórios	0,00	2.400,88	2.530,03	129,15	5,38%
Coimas e Penalidades por contra ordenações	0,00	18.365,31	13.020,50	-5.344,81	-29,10%
Multas e Penalidades Diversas	23.918,73	16.455,09	58.409,35	41.954,26	254,96%
4. Rendimentos de propriedades	605.936,09	1.156.845,35	888.637,67	-268.207,68	-23,18%
Bancos e Outras Instituições financeiras	38.296,26	4.053,19	1.883,88	-2.169,31	-53,52%
Empresas Municipais e Intermunicipais	1.673,44	17.790,63	6.491,04	-11.299,59	-63,51%
Edifícios	113.023,54	83.599,44	115.659,36	32.059,92	38,35%
Bens de Domínio Público	356.503,42	736.259,92	494.302,78	-241.957,14	-32,86%
Outros	96.439,43	315.142,17	270.300,61	-44.841,56	-14,23%
5. Transferências Correntes	4.453.163,74	4.536.908,41	4.586.706,09	49.797,68	1,10%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.540.913,00	3.715.675,00	3.765.995,00	50.320,00	1,35%
Fundo Social Municipal	221.610,00	232.195,00	222.063,00	-10.132,00	-4,36%
Participação Variável no IRS	155.750,00	167.838,00	161.685,00	-6.153,00	-3,67%
Outras	233.736,48	159.243,20	143.950,45	-15.292,75	-9,60%
Estado-Particip.comunit.projects co-financiados	19.417,31	12.474,74	57.596,74	45.122,00	361,71%
Serviços e fundos autónomos	260.370,49	215.294,41	173.932,72	-41.361,69	-19,21%
Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	2.948,02	15.290,82	42.585,94	27.295,12	178,51%
Segurança social	18.418,44	18.897,24	18.897,24	0,00	0,00%
6. Venda de Bens e Serviços Correntes	833.133,77	809.211,03	800.028,31	-9.182,72	-1,13%
Venda de Bens	331.947,52	374.198,98	381.062,88	6.863,90	1,83%
Venda de Serviços	407.528,34	371.199,20	363.227,81	-7.971,39	-2,15%
Rendas	93.657,91	63.812,85	55.737,62	-8.075,23	-12,65%
7. Outras Receitas Correntes	55.327,70	32.679,01	26.856,28	-5.822,73	-17,82%
Total	7.585.728,55	7.990.460,39	7.826.470,81	-163.989,58	-2,05%

No exercício de 2010, as receitas correntes decresceram 2,05% (menos 163.989,58€), comparativamente a 2009, sendo as variações negativas mais significativas provenientes dos agregados Rendimentos de Propriedade (menos 268.207,68€).

Os Impostos Directos cobrados, no valor de 1.201.067,17€, totalizaram mais 54.247,85€ (4,73%), apesar do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) apresentar diminuição de 30.993,34€ (-15,06%). Importa referir que a receita de IMT cobrada em 2010 foi inferior aos valores arrecadados nos anos 2008 e 2009.

No ano de 2010, os Impostos Indirectos cobrados totalizaram a importância de 23.616,23€ representando menos 3.541,84€ do que no ano anterior. Também estes impostos verificaram uma cobrança inferior à dos anos de 2008 e 2009.

As Taxas, Multas e Outras Penalidades registaram um acréscimo de 18.719,86€, como resultado do aumento da cobrança de multas e penalidades diversas. Esta situação ficou a dever-se a cobrança de multas respeitantes a incumprimento de empreiteiro na execução de obra Municipal.

A rubrica -Rendimentos de Propriedade totalizou a importância de 888.637,67€, tendo sido registado nesta rubrica, entre outras receitas:

- A Renda relativa à concessão do património da rede de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão;
- Renda de Edifícios (inclui o Valor da renda da Quinta do Mosteiro);
- Rendas das Eólicas.

As Transferências Correntes ascenderam a 4.586.706,09€, apresentando um crescimento no valor de 49.797,68€ (1,10%), relativamente a 2009. Nesta rubrica, com a redução do montante recebido de Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS, verificam-se as medidas introduzidas com a Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, como a redução das transferências para as Autarquias Locais.

Sobre as Transferências Correntes importa ainda referir que este agregado constitui igualmente uma receita importante, apresentando um peso de 59%, relativamente às receitas de natureza corrente e de 31%, em relação ao total da receita.

O valor contabilizado em Venda de Bens e Serviços Correntes totalizou a importância de 800.028,31€, tendo verificado em decréscimo 1,13%.

As receitas de capital cobradas no exercício de 2010 ascenderam a 7.028.106,24€, dos quais 4.100.000,00€ correspondem à utilização do empréstimo de médio e longo prazos para saneamento financeiro.

A receita de capital apresenta um crescimento de 55,04% relativamente ao ano de 2009. Da observação do quadro constata-se que as receitas de capital totalizaram mais 2.494.873,03€, do que em 2009.

Evolução das Receitas de Capital cobradas no período de 2008 a 2010

Designação	2008 Valor	2009 Valor	2010 Valor	Var 09/10 Valor	%
1. Terrenos	30.030,71	171.667,00	15.750,00	-155.917,00	-90,83%
2. Edifícios	42.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
3. Transferências de Capital	4.214.133,16	4.333.860,16	2.908.202,57	-1.425.657,59	-32,90%
Sociedades e quase-sociedades não financeiras -					
Privadas	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.360.608,00	2.477.117,00	2.510.662,00	33.545,00	1,35%
Cooperação Técnica e Financeira	0,00	108.046,85	209.347,06	101.300,21	93,76%
Outras	0,00	11.679,00	567,00	-11.112,00	-95,15%
Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	1.197.525,16	1.623.936,37	163.842,14	-1.460.094,23	-89,91%
Administração local	6.000,00	89.160,63	15.810,92	-73.349,71	-82,27%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Famílias	0,00	23.920,31	7.973,45	-15.946,86	-66,67%
4. Passivos Financeiros	0,00	0,00	4.100.000,00	4.100.000,00	0,00%
5. Outras receitas de capital	112.932,87	27.706,05	4.153,67	-23.552,38	-85,01%
Total	4.399.496,74	4.533.233,21	7.028.106,24	2.494.873,03	55,04%

O valor da venda de terrenos respeita 7.500,00€ pagos pela empresa Argobearias, relativos à cedência de espaço no Sub-Paço e 8.250,00€ relativos à venda de um lote na Zona Industrial da Relvinha.

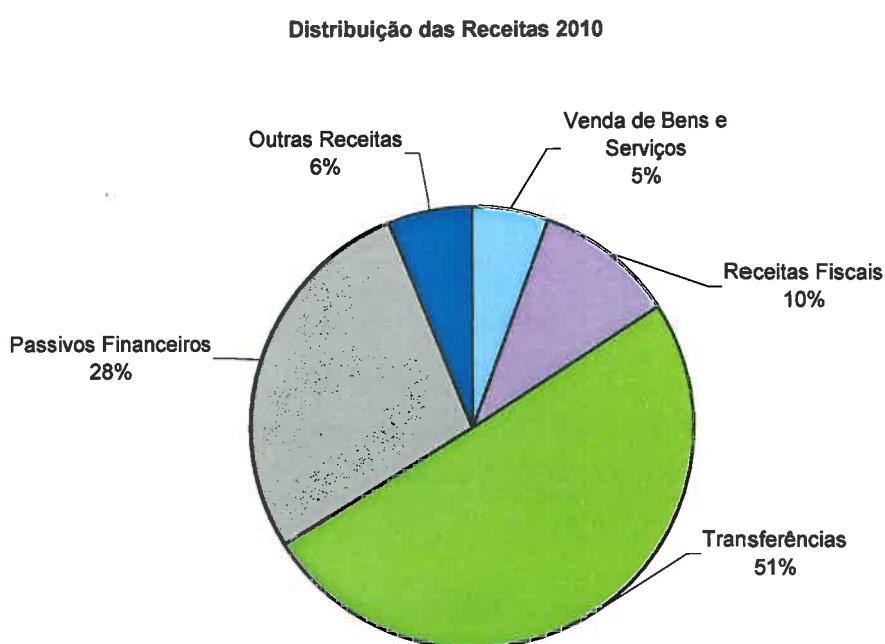
As Transferências de Capital totalizaram a importância de 2.908.202,57€, apresentando uma diminuição de 1.425.657,59€ (-32,90%), face ao ano económico de 2009. Do total das Transferências de Capital, 2.510.662,00€ correspondem ao valor da Participação do Município nos Impostos do Estado. Os restantes 397.540,57€ dizem respeito a receitas provenientes das seguintes entidades:

- 209.347,06€ – da Direcção Geral das Autarquias Locais, no âmbito do Contrato Programa para o Projecto “Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão”;
- 567,00€ da DGOTDU, no âmbito do PRAUD para o Projecto “Recuperação de Largos, Arruamentos e Edifícios Adjacentes nos Centros Históricos de Coja, Vila Cova de Alva e Burgo Histórico do Sarzedo”;
- 6.553,17€ da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, referentes à Participação Comunitária nos Projecto Co-Financiado “Centro Escolar de S. Martinho da Cortiça”;
- 114.160,55€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária nos Projectos Co-Financiados: “Requalificação EB1 Arganil” e “Requalificação Antiga Cerâmica Arganilense”;
- 43.128,42€ da ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto, referente à participação comunitária no projecto “Valorização Turística do Património da Serra do Acor”;
- 7.973,45€ de Maria Natália Gonçalves Gomes Abranches Figueiredo, referentes à comparticipação privada no Projecto “Recuperação de Largos, Arruamentos e Edifícios Adjacentes nos Centros Históricos de Coja, Vila Cova de Alva e Burgo Histórico do Sarzedo”;

- 15.810,92€ a título de comparticipação das Juntas de Freguesia na instalação de braços de iluminação pública (BIP's).

As Outras receitas de Capital registaram um decréscimo de 85,01%, relativamente a 2009.

No gráfico seguinte ilustra a distribuição das receitas no ano de 2010:



Execução Orçamental

A comparação da receita prevista com a receita cobrada permite determinar os correspondentes desvios e as respectivas taxas de execução.

O orçamento final das receitas de 2010 previa cobranças no valor global de 21.207.698,00€, contribuindo para esse montante, as receitas correntes com 8.691.798,00€ (40,98%), as receitas de capital com 12.515.400,00€ (59,01%) e outras receitas com 500,00€ (0,01%)

Os dados do Quadro seguinte mostram que a cobrança total verificada na receita (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos) atingiu o montante de 14.854.577,05€, tendo-se arrecadado 7.826.470,81€ (53%) de receitas correntes e 7.028.106,24€ (47%) de receitas de capital.

É possível observar no quadro da folha seguinte que a cobrança total verificada na receita (não considerando as reposições não abatidas aos pagamentos) atingiu o valor de 12.523.693,60€, tendo sido arrecadado 7.990.460,39€ (64%) de receitas correntes e 4.533.233,21€ (36%) de receitas de capital.

Mapa resumo da execução orçamental da receita

	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Desvio
Receitas correntes	8.691.798,00	7.826.470,81	-865.327,19
Receitas de capital	12.515.400,00	7.028.106,24	-5.487.293,76
Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00	6.150,79	5.650,79
Total	21.207.698,00	14.860.727,84	-6.346.970,16

O maior desvio ocorreu na receita de capital, fruto da fraca concretização das rubricas desta receita.

No quadro abaixo está representada e evolução das taxas de execução das receitas, num período mais alargado de 2003 a 2010:

Graus de Execução Orçamental da Receita

Receitas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receita corrente	91,46%	80,47%	71,67%	82,30%	105,45%	81,52%	93,45%	90,04%
Receita de capital	34,80%	31,09%	40,52%	78,23%	35,76%	39,18%	35,47%	56,16%
Receitas Totais	55,27%	54,24%	55,78%	79,23%	69,36%	58,35%	58,74%	70,07%

A taxa de execução da receita em 2010 foi 70,07% situando-se acima da verificada em 2009.

As receitas correntes apresentaram uma taxa de execução de 90,04%, valor abaixo do registado no ano de 2008.

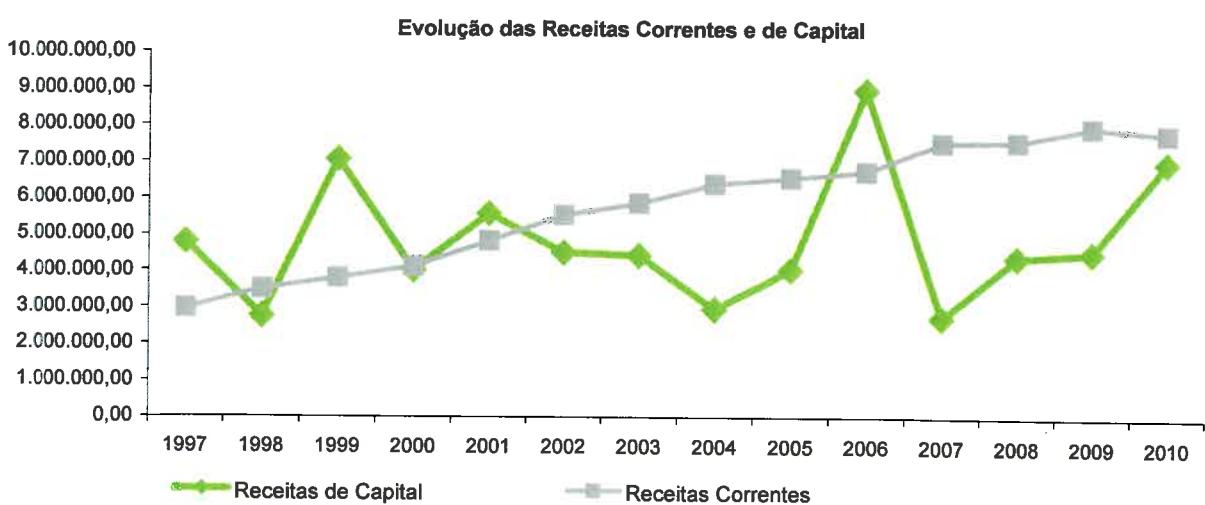
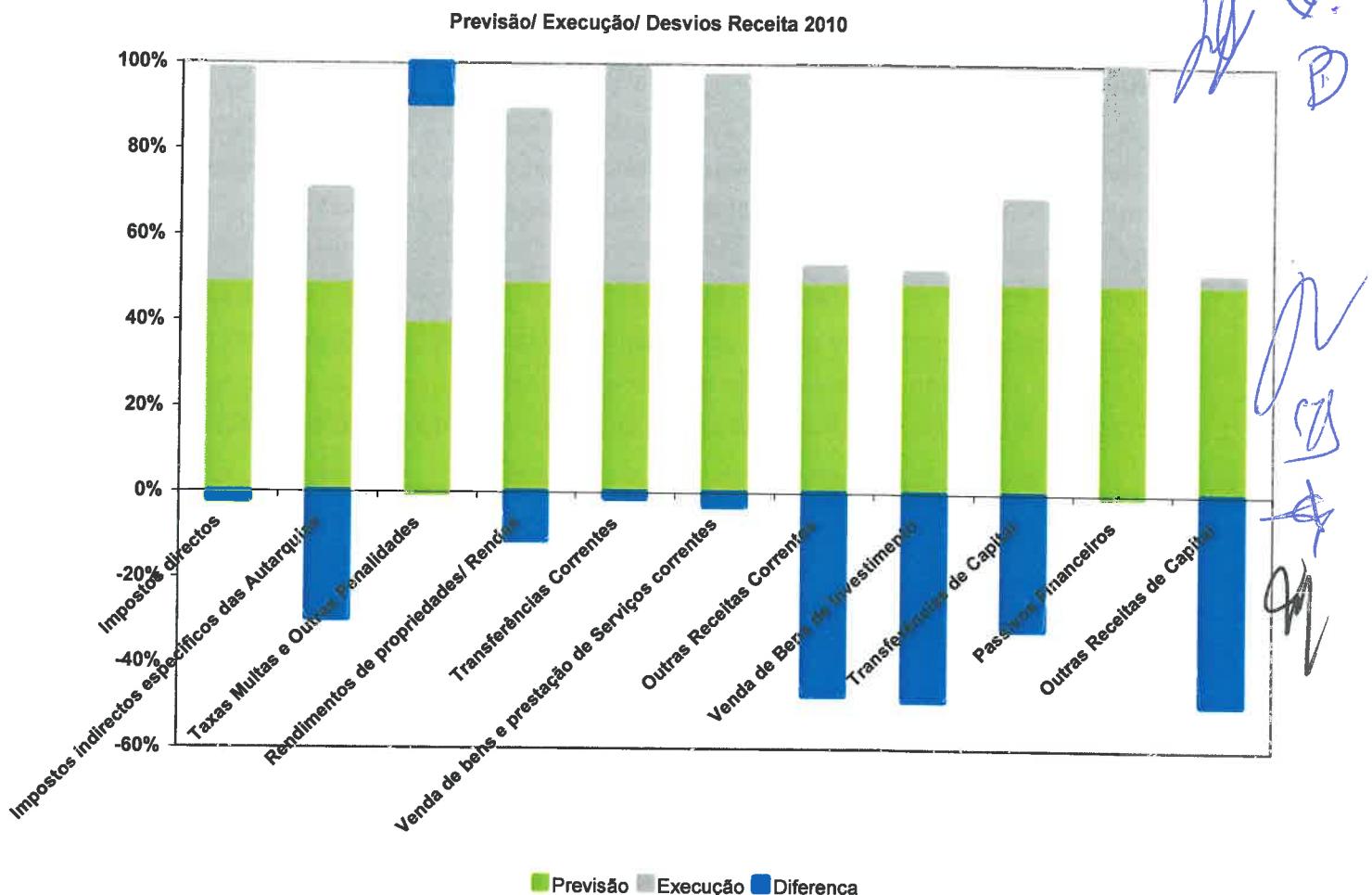
Os Impostos Directos registaram uma taxa de execução de 96,65%, destacando-se pela positiva o Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto Único de Circulação que registaram uma execução acima dos 100%, e pela negativa o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis que, registou uma execução de apenas 56,61%.

Destaca-se ainda as taxas de execução das Multas e Outras Penalidades (215,84%), das Taxas (107,15%) das Transferências Correntes (97,81%) e da Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes (94,39%).

As receitas de capital apresentaram uma taxa de execução de 56,16%, mas se excluirmos a receita relativa à utilização do empréstimo de médio e longo prazos para saneamento financeiro, a taxa seria apenas de 23,4%. Para esta situação contribuíram os seguintes factores:

- O estado do mercado imobiliário, cuja situação de crise se manteve em 2010, dificultando a alienação de património municipal dispensável;
- A não concretização das transferências de capital previstas, relativas a obras comarcipadas.

Execução Orçamental das Receitas						
	Inicial A	Previsão Final B	Execução C	Desvios D=C-B	% E=D/B	Taxa de Execução
Classificação da Receita						
Impostos directos	1.242.731,00	1.242.731,00	1.201.067,17	-41.663,83	-3,35%	96,65%
Imposto Municipal sobre Imóveis	808.130,00	808.130,00	875.180,78	67.050,78	8,30%	108,30%
Imp. Único de Circulação	125.754,00	125.754,00	151.045,09	25.291,09	20,11%	120,11%
IMT	308.832,00	308.832,00	174.821,88	-134.010,12	-43,39%	56,61%
Impostos Abolidos - CA	5,00	5,00	19,42	14,42	288,40%	388,40%
Impostos Abolidos - SISA	5,00	5,00	0,00	-5,00	-100,00%	0,00%
Impostos Abolidos - IMV	5,00	5,00	0,00	-5,00	-100,00%	0,00%
Impostos indirectos específicos das Autarquias	57.489,00	57.489,00	23.616,23	-33.872,77	-58,92%	41,08%
Taxas	208.908,00	208.908,00	223.842,70	14.934,70	7,15%	107,15%
Multas e Outras Penalidades	35.080,00	35.080,00	75.716,36	40.636,36	115,84%	215,84%
Rendimentos de propriedades/ Rendas	1.138.700,00	1.138.700,00	888.637,67	-250.062,33	-21,96%	78,04%
Transferências Correntes	4.689.640,00	4.689.640,00	4.586.706,09	-102.933,91	-2,19%	97,81%
Bancos e Outras Instituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.808.567,00	3.808.567,00	3.765.995,00	-42.572,00	-1,12%	98,88%
Fundo Social Municipal	238.000,00	238.000,00	222.063,00	-15.937,00	-6,70%	93,30%
Participação fixa no IRS	172.034,00	172.034,00	161.685,00	-10.349,00	-6,02%	93,98%
Outras	45.000,00	45.000,00	143.950,45	98.950,45	219,89%	319,89%
Estado Part. Projectos Co-Financ.	69.539,00	69.539,00	57.596,74	-11.942,26	-17,17%	82,83%
Serviços e Fundos Autónomos	310.000,00	310.000,00	173.932,72	-136.067,28	-43,89%	56,11%
Serv. Fundos Auton.- Subs.Prot. Família						
Pol. Act. EFP	28.000,00	28.000,00	42.585,94	14.585,94	52,09%	152,09%
Segurança Social	18.500,00	18.500,00	18.897,24	397,24	2,15%	102,15%
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	847.593,00	847.593,00	800.028,31	-47.564,69	-5,61%	94,39%
Outras Receitas Correntes	471.657,00	471.657,00	26.856,28	-444.800,72	-94,31%	5,69%
Total Receitas Correntes	8.691.798,00	8.691.798,00	7.826.470,81	-865.327,19	-9,96%	90,04%
Venda de Bens de investimento	1.040.000,00	440.000,00	15.750,00	-424.250,00	-96,42%	3,58%
Transferências de Capital	9.296.896,00	7.796.896,00	2.908.202,57	-4.888.693,43	-62,70%	37,30%
Sociedades e Quase-sociedades não financeiras	1.650.000,00	150.000,00	0,00	-150.000,00	-100,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.539.045,00	2.539.045,00	2.510.662,00	-28.383,00	-1,12%	98,88%
Cooperação Técnica e Financeira	274.123,00	274.123,00	209.347,06	-64.775,94	-23,63%	76,37%
Outras	108.477,00	108.477,00	567,00	-107.910,00	-99,48%	0,52%
FEDER	4.608.139,00	4.608.139,00	163.842,14	-4.444.296,86	-96,44%	3,56%
Administração Local	30.000,00	30.000,00	15.810,92	-14.189,08	-47,30%	52,70%
Instituições sem fins lucrativos	50.000,00	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%	0,00%
Famílias	37.112,00	37.112,00	7.973,45	-29.138,55	-78,52%	21,48%
Passivos Financeiros	0,00	4.100.000,00	4.100.000,00	0,00	0,00%	0,00%
Empréstimos contraídos a Médio e Longo Prazo	0,00	4.100.000,00	4.100.000,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	2.178.504,00	178.504,00	4.153,67	-174.350,33	0,00%	2,33%
Total Receitas de Capital	12.515.400,00	12.515.400,00	7.028.106,24	-5.487.293,76	-43,84%	56,16%
Total Reposições não Abaixadas nos Pagamentos	500,00	500,00	6.150,79	5.650,79	1130,16%	1230,16%
Total das Receitas	21.207.698,00	21.207.698,00	14.860.727,84	-6.346.970,16	-29,93%	70,07%



No gráfico anterior é possível observar a tendência relativamente constante de crescimento das receitas correntes, apesar do pequeno decréscimo do ano de 2010, ao contrário das receitas de capital que verificaram oscilações maiores ou menores.

4.3 Despesa

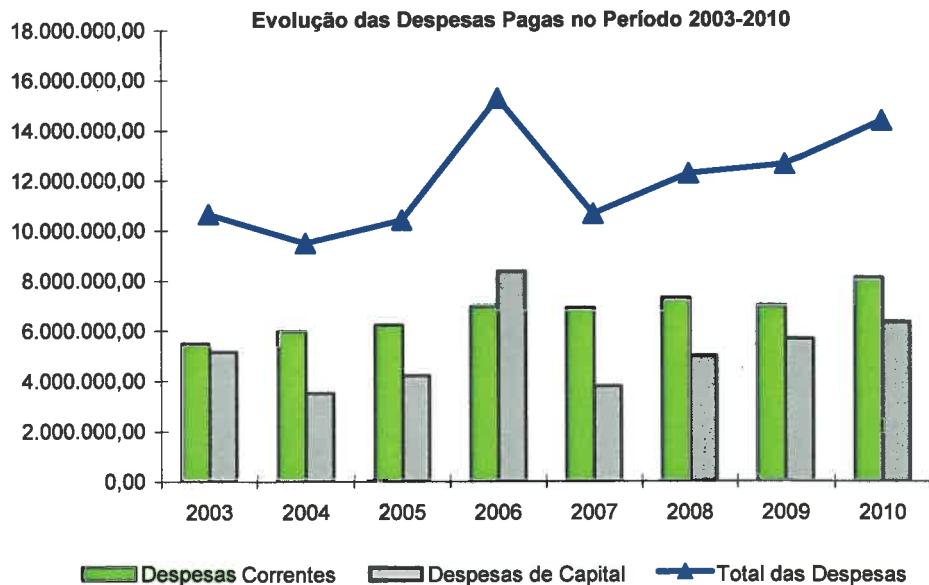
Estrutura e Evolução

A Despesa Global do Município de Arganil totalizou, em 2010, 14.380.456,96€ comparando com 12.627.764,39€, relativamente a 2009, representa um crescimento de 13,88%.

A despesa paga está associada à capacidade de solvência do Município, traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício. Representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise. É um mero dado acerca do volume de saída orçamental dos Fluxos de Caixa.

No período 2007-2010, registou-se um aumento ano após ano da despesa paga, como é possível verificar no gráfico infra.

Em 2010 o grau de realização da despesa só foi possível concretizar devido também à contratação do empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro.



Da despesa total paga, 8.067.577,05€ (56%) dizem respeito a despesa de natureza corrente e 6.312.879,91€ (44%) correspondem a despesas de capital.

Município de Arganil

Relatório de Gestão – 2010

Evolução das Despesas Municipais pagas no período de 2007 a 2010	2007			2008			2009			2010			Var 09/2010
	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	
Total da Despesa													
Corrente	6.877.544,33	100%	64,47%	7.276.838,92	100%	59,41%	6.956.298,24	100%	55,09%	8.067.577,05	100%	56,10%	1.111.278,81 15,98%
Pessoal	3.571.172,24	51,93%	33,47%	3.671.249,51	50,45%	29,97%	3.718.987,93	53,46%	29,45%	3.836.955,39	47,56%	26,68%	117.967,46 3,17%
Aquisição de Bens e Serviços	2.343.974,15	34,08%	21,97%	2.508.559,21	34,47%	20,48%	2.334.017,27	33,55%	18,48%	3.177.081,10	39,38%	22,09%	843.063,83 36,12%
Juros e Outros Encargos	248.956,25	3,62%	2,33%	259.694,06	3,57%	2,12%	149.405,73	2,15%	1,18%	118.567,38	1,47%	0,82%	-30.838,35 -20,64%
Transferências Correntes	333.904,71	4,85%	3,13%	352.339,39	4,84%	2,88%	407.043,56	5,85%	3,22%	445.074,58	5,52%	3,09%	38.031,02 9,34%
Outras Despesas Correntes	379.536,98	5,52%	3,56%	484.996,75	6,66%	3,96%	346.843,75	4,99%	2,75%	489.898,60	6,07%	3,41%	143.054,85 41,24%
Total da Despesa de Capital	3.790.901,52	100%	35,53%	4.971.543,20	100%	40,59%	5.671.466,15	100%	44,91%	6.312.879,91	100%	43,90%	641.413,76 11,31%
Aquisição de Bens de Capital	2.574.290,19	67,91%	24,13%	3.830.556,49	77,05%	31,27%	4.641.643,16	81,84%	36,76%	5.283.902,18	83,70%	36,74%	642.259,02 13,84%
Transferências de Capital	612.364,34	16,15%	5,74%	517.839,33	10,42%	4,23%	489.652,01	8,63%	3,88%	496.822,42	7,87%	3,45%	7.170,41 1,46%
Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00% 0,00%
Passivos Financeiros	604.246,99	15,94%	5,66%	577.306,05	11,61%	4,71%	540.170,98	9,52%	4,28%	532.155,31	8,43%	3,70%	-8.015,67 -1,48%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00%	45.861,33	0,92%	0,37%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00% 0,00%
Total das Despesas	10.668.445,85	100%	12.248.382,12	100%	12.627.764,39	100%	14.380.456,96	100%	14.752.692,57	13,88%			

ROSA
B
Pedro
A
S
J
F
M
C
L
R

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa corrente paga, no período de 2008 a 2010:

Evolução das Despesas Correntes Pagas no Período de 2008 a 2010				Var. 09/10	Var. 09/10
Designação	2008	2009	2010	Valor	%
1. Despesas com Pessoal	3.671.249,51	3.718.987,93	3.836.955,39	117.967,46	3,17%
Remunerações certas e permanentes	2.898.883,28	2.928.848,39	2.989.503,35	60.654,96	2,07%
Abonos variáveis ou eventuais	181.167,49	186.887,80	159.973,49	-26.914,31	-14,40%
Segurança social	591.198,74	603.251,74	687.478,55	84.226,81	13,96%
2. Aquisição de Bens	637.128,18	435.684,24	596.251,47	160.567,23	36,85%
Matérias-primas e subsidiárias	25.798,64	20.169,08	22.461,63	2.292,55	11,37%
Combustíveis e lubrificantes	226.076,51	143.246,02	208.648,36	65.402,34	45,66%
Munições, explosivos e artifícios	364,47	0,00	0,00	0,00	0,00%
Limpeza e higiene	9.039,83	4.303,98	11.420,63	7.116,65	165,35%
Alimentação-Refeições confeccionadas	120.818,23	87.084,07	164.429,94	77.345,87	88,82%
Alimentação-Géneros para confeccionar	42.066,76	31.794,41	2.425,06	-29.369,35	-92,37%
Vestuário e artigos pessoais	3.195,56	1.602,07	1.947,09	345,02	21,54%
Material de escritório	38.107,85	34.555,27	35.367,85	812,58	2,35%
Material de consumo clínico	107,12	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de transporte-Peças	42.164,02	22.348,43	38.311,00	15.962,57	71,43%
Material de consumo hoteleiro	2.365,51	1.374,66	786,42	-588,24	-42,79%
Outro material-Peças	24.666,75	25.790,51	19.523,36	-6.267,15	-24,30%
Prémios, condecorações e ofertas	16.826,67	8.395,85	12.904,28	4.508,43	53,70%
Ferramentas e utensílios	5.309,94	2.539,15	3.057,49	518,34	20,41%
Livros e documentação técnica	822,97	1.679,08	283,82	-1.395,26	-83,10%
Artigos honoríficos e de decoração	121,00	332,06	117,48	-214,58	-64,62%
Material de educação, cultura e recreio	9.842,80	15.684,92	18.942,26	3.257,34	20,77%
Outros bens	69.433,55	34.784,68	55.624,80	20.840,12	59,91%
3. Aquisição de Serviços	1.871.431,03	1.898.333,03	2.580.829,63	682.496,60	35,95%
Encargos das instalações	496.353,09	705.856,23	707.597,43	1.741,20	0,25%
Conservação de bens	54.237,72	36.358,44	51.541,66	15.183,22	41,76%
Comunicações	104.633,26	122.274,45	119.809,66	-2.464,79	-2,02%
Transportes	498.371,92	297.504,24	747.732,10	450.227,86	151,33%
Representação dos serviços	11.835,00	4.080,08	12.276,34	8.196,26	200,88%
Seguros	58.424,52	26.891,04	30.292,58	3.401,54	12,65%
Deslocações e estadas	4.107,68	282,12	2.417,10	2.134,98	756,76%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	19.200,00	3.384,00	2.256,00	-1.128,00	-33,33%
Formação	13.345,68	27.184,36	24.243,70	-2.940,66	-10,82%
Seminários, exposições e similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Publicidade	46.970,06	25.107,91	31.952,07	6.844,16	27,26%
Vigilância e segurança		0,00	2.599,34	2.599,34	0,00%
Assistência técnica	3.242,98	3.665,02	8.534,57	4.869,55	132,87%
Outros trabalhos especializados	290.694,74	345.517,11	485.190,76	139.673,65	40,42%
Serviços de saúde	13.364,07	5.463,20	11.211,48	5.748,28	105,22%
Encargos de cobrança de receitas	45.035,50	44.775,84	42.846,52	-1.929,32	-4,31%
Outros serviços	211.614,81	249.988,99	300.328,32	50.339,33	20,14%
4. Juros e Outros Encargos	259.694,06	149.405,73	118.567,38	-30.838,35	-20,64%
Empréstimos de médio e longo prazos	259.045,90	142.112,22	84.218,05	-57.894,17	-40,74%
Outros juros	648,16	7.260,36	34.349,33	27.088,97	373,11%
Outros encargos financeiros	0,00	33,15	0,00	-33,15	-100,00%
5. Transferências Correntes	352.339,39	407.043,56	445.074,58	38.031,02	9,34%
Estado	11.506,00	6.192,00	6.270,00	78,00	1,26%
Freguesias		57.680,32	63.192,68	5.512,36	9,56%
Associações de municípios		22.984,63	45.905,52	22.920,89	99,72%
Instituições sem fins lucrativos	336.504,24	315.595,32	324.476,90	8.881,58	2,81%
Famílias	4.329,15	4.591,29	5.229,48	638,19	13,90%
6. Outras Despesas Correntes	484.996,75	346.843,75	489.898,60	143.054,85	41,24%
Impostos e taxas	1.222,36	1.226,58	17.211,03	15.984,45	1303,17%
Outras	483.774,39	345.617,17	472.687,57	127.070,40	36,77%
Total	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05	1.111.278,81	15,98%

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das Despesas com o Pessoal, que representam 48% das despesas correntes pagas. Este agregado, em conjunto com as Aquisições de Bens e Serviços, representam 87% da despesa corrente paga.

No ano de 2010, as Despesas com o Pessoal totalizaram a importância de 3.836.955,39€, apresentando um aumento de 117.967,46€ (3,17%). Este aumento resultou sobretudo do aumento dos montantes pagos aos titulares dos órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos (mais 116.456,33€) e do valor pago a título de comparticipações na saúde - ADSE e SNS (mais 76.919,288€). As rubricas que registaram uma diminuição mais significativa foram do Pessoal Contratado a Termo e Pessoal em qualquer outra situação.

Os agregados Aquisição de Bens e Aquisição de Serviços registaram aumentos importantes, no valor de 160.567,23€ (36,85%) e 682.496,60€ (35,95%), como resultado do pagamento de dívidas a fornecedores, no âmbito do empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro.

Dos valores pagos nestas rubricas destacam-se, os encargos com combustíveis, comunicações, encargos de instalações (montantes pagos à EDP), transportes (nos quais estão incluídos os transportes escolares), outros serviços (encargos com fotocopiadoras, análises de água, tarifa paga às Águas do Mondego, Ersuc entre outras).

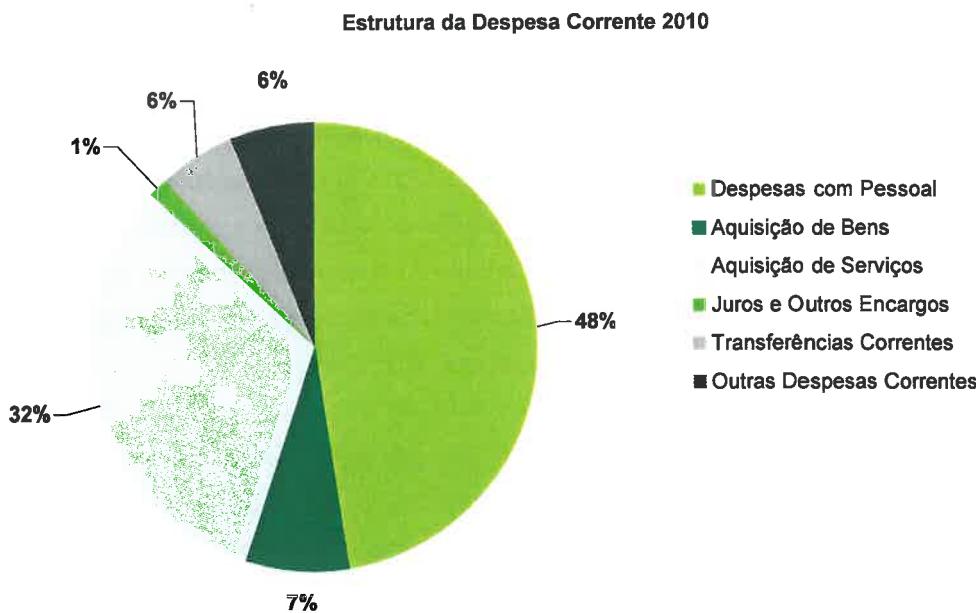
Incluem-se também aqui os encargos da Autarquia com o fornecimento de refeições escolares aos alunos do ensino pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.

Nos Juros e Outros Encargos são contabilizados os juros dos empréstimos de médio e longo prazos e outros juros. No ano económico em apreço, foi registada uma diminuição neste agregado no valor de 30.838,35€ (20,64%), relativamente a 2009, tendo resultado da redução do capital em dívida.

As Transferências Correntes totalizaram mais 38.031,02€ (9,34%) do que no ano anterior. O aumento das Transferências para as Associações de Municípios reflecte os montantes transferidos para a CIMPIN e Associação de Municípios da Beira Serra, que viu a sua extinção nesse ano.

Os valores registados nesta rubrica de Transferências Correntes englobam também as transferências efectuadas para as diversas Associações Culturais e Desportivas do Concelho, bem como as quotas da ADESA, Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades.

A rubrica "Outras Despesas Correntes" que engloba nomeadamente os montantes relativos à Ficabeira/ Feira do Mont'Alto, Feira das Freguesias, entre outras verificou um acréscimo de 41,24% relativamente ao ano de 2009.



Da observação do Quadro seguinte, verifica-se que a despesa de capital paga registou um acréscimo, em termos homólogos, de 641.413,76€ (11,31%). Este aumento decorre igualmente do pagamento de dívidas a fornecedores, no âmbito do empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro, relativas à Aquisição de Bens de Capital.

As componentes de maior expressão são: os Edifícios, onde se destaca o valor das instalações desportivas e recreativas que inclui a obra da Requalificação da Cerâmica; os terrenos e as construções diversas, nomeadamente a Viação Rural, onde estão inseridas as obras de infra-estruturação viária do concelho.

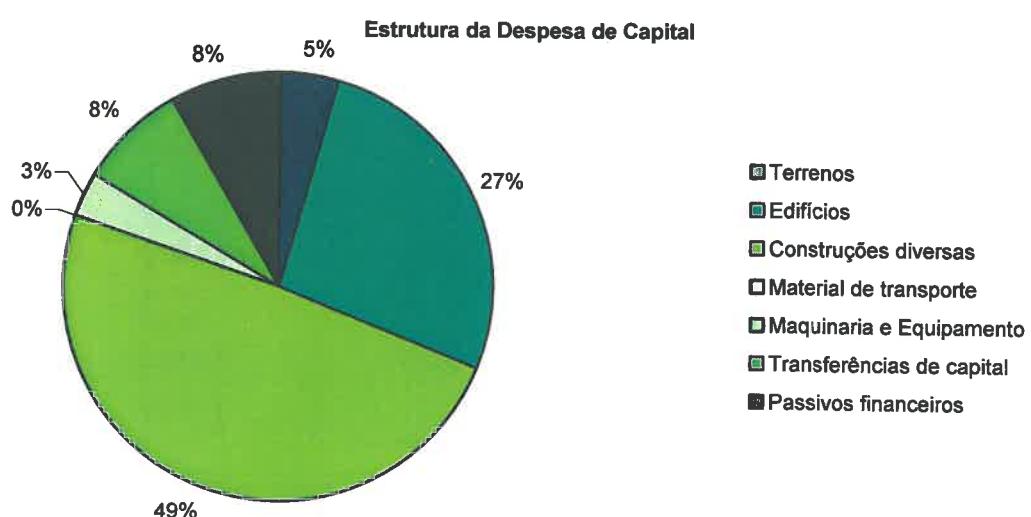
O aumento verificado no hardware e software informático está relacionado com a introdução da aplicação de Gestão Documental – Web Doc.

As amortizações dos empréstimos contratados pelo Município, ocorridas em 2010, encontram-se contabilizadas na rubrica Passivos Financeiros, totalizando a importância de 532.155,31€.

JO RPAlys P. J. P. da

Evolução das Despesas de Capital Pagas no Período de 2008 a 2010

Designação	2008	2009	2010	Var. 09/10 Valor	Var. 09/10 %
1. Terrenos	61.625,00	547.106,97	287.307,15	-259.799,82	-47,49%
2. Edifícios	1.522.739,77	1.780.092,35	1.678.949,94	-101.142,41	-5,68%
Instalações de serviços	709.551,04	443.332,68	162.479,24	-280.853,44	-63,35%
Instalações desportivas e recreativas	5.869,10	498.196,84	989.531,64	491.334,80	98,62%
Escolas	807.319,63	838.562,83	526.939,06	-311.623,77	-37,16%
3. Construções diversas	1.872.541,50	2.012.646,90	3.094.717,07	1.082.070,17	53,76%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	18.656,08	485.073,91	634.025,74	148.951,83	30,71%
Sistemas de drenagem de águas residuais	74.985,33	49.906,34	46.194,95	-3.711,39	-7,44%
Estações de tratamento de águas residuais	40.767,24	2.077,52	0,00	-2.077,52	-100,00%
Iluminação pública	30.299,73	77.401,19	39.286,81	-38.114,38	-49,24%
Instalações desportivas e recreativas	9.566,32	2.549,76	64,50	-2.485,26	-97,47%
Captação e distribuição de água	49.523,64	51.444,23	19.906,94	-31.537,29	-61,30%
Viação rural	1.555.005,04	1.215.257,09	1.960.229,29	744.972,20	61,30%
Sinalização e trânsito	36.348,65	29.839,86	110.686,18	80.846,32	270,93%
Infraestrut. para distribuição energia eléctrica	0,00	0,00	36.545,30	36.545,30	0,00%
Cemitérios	0,00	0,00	369,21	369,21	0,00%
Outros	57.389,47	99.097,00	247.408,15	148.311,15	149,66%
4. Material de transporte	59.421,19	122.518,26	9.735,22	-112.783,04	-92,05%
5. Maquinaria e Equipamento	291.291,63	145.186,68	213.192,80	68.006,12	46,84%
Equipamento/ Software informática	68.623,80	52.714,10	102.787,80	50.073,70	94,99%
Equipamento administrativo	35.631,16	17.750,36	5.753,92	-11.996,44	-67,58%
Equipamento básico	167.730,26	71.295,90	98.923,77	27.627,87	38,75%
Ferramentas e utensílios/ Artigos, Obj.valor	19.306,41	3.426,32	5.727,31	2.300,99	67,16%
6. Investimentos incorpóreos	22.917,40	34.092,00	0,00	-34.092,00	-100,00%
7. Transferências de capital	517.839,33	489.652,01	496.822,42	7.170,41	1,46%
Freguesias	481.273,63	439.061,32	445.175,54	6.114,22	1,39%
Instituições sem fins lucrativos	36.565,70	50.590,69	51.646,88	1.056,19	2,09%
8. Passivos financeiros	577.306,05	540.170,98	532.155,31	-8.015,67	-1,48%
9. Outras despesas de capital	45.861,33	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	4.971.543,20	5.671.466,15	6.312.879,91	641.413,76	11,31%



Na rubrica de transferências de capital, com um peso de 8% no total das despesas de capital e cujo valor verificou uma pequena oscilação estão incluídos os contratos programa, celebrados com as Freguesias, que totalizaram o montante 260.991,54€, descriminado no seguinte quadro:

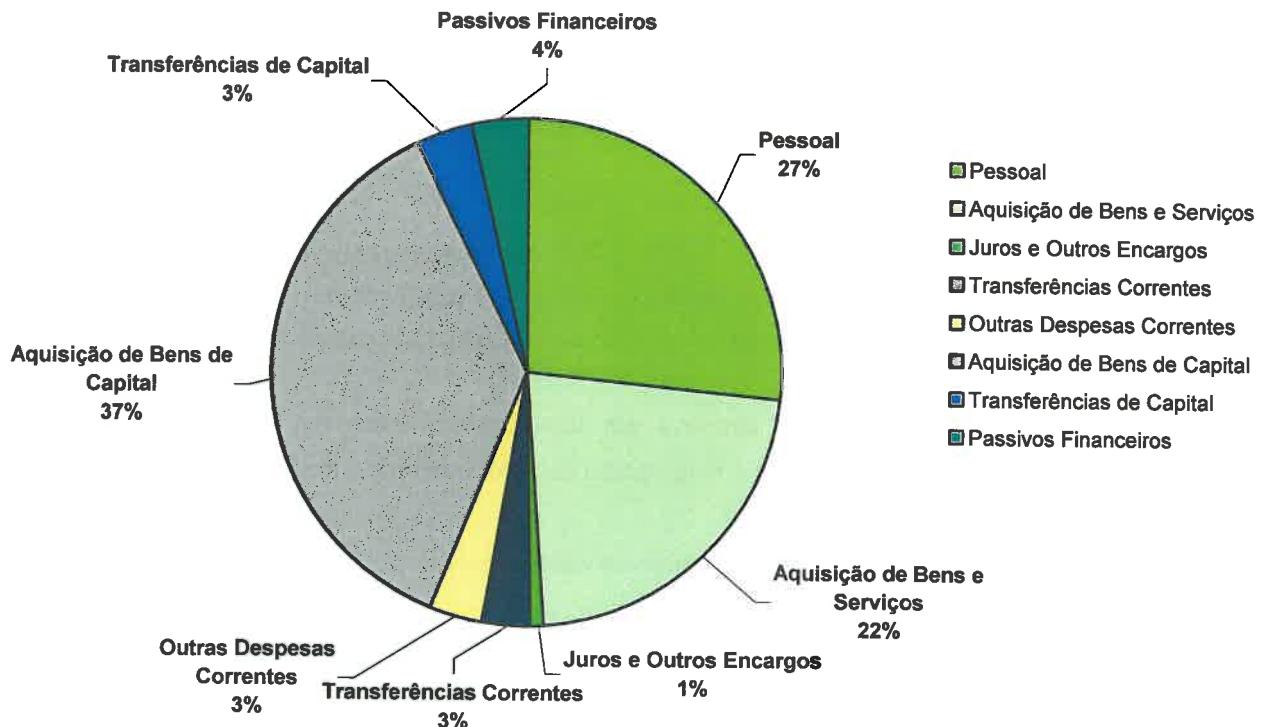
Contratos Programa - 2010

Entidade	Objecto	Valor em Dívida		
		Valor Total	Valor Pago	em 31/12/2010
Associação Freguesias	Trabalhos de sivicultura preventiva nas freguesias de Benfeita, Barril de Alva, Coja, Moura da Serra, Pomares e Piódão	13.359,54	13.359,54	0,00
Freguesia de Anseriz	Requalificação do cemitério da freguesia	9.000,00	9.000,00	0,00
	Trabalhos de sivicultura preventiva	1.000,00	1.000,00	0,00
	Requalificação da fonte de Santo António e zona envolvente	6.500,00	3.250,00	3.250,00
Freguesia de Arganil	Construção de muro de suporte Requifcação do cemitério da freguesia	5.000,00	5.000,00	0,00
	Construção de um muro de suporte junto às almas (Torrozelas)"	5.500,00	2.750,00	2.750,00
Freguesia de Barril de Alva	construção de muro de suporte na rua entre a fonte de Lourenço e Pinheirais	2.500,00	2.500,00	0,00
	Construção de armazém da junta de freguesia – 1.ª fase".	7.000,00	3.500,00	3.500,00
Freguesia de Benfeita	Beneficiação do cemitério da Benfeita	8.000,00	8.000,00	0,00
	Beneficiação do cemitério da Benfeita – 2.ª fase	4.500,00	2.250,00	2.250,00
Freguesia de Celavisa	Substituição da cobertura da casa da praça em Celavisa	5.000,00	5.000,00	0,00
	Requalificação da Rua da Carreira (Parcerias)	3.500,00	1.750,00	1.750,00
Freguesia de Cepos	Beneficiação do restaurante da Chã da Cabeça – 1.ª fase	9.000,00	9.000,00	0,00
	Beneficiação do restaurante da Chã da Cabeça – 2.ª fase"	8.000,00	4.000,00	4.000,00
Freguesia de Coja	Requalificação da praça principal da Vila de Coja".	17.500,00	17.500,00	0,00
	Criação de uma zona de lazer junto ao Rio Alva (Côja) – 1.ªfase	12.000,00	6.000,00	6.000,00
Freguesia de Folques	Construção de muros de suporte em Bocado, Mancelavisa e Póvoa de Folques."	6.000,00	6.000,00	0,00
	Reabilitação do edifício da Junta de freguesia."	9.470,00	4.735,00	4.735,00
Freguesia de Piódão	Requalificação da praia fluvial do Piódão".	20.000,00	20.000,00	0,00
	Construção de zona balnear (Fórnea)"	6.314,00	3.157,00	3.157,00
Freguesia de Pomares	Requalificação de ruas junto ao Torrão	7.500,00	7.500,00	0,00
	Beneficiação da ribeira de Pomares, a jusante da Praia Fluvial	7.500,00	7.500,00	0,00
Freguesia de Pombeiro	Construção de muro de suporte junto ao pavilhão polidesportivo do Pombeiro da Beira	12.500,00	6.250,00	6.250,00
	Construção de muro de suporte (Couços), localidade daquela freguesia	11.000,00	5.500,00	5.500,00
Freguesia de S.M. Cortiça	Criação do Centro Cultural de São Martinho da Cortiça – 3.ª fase	12.500,00	12.500,00	0,00
	Criação do Centro Cultural de São Martinho da Cortiça – 4.ª fase	9.500,00	4.750,00	4.750,00
Freguesia de Sarzedo	Beneficiação da Rua Beatriz Piedade Neves, no Sarzedo	5.000,00	5.000,00	0,00
	Trabalhos de sivicultura preventiva	1.000,00	1.000,00	0,00
	Requifcação de Rua	6.000,00	6.000,00	0,00
Freguesia de Secarias	Pintura da escola primária das Secarias e construção da rotunda junto ao campo de futebol	5.000,00	5.000,00	0,00
	Requifcação do largo do cemitério	6.000,00	3.000,00	3.000,00
Freguesia de Vila Cova de Alva	Beneficiação da sede da Junta de freguesia	7.500,00	7.500,00	0,00
	Trabalhos de sivicultura preventiva	1.000,00	1.000,00	0,00
	Construção de jardim (Casal de S. João) e parque infantil (Vinhó)"	8.000,00	4.000,00	4.000,00
Freguesia Cerdeira	Trabalhos de sivicultura preventiva	1.000,00	1.000,00	0,00
	Abertura de vala e aplicação de grelha numa rua junto ao pardieiro	848,00	424,00	424,00
		Total	260.991,54	205.675,54
				55.316,00

No total a despesa paga em 2010 apresenta a seguinte estrutura:

Estrutura da Despesa Paga- 2010		Execução	%
Classificação da Despesa			
Despesas Correntes			
Pessoal	3.836.955,39	26,68%	
Aquisição de Bens e Serviços	3.177.081,10	22,09%	
Juros e Outros Encargos	118.567,38	0,82%	
Transferências Correntes	445.074,58	3,09%	
Outras Despesas Correntes	489.898,60	3,41%	
Total Despesas Correntes	8.067.577,05	56,10%	
Despesas de Capital			
Aquisição de Bens de Capital	5.283.902,18	36,74%	
Transferências de Capital	496.822,42	3,45%	
Activos Financeiros	0,00	0,00%	
Passivos Financeiros	532.155,31	3,70%	
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	
Total Despesas de Capital	6.312.879,91	43,90%	
Total das Despesas	14.380.456,96	100,00%	

Estrutura Total da Despesa



Do quadro anterior destaca-se o peso das despesas com pessoal e aquisição de bens de capital.

Execução Orçamental Despesa

O orçamento final da despesa de 2010 ascendeu a 21.207.698€, dos quais 8.691.798€ são afectos a despesas correntes (40,98%) e 12.515.900€ (59,02%) a despesas de capital.

A análise da sua execução permite verificar que as despesas totais ascenderam a 14.380.456,96€, sendo 8.067.577,05€ (56,10%) despesas de natureza corrente e 6.312.879,91€ (43,90%) despesas de capital, o que se traduz num desvio de 6.822.241,04€, relativamente ao valor orçamentado e num índice de pagamento de 67,81%.

As despesas correntes contribuíram mais para o grau de execução das despesas totais, com uma taxa de 92,82%, do que as despesas de capital, as quais se situaram num índice de 50,44%.

Mapa resumo da execução orçamental da despesa

Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Desvio	Execução
Despesa corrente	8.691.798,00	8.067.577,05	-624.220,95	92,82%
Despesa capital	12.515.900,00	6.312.879,91	-6.203.020,09	50,44%
Total	21.207.698,00	14.380.456,96	-6.822.241,04	67,81%

O Quadro seguinte apresenta a evolução dos índices de pagamento da despesa, no período de 2006 a 2009.

Grau de Execução Orçamental da Despesa

Despesa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Despesa Corrente	77,90%	74,27%	68,29%	84,86%	93,80%	89,02%	80,26%	92,82%
Despesa de Capital	40,70%	36,08%	41,61%	72,63%	50,96%	40,19%	44,78%	50,44%
Despesa Total	53,82%	53,37%	54,24%	77,72%	72,23%	59,62%	59,20%	67,81%

O aumento da concretização da despesa em 2010, assim como em 2006, deve-se à contratação do empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro.

Os Quadros a seguir apresentados, comparam os valores previstos, com os valores pagos da Despesa.

Da leitura dos Quadros verifica-se que em termos correntes a Aquisição de Bens e Serviços apresenta, em termos absolutos, o maior desvio relativamente ao valor orçado (442.698,90€).

No que respeita às despesas de capital, verifica-se que o respectivo valor pago totalizou menos 5.951.997,82€, do que a previsão final corrigida, para o que, à semelhança de anos anteriores, muito contribuiu o diferencial registado na componente Aquisição de Bens de Capital.

Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)

As Grandes Opções do Plano (GOP's) para 2010, estimaram-se inicialmente em 13.886.450,00€, sendo o montante corrigido em 31 de Dezembro de 14.126.500,00€.

Apresentaram uma execução financeira de 54,82%, sendo que, 47,03% correspondem ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 85,10% às Actividades Mais Relevantes (AMR).

O quadro seguinte mostra de forma resumida esta situação:

Grau de Execução das GOP's					
Designação	Montante previsto	Montante Corrigido	Montante Executado	Nível de Execução	
Plano Plurianual de Investimentos	11.330.900,00	11.235.900,00	5.283.902,18	47,03%	
Actividades Mais Relevantes	2.555.550,00	2.890.600,00	2.460.021,76	85,10%	
Total	13.886.450,00	14.126.500,00	7.743.923,94	54,82%	

Na execução das GOP's destacam-se os seguintes projectos:

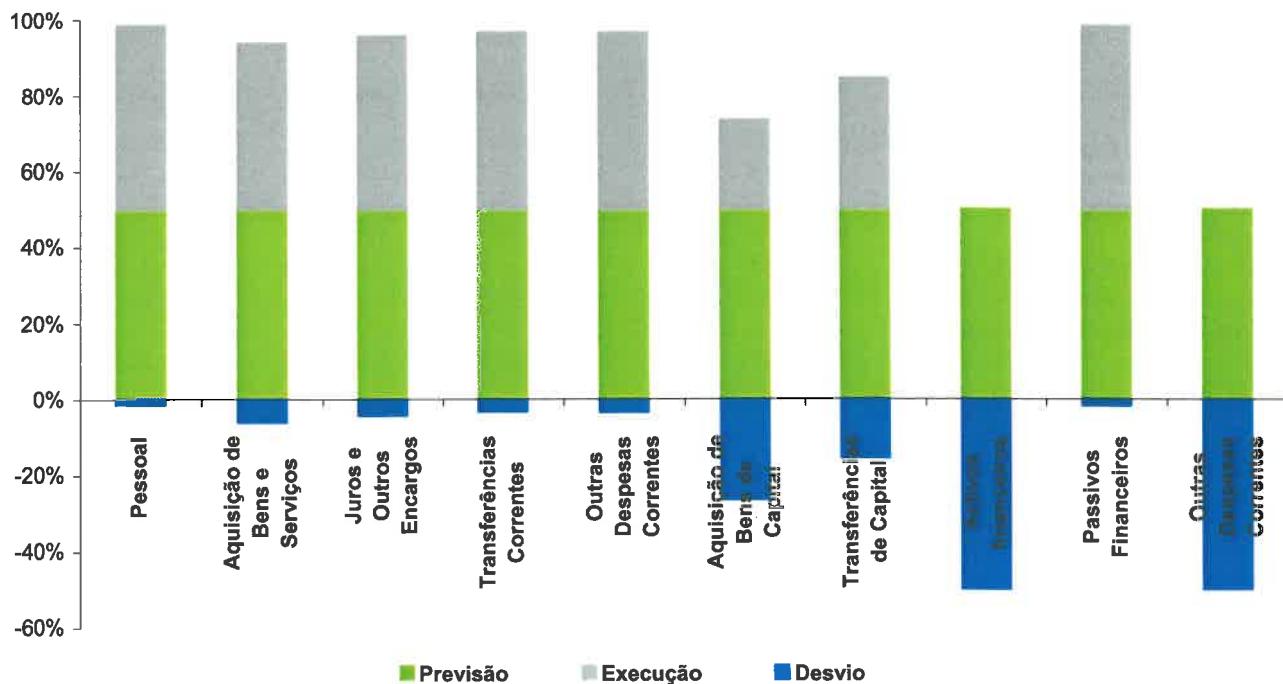
Projectos das GOP's	Realizado e Realizado 2010 + valores pagos em Anos realiz. anos anteriores não pagos					
	Designação	Anteriores	Realizado Total	Pago em 2010	Pago Total	
Projectos do PPI						
Centro Educativo de Coja	991.875,13	240.272,92	1.232.148,05	240.272,92	1.232.148,05	
Restaurante o "Parque"	416.258,63	82.274,96	498.533,59	82.274,96	498.533,59	
Requalificação Sub-Paço	359.074,53	444.778,11	803.852,64	443.871,59	802.946,12	
Requalificação Antiga Cerâmica	270.840,10	1.597.563,67	1.868.403,77	985.016,64	1.255.856,74	
Aquisição Terrenos em Zonas Industriais	600.371,97	351.594,15	951.966,12	280.467,15	880.839,12	
Ligaçāo Vinhó/ Casal de S. João	68.303,10	112.399,09	180.702,19	112.399,09	180.702,19	
Ponte do Cartamil	129.757,54	48.814,05	178.571,59	48.814,05	178.571,59	
Beneficiāo Acessibilidades ao Piódāo - Parte I	567.668,26	112.947,02	680.615,28	112.947,02	680.615,28	
Requalificação Rede Viária Municipal	89.583,00	1.050.062,86	1.139.645,86	1.023.101,96	1.112.684,96	
Requalificação de Espaços Exteriores e Redes Viárias no Piódāo	504.373,45	548.013,44	1.052.386,89	548.013,44	1.052.386,89	
Recuperação/ Construāo de Calçadas	69.425,70	90.816,44	160.242,14	90.714,44	160.140,14	
Acessibilidades ao Piódāo Parte III	74.878,09	57.449,17	132.327,26	57.449,17	132.327,26	
Avenida da Igreja/ Coja	0,00	88.227,09	88.227,09	88.227,09	88.227,09	
Remodelāo Rede de Transportes Públicos	12.000,00	102.996,00	114.996,00	102.996,00	114.996,00	
Transferências para as Freguesias		557.434,22	557.434,22	508.368,22	508.368,22	
Transferências para Outras Instituições		162.128,89	162.128,89	160.228,89	160.228,89	
Sub- Total	4.154.409,50	5.647.772,08	9.802.181,58	4.885.162,63	9.039.572,13	
Projectos das AMR's						
Transportes escolares		714.470,15	714.470,15	713.295,90	713.295,90	
Fornecimento de refeições 1.º CEB e Pré-Escolar		193.861,10	193.861,10	164.429,94	164.429,94	
Custos Funcionamento das Águas do Mondego		154.865,84	154.865,84	135.222,60	135.222,60	
Custos Funcionamento da ERSUC		154.866,84	154.866,84	135.222,60	135.222,60	
Apoio ao Associativismo		123.550,00	123.550,00	121.800,00	121.800,00	
Ficabeira		230.476,89	230.476,89	228.349,79	228.349,79	
Sub-Total	0,00	1.572.090,82	1.572.090,82	1.498.320,83	1.498.320,83	
Total	4.154.409,50	7.219.862,90	11.374.272,40	6.383.483,46	10.537.892,96	

Para este desvio contribuíram os atrasos na execução de alguns projectos nomeadamente:
 Requalificação da Antiga Cerâmica e Espaço Envolvente, a Requalificação do Parque do Prado, a Requalificação do Teatro Alves Coelho e beneficiações de algumas Redes Viárias, como é possível ver na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, nos documentos anexos a este relatório.

Execução Orçamental da Despesa 2010

Classificação da Despesa	Previsão			Desvio Valor D=C-B	% E=D/B	Execução
	Inicial A	Final B	Execução C			
Despesas Correntes						
Pessoal	4.248.598,00	3.942.298,00	3.836.955,39	-105.342,61	-2,67%	97,33%
Aquisição de Bens e Serviços	3.441.700,00	3.620.050,00	3.177.081,10	-442.968,90	-12,24%	87,76%
Juros e Outros Encargos	85.500,00	129.500,00	118.567,38	-10.932,62	-8,44%	91,56%
Transferências Correntes	476.000,00	475.450,00	445.074,58	-30.375,42	-6,39%	93,61%
Outras Despesas Correntes	440.000,00	524.500,00	489.898,60	-34.601,40	-6,60%	93,40%
Total Despesas Correntes	8.691.798,00	8.691.798,00	8.067.577,05	-624.220,95	-7,18%	92,82%
Despesas de Capital						
Aquisição de Bens de Capital	11.330.900,00	11.235.900,00	5.283.902,18	-5.951.997,82	-52,97%	47,03%
Transferências de Capital	580.000,00	720.000,00	496.822,42	-223.177,58	-31,00%	69,00%
Activos Financeiros	50.000,00	5.000,00	0,00			
Passivos Financeiros	550.000,00	550.000,00	532.155,31	-17.844,69	-3,24%	96,76%
Outras Despesas da Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	-5.000,00	0,00%	0,00%
Total Despesas de Capital	12.515.900,00	12.515.900,00	6.312.879,91	-6.203.020,09	-49,56%	50,44%

Previsão/ Execução e Desvio da Despesas 2010



RPA lug
B
J
D
A
M
W

Das obras acima referidas importa destacar, pela sua importância em termos financeiros e pelos valores pagos em 2010:

- Requalificação da Antiga Cerâmica cuja obra se encontra em curso e cujo término está previsto para 2012;
- Centro Escolar de Coja, com uma taxa de execução anual de 96,11% cuja foi concluída em 2010;
- Aquisição de Terrenos nas Zonas Industriais, que respeita ao valor das aquisições feitas para o alargamento da Zona Industrial da Relvinha;
- A Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão Parte I, com uma taxa de execução anual de 88,66%;
- Os Transportes Escolares, projecto das AMR's, cujo valor de execução se cifrou nos 96,62%;
- As Transferências para as Freguesias, integradas nas Actividades Mais Relevantes, onde estão incluídos a Delegação de Competências, os Contratos Programa e as Transferências Correntes.

A execução global de 2010 ficou acima da verificada no ano de 2009 (45,21%), facto também explicado pela contratação de empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro.

Analisam-se agora algumas rubricas da despesa que pela sua importância requerem uma análise mais detalhada.

Despesa com o Pessoal

O Decreto-Lei n.º 116/84, de 06 de Abril regulamentava os limites dos encargos com o pessoal dos Municípios; no entanto a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 305/09, de 23 de Outubro, que veio revogar o anterior não inclui nenhuma limitação às despesas com o pessoal, podendo esta ser fixada no Orçamento de Estado.

A Lei de Orçamento de Estado para 2010 não previu qualquer limite para esse ano para as despesas com pessoal das Autarquias Locais. No entanto o n.º 5 do art. 50º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, refere que trimestralmente as Autarquias devem remeter informação:

- Das Despesas com Pessoal, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares;
- Do número de admissões de pessoal, a qualquer tipo, e de aposentações, rescisões e outras formas de cessação de vínculo laboral;
- Fundamentação de eventuais aumentos de despesa com pessoal, que não resulte de actualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou transferência de competências da administração central.

Independentemente de não ter sido fixado qualquer limite, uma gestão eficiente dos recursos aconselha a sua contenção. Desse modo, em 2010, verificou-se forte esforço de contenção de despesas com o pessoal.

As Remunerações Certas são o grupo com maior relevância no total das despesas com Pessoal (77,91%), o crescimento registado face a 2009, de 2,07%, foi devido ao aumento das remunerações aos órgãos autárquicos. Na origem deste aumento esteve a regularização de vencimento de anos anteriores.

Também o pessoal em qualquer outra situação viu o seu valor aumentar. Relativamente a esta rubrica há a referir que o Município recebe comparticipações da Fundo Social Europeu e do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Quanto ao pessoal contratado a termo registou uma diminuição consequência da política de redução de custos e redução de pessoal.

Do agregado Abonos Variáveis fazem parte as despesas com: as senhas de presença dos eleitos, o trabalho extraordinário e o prestado em dias de descanso semanal, complementar e Feriados, bem como outros abonos aos funcionários. Todas as rubricas, excepto as horas extraordinárias que verificaram um crescimento ínfimo, decresceram relativamente ao ano de 2009.

Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior relevância financeira são: as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e

Instituto de Gestão de Financeira da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários, vulgarmente conhecida como "ADSE".

Quanto a esta matéria, é de referir, que são as Autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

RPA lug
R.
M. D
Sobras
SIS
AV
AP
PM

Evolução das Despesas com Pessoal

	2006	2007	Estru. %	Var. %	2008	Estru. %	Var. %	2009	Estru. %	Var. %	2010	Estru. %	Var. %	Var. %
Rem. Certas e permanentes														
Rem. órgãos autárquicos	143.244,46	104.607,96	2,93%	-26,97%	111.589,20	3,04%	6,67%	118.605,74	3,19%	6,29%	235.062,07	6,13%	98,19%	
Rem. pessoal do quadro	1.601.857,87	1.592.583,52	44,60%	-0,58%	1.535.572,13	41,83%	-3,58%	1.561.183,66	41,98%	1,67%	1.694.891,52	44,17%	-2,62%	-2,62%
Rem. pessoal reg. contrato ind. trabalho	705,37	70.982,60	1,99%	9963,17%	158.077,86	4,31%	122,70%	179.387,02	4,82%	13,48%				
Rem. pessoal contratado a termo	287.570,10	275.408,18	7,71%	-7,45%	312.007,07	8,50%	13,29%	301.415,67	8,10%	-3,38%	233.398,41	6,08%	-22,57%	-22,57%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	70.709,45	83.754,79	2,35%	18,45%	64.692,20	1,76%	-22,76%	12.960,00	0,35%	-79,97%	13.023,00	0,34%	0,49%	0,49%
Pessoal aguardando aposentação	1.202,77	545,26	0,02%	-54,67%	0,00	0,00%	-100,00%	563,66	0,02%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Pessoal em qualquer outra situação	15.322,72	4.836,00	0,14%	-68,44%	21.503,88	0,59%	344,66%	40.131,18	1,08%	86,62%	96.762,38	2,52%	141,12%	141,12%
Representação	24.883,75	23.631,97	0,66%	-5,03%	24.098,16	0,66%	1,97%	24.797,04	0,67%	2,90%	24.797,04	0,65%	0,00%	0,00%
Subsídio de alimentação	213.152,39	220.375,89	6,17%	3,39%	241.487,87	6,58%	9,58%	246.093,12	6,62%	1,91%	238.154,35	6,21%	-3,23%	-3,23%
Subsídio de férias e de natal	371.140,54	367.271,36	10,28%	-1,04%	378.790,28	10,32%	3,14%	380.382,60	10,23%	0,42%	373.991,78	9,75%	-1,68%	-1,68%
Rem. por doença maternidade/ paternidade	79.249,72	64.527,42	1,81%	-18,58%	51.064,63	1,39%	-20,86%	63.328,70	1,70%	24,02%	79.424,80	2,07%	25,42%	25,42%
Sub-total	2.819.039,14	2.808.524,95	78,64%	-0,37%	2.898.883,28	78,96%	3,22%	2.928.848,39	78,75%	1,03%	2.989.503,35	77,91%	2,07%	2,07%
Abonos variáveis ou eventuais														
Gratificações variáveis ou eventuais	1.409,92	0,00	0,00%	-100,00%	599,40	0,02%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Horas extraordinárias	47.132,99	78.993,15	2,21%	67,60%	76.379,58	2,08%	-3,31%	77.885,55	2,05%	1,97%	77.908,27	2,03%	0,03%	0,03%
Ajudas de custo	65.305,47	64.073,53	1,79%	-1,89%	67.830,12	1,85%	5,86%	66.739,91	1,79%	-1,61%	46.633,55	1,22%	-30,13%	-30,13%
Abono para faltas	3.493,52	3.947,09	0,11%	12,98%	4.443,40	0,12%	12,57%	4.684,40	0,13%	5,42%	4.392,87	0,11%	-6,22%	-6,22%
Subsídio trabalho noturno	3.953,60	4.300,56	0,12%	8,78%	4.077,93	0,11%	-5,18%	5.443,51	0,15%	33,49%	4.709,03	0,12%	-13,49%	-13,49%
Subsídio de turno	13.490,38	8.123,81	0,23%	-39,78%	8.336,31	0,23%	2,62%	7.989,32	0,21%	-4,16%	7.374,09	0,19%	-7,70%	-7,70%
Indemizações por cessação de funções	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	100,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Outros suplementos e prémios	23.941,15	19.043,80	0,53%	-20,46%	19.500,75	0,53%	2,40%	24.145,11	0,65%	23,82%	18.955,68	0,49%	-21,49%	-21,49%
Sub-total	155.772,03	178.481,94	5,00%	12,45%	181.167,49	4,93%	1,50%	186.887,80	5,03%	3,16%	159.973,49	4,17%	-14,40%	-14,40%
Segurança Social														
Outros encargos com a saúde	25.673,76	27.492,03	0,77%	7,08%	22.329,96	0,61%	-18,78%	30.119,11	0,81%	34,88%	31.546,01	0,82%	4,74%	4,74%
Subsídio familiar a crianças e jovens	41.806,30	35.552,13	1,00%	-14,96%	34.536,48	0,94%	-2,86%	34.753,40	0,93%	0,63%	35.326,90	0,92%	1,65%	1,65%
Outras Prestações Familiares	6.265,62	5.110,92	0,14%	100,00%	7.489,18	0,20%	46,53%	7.933,36	0,21%	5,93%	7.912,40	0,21%	-0,26%	-0,26%
ADSE	210.150,23	76.984,64	2,16%	100,00%	65.929,40	1,80%	-14,36%	73.014,55	1,96%	10,75%	149.934,43	3,91%	105,35%	105,35%
Segurança social dos funcionários públicos	265.419,35	290.732,86	8,14%	9,54%	287.005,02	7,82%	-1,28%	288.613,90	7,76%	0,56%	280.331,26	7,31%	-2,87%	-2,87%
Segurança social regime geral	89.915,37	105.031,22	2,94%	16,81%	128.478,62	3,50%	22,32%	139.873,70	3,76%	8,87%	159.306,67	4,15%	13,89%	13,89%
Outras pensões	710,40	0,00	0,00%	-100,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Seguros	48.586,77	43.261,55	1,21%	-10,96%	45.430,08	1,24%	5,01%	28.943,72	0,78%	-36,29%	23.120,88	0,60%	-20,12%	-20,12%
Sub-total	688.527,80	584.165,35	16,36%	-15,16%	591.198,74	16,10%	1,20%	603.251,74	16,22%	2,04%	687.478,55	17,92%	13,96%	13,96%
Total	3.666.293,97	3.571.172,24	100%	-2,59%	3.671.249,51	100%	2,80%	3.718.987,93	100%	1,30%	3.836.955,39	100%	3,11%	3,11%

Os montantes respeitantes às despesas com pessoal foram enviados à Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de modo a se cumprir o disposto no n.º 5 da Lei das Finanças Locais.

Deste modo foram enviados trimestralmente, para a entidade acima referida, mapas comparativos entre 2009 e 2010, com as respectivas excepções e cujo conteúdo se apresenta de seguida:

Montantes acumulados no final de 2009

	Final trimestre 2009 (1)	Final trimestre 2010 (2)	Comparação [2010-2009] (3)=(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	3.718.987,93	3.836.955,39	117.967,46
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)		0,00	
TOTAL	3.718.987,93	3.836.955,39	117.967,46
Aumento resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários públicos			
Aumento resultante da delegação de competências da Administração Central			7.790,52
Aumento resultante de disposições legais			110.176,94
Aumento resultante de sentenças judiciais			
Aumento resultante de outras situações não incluídas nas alíneas anteriores			

No quadro acima é possível verificar que relativamente a 2009 houve uma variação positiva das despesas com pessoal e aquisição de serviços, compensada pelo valor das excepções.

Analizando agora a evolução das despesas de pessoal em proporção das despesas correntes, verificamos que o peso das despesas de pessoal nas despesas correntes totais diminuiu no ano de 2010 atingindo o valor mais baixo dos últimos 7 anos.

Despesa Pessoal / Despesa Corrente

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Despesas com Pessoal	3.267.731,87	3.495.495,26	3.666.293,97	3.571.172,24	3.671.249,51	3.718.987,93	3.836.955,39
Despesas Correntes	5.980.654,62	6.210.286,89	6.944.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05
Desp. Pessoal/ Correntes	54,64%	56,29%	52,79%	51,93%	50,45%	53,46%	47,56%

Neste capítulo, importa referir a despesa relacionada com o pessoal afecto às Juntas de Freguesia, que consta do quadro seguinte:

N.º Funcionários da Câmara Municipal afectos às Juntas de Freguesia

Freguesia	N.º de Funcionários	Valor
Anseriz	1	7.547,70
Arganil		
Barril de Alva	1	10.760,54
Benfeita	3	24.058,40
Celavisa	2	14.112,53
Cepos	2	21.350,45
Cerdeira	1	8.358,63
Coja	2	19.846,35
Folques	2	16.581,22
Moura da Serra	1	8.873,41
Piódão	3	30.048,45
Pomares	3	24.387,52
Pombeiro Beira	3	25.265,23
Secarias	1	7.690,33
Sarzedo	2	6.202,10
S.Mart.Cortiça	2	15.178,80
Teixeira	2	17.314,22
Vila Cova Alva	1	9.229,45
Total	32	266.805,33

Refere-se ainda que para as Freguesias de S. Martinho da Cortiça e Coja foi transferido o montante correspondente ao custo de um funcionário.

Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (F.S.M.), introduzido pela primeira vez em 2007, consiste na consignação de uma receita transferida e quantificada através do Orçamento de Estado, a despesas associadas a funções sociais.

É de sublinhar, que o F.S.M. não se trata de uma receita acrescida para as autarquias, mas de parte dos anteriores Fundos Municipais extintos pela nova Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro), que antes de 2007 eram transferidos sem qualquer condicionalismo, e que passaram com a criação do F.S.M. a serem obrigatoriamente alocadas a determinadas funções sociais. A instituição do F.S.M. traduziu-se assim, numa perca de autonomia financeira dos Municípios, em relação às verbas transferidas anualmente através do Orçamento de Estado.

No exercício de 2010 e conforme a indicação da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) as despesas enquadráveis no FSM encontram-se definidas na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).

A Despesa Municipal com Educação enquadrável nas regras definidas em 2010 para o Fundo Social Municipal atingiu um total de 999.848,62€, existindo uma insuficiência das transferências do exterior para comparticipar estes encargos de 539.385,40€.

No quadro seguinte podemos verificar os montantes pagos durante o ano de 2010 relativos ao funcionamento do 1.º CEB e Pré - Escolar:

Despesas com Educação	Despesa Municipal	Financiamento			Despesa Suportada pelo Município
		Comparticipação Estado	Protocolos com a DREC	Famílias	
Transportes Escolares	272.948,26				
Refeições Escolares	172.416,65				
Prolongamento horário	24.736,11				
Actividades de Enriquecimento Curricular	82.292,92	222.063,00	173.543,03	64.857,19	539.385,40
Pessoal Auxiliar	245.903,30				
Outras Despesas de Fun. Corrente	201.551,38				
Total	999.848,62	222.063,00	173.543,03	64.857,19	539.385,40

Constata-se que do total da Despesa Municipal na Educação existe um deficit de 54%, que é directamente comparticipado pelo Município, sendo o valor total de todas as transferências insuficiente em cerca de 539 mil euros, para fazer face aos encargos do Município de Arganil, com despesas de funcionamento corrente da educação do 1.º CEB e Pré-Escolar.

A autarquia de Arganil atribui benefícios aos alunos inseridos em agregados familiares caracterizados por uma situação socio-económica de carência. Estes apoios concretizam-se em atribuição de auxílios económicos (para aquisição de livros escolares), reduções e isenções nas refeições escolares e prolongamento de horário.

Relativamente a este assunto é ainda de destacar que foi aprovado em reunião de Câmara, de 15 de Junho de 2008, a isenção de custos de transportes escolares todos os alunos residentes no concelho de Arganil.

Por outro lado, o Investimento realizado neste sector, nomeadamente os Centros Escolares, não é comparticipado a 100%, sendo a taxa de participação efectiva de 80%.

Transferências Correntes e de Capital

Os apoios financeiros constituem uma importante fonte de despesa autárquica, deste modo analisa-se de seguida a evolução das transferências nos últimos seis anos.

Evolução das Transferências Correntes e de Capital

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Transferências Correntes	307.257,97	308.280,56	391.452,28	333.904,71	352.339,39	407.043,56	445.074,58
Transferências de Capital	127.427,70	179.079,07	268.809,35	612.364,34	517.839,33	489.652,01	496.822,42



Do gráfico e quadro acima podemos verificar que em 2010 as transferências correntes sofreram um ligeiro aumento relativamente a 2009.

Igualmente as transferências de capital viram o seu valor também a aumentar.

Das Transferências correntes destaca-se o valor transferido para o apoio ao associativismo que representa 27% das mesmas.

As Transferências para as Freguesias, no âmbito da Delegação de Competências e dos Contratos Programa realizados representam 90% das transferências de capital.

Do valor das transferências de capital para Instituições sem Fins Lucrativos destacam-se os valores transferidos para o Centro Social e Paroquial de Coja a título de comparticipação na construção de um lar de idosos.

Montantes recebidos pelas Juntas de Freguesia:

No quadro seguinte evidencia-se o montante total recebido por cada uma das Freguesias do Concelho, quer de forma directa – transferência, quer de forma indirecta – pessoal ao serviço da Freguesia pago pela Câmara Municipal:

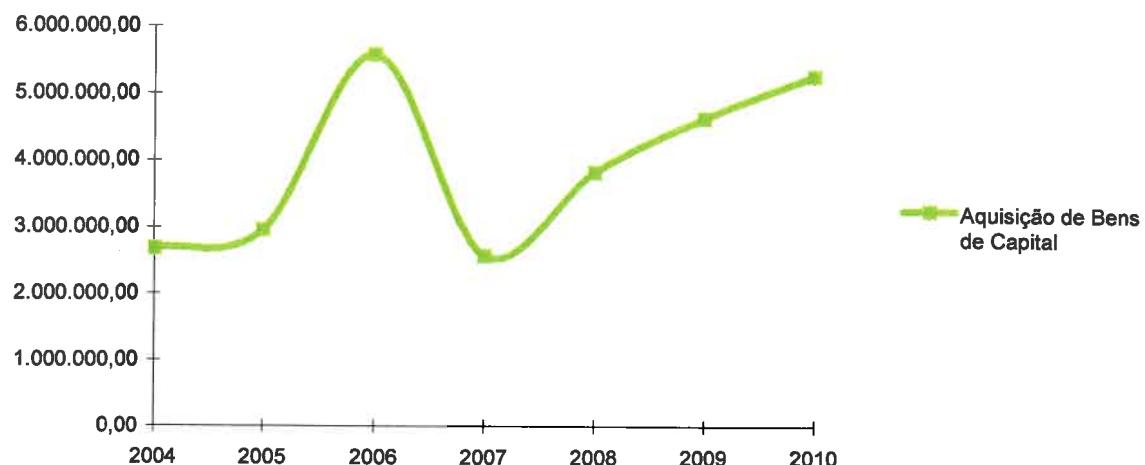
Montantes Recebidos directa e indirectamente pelas Juntas de Freguesia							
Freguesia	Adendas		Comp. Mesas Eleitorais	Contratos			Total
	Delegação de Competências	Delegação Comp.		Programa	Outros Apoios	Pessoal	
Anseriz	6.000,00		381,60	13.250,00	5.000,00	7.547,70	32.179,30
Arganil	22.500,00		1.144,80	7.750,00		0,00	31.394,80
Barril de Alva	6.630,00		381,60	6.000,00		10.760,54	23.772,14
Benfeita	10.632,00		381,60	10.250,00	15.500,00	24.058,40	60.822,00
Celavisa	7.783,00	750,00	381,60	6.750,00		14.112,53	29.777,13
Cepos	6.569,00		381,60	13.000,00	4.000,00	21.350,45	45.301,05
Cerdeira	6.537,00		381,60	1.424,00		8.358,63	16.701,23
Coja	19.529,00		763,20	23.500,00	13.376,00	19.846,35	77.014,55
Folques	9.648,00		381,60	10.735,00		16.581,22	37.345,82
Moura da Serra	6.305,00		381,60			8.873,41	15.560,01
Piódão	10.739,00		381,60	23.157,00		30.048,45	64.326,05
Pomares	12.867,00		381,60	15.000,00	1.250,00	24.387,52	53.886,12
Pombeiro Beira	18.279,00		763,20	18.000,00	8.635,00	25.265,23	70.942,43
Secarias	7.743,00		381,60	8.000,00	3.500,00	7.690,33	27.314,93
Sarzedo	10.732,00	750,00	381,60	12.000,00	9.996,39	6.202,10	40.062,09
S.Mart.Cortiça	20.443,00	9.876,00	763,20	17.250,00	10.918,90	15.178,80	74.429,90
Teixeira	7.714,00		381,60			17.314,22	25.409,82
Vila Cova Alva	9.350,00		381,60	12.500,00		9.229,45	31.461,05
Total	200.000,00	11.376,00	8.776,80	198.566,00	72.176,29	266.805,33	757.700,42

Aquisição de Bens de Capital

Aquisição de Bens de Capital

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Aquisição de Bens de Capital	2.681.358,23	2.961.215,59	5.595.257,35	2.574.290,19	3.830.536,49	4.641.643,16	5.283.902,18

Aquisição de Bens de Capital



Os montantes pagos, em termos de Bens de Capital, após o pico registado no ano de 2006 apresentam uma tendência crescente constante.

Destaca-se que das despesas de capital ficaram por pagar apenas 894.749,17€, pelo que a fraca execução destas despesas se deve à falta da sua realização.

Refira-se, ainda, que a rubrica “Aquisição de bens de Capital” representa 37% das Despesas Totais.

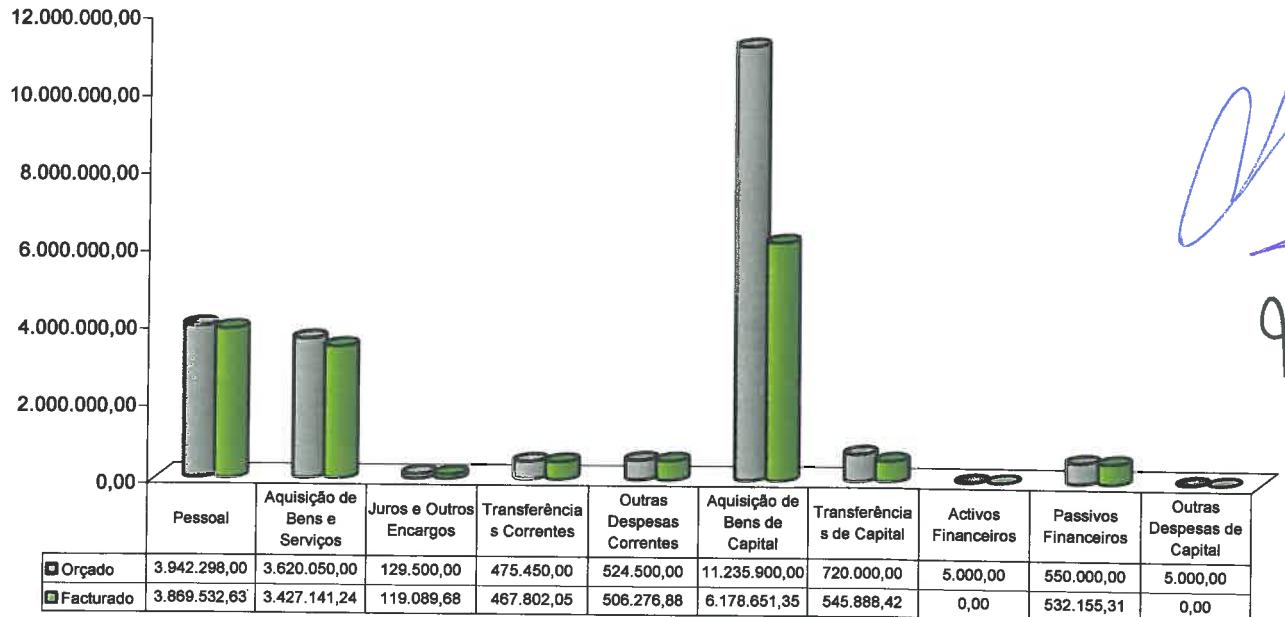
Orçamental	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orgão	Fact. Total	Tx Exec. %	Orgão	Fact. Total	Tx Exec. %	Orgão	Fact. Total	Tx Exec. %	
Análise da Despesa Facturada													
Despesas Correntes													
Pessoal	3.596.060,00	3.589.259,68	99,81%	3.725.500,00	3.682.750,07	98,85%	3.831.100,00	3.786.526,13	98,84%	3.942.298,00	3.869.532,63	98,15%	
Aquisição de Bens e Serviços	2.707.190,00	2.621.748,09	96,84%	3.214.900,00	2.961.135,49	92,11%	3.653.000,00	3.145.499,88	86,11%	3.620.050,00	3.427.141,24	94,67%	
Juros e Outros Encargos	249.200,00	249.093,41	99,96%	290.000,00	259.860,65	89,61%	175.500,00	149.561,18	85,22%	129.500,00	119.089,68	91,96%	
Transferências Correntes	352.801,00	344.279,71	97,58%	417.000,00	384.965,90	92,32%	503.100,00	475.999,89	94,61%	475.450,00	467.802,05	98,39%	
Outras Despesas Correntes	426.600,00	414.499,00	97,16%	526.872,00	500.434,83	94,98%	504.500,00	462.293,09	91,63%	524.500,00	506.276,88	96,53%	
Total Despesas Correntes	7.331.851,00	7.218.879,89	98,46%	8.174.272,00	7.789.146,94	95,29%	8.667.200,00	8.019.880,17	92,53%	8.691.798,00	8.389.842,48	96,53%	
Despesas de Capital													
Aquisição de Bens de Capital	6.170.732,00	2.967.389,38	48,09%	11.168.000,00	4.324.810,29	38,73%	11.579.000,00	7.695.384,15	66,46%	11.235.900,00	6.178.651,35	54,99%	
Transferências de Capital	662.620,00	643.306,95	97,09%	562.500,00	528.430,02	93,94%	535.000,00	500.902,01	93,63%	720.000,00	545.888,42	75,82%	
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	100,00%	5.000,00	0,00	0,00%	
Passivos Financeiros	605.000,00	604.246,99	99,88%	583.650,00	577.306,05	98,91%	550.000,00	540.170,98	98,21%	550.000,00	532.155,31	96,76%	
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	55.000,00	45.861,33	0,00%	0,00	0,00	100,00%	5.000,00	0,00	0,00%	
Total Despesas de Capital	7.438.352,00	4.214.943,32	56,67%	12.369.150,00	5.476.407,69	44,27%	12.664.000,00	8.736.457,14	68,99%	12.515.900,00	7.256.695,08	57,98%	
Total das Despesas	14.770.203,00	11.433.823,21	77,41%	20.543.422,00	13.265.554,63	64,57%	21.331.200,00	16.756.337,31	78,55%	21.207.698,00	15.646.537,56	73,78%	

RPA lug
JL
PD
Zelio

Quadro Evolutivo da Despesa

	2007	2008	Var%	2009	Var%	2010	Var%
Orçamentado	14.770.203,00	20.543.422,00	39,09%	21.331.200,00	3,83%	21.207.698,00	-0,58%
Cabimentado	12.865.974,93	14.872.066,51	15,59%	18.441.411,68	24,00%	18.004.325,03	-2,37%
Facturado	11.433.823,21	13.265.554,63	16,02%	16.756.337,31	26,31%	15.646.537,56	-6,62%
Executado	10.668.445,85	12.248.382,12	14,81%	12.627.764,39	3,10%	14.380.456,96	13,88%

Despesas Orçamentadas/ Facturadas 2010



Quadro demonstrativo das diferentes fases da despesa em 2010

Designação	Orçamentada	Comprometida	Realizada	Paga	Realizado e não pago	Comprometido por realizar
1. Despesas Correntes	8.691.798,00	8.448.979,42	8.389.842,48	8.067.577,05	322.265,43	59.136,94
1.1 Pessoal	3.942.298,00	3.869.532,63	3.869.532,63	3.836.955,39	32.577,24	0,00
1.3 Aquisição de Bens	697.200,00	672.907,62	664.587,41	596.251,47	68.335,94	8.320,21
1.2 Aquisição de Serviços	2.922.850,00	2.806.191,78	2.762.553,83	2.580.829,63	181.724,20	43.637,95
1.4 Juros e Outros Encargos	129.500,00	119.089,68	119.089,68	118.567,38	522,30	0,00
1.5 Transferências Correntes	475.450,00	467.802,05	467.802,05	445.074,58	22.727,47	0,00
1.6 Outras Despesas Correntes	524.500,00	513.455,66	506.276,88	489.898,60	16.378,28	7.178,78
2. Despesas de Capital	12.515.900,00	9.188.523,60	7.256.695,08	6.312.879,91	943.815,17	1.931.828,52
2.1 Terrenos Habitações e Edifícios	5.329.000,00	4.020.587,91	2.782.660,51	1.966.257,09	816.403,42	1.237.927,40
2.2 Construções Diversas	5.362.300,00	3.810.214,35	3.126.327,78	3.094.717,07	31.610,71	683.886,57
2.3 Material de Transporte	25.000,00	9.735,22	9.735,22	9.735,22	0,00	0,00
2.4 Equipamento e Software Informático	164.400,00	125.861,99	116.180,08	102.787,80	13.392,28	9.681,91
2.5 Equipamento Básico e Administrativo	335.200,00	138.303,09	138.020,45	104.677,69	33.342,76	282,64
2.6 Outros Investimentos	20.000,00	5.727,31	5.727,31	5.727,31	0,00	0,00
2.7 Transferências de Capital	720.000,00	545.888,42	545.888,42	496.822,42	49.066,00	0,00
2.8 Activos Financeiros	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9 Passivos Financeiros	550.000,00	532.205,31	532.155,31	532.155,31	0,00	50,00
2.10 Outras Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Despesas (1+2)	21.207.698,00	17.637.503,02	15.646.537,56	14.380.456,96	1.266.080,60	1.990.965,46

Dos quadros e gráfico acima podemos tirar as seguintes conclusões:

- O valor da despesa facturada por liquidar em 2010, que transitou para o exercício de 2011, foi de 1.266.080,60€;
- O valor das despesas correntes cabimentadas, comprometidas e facturadas ficou bastante próximo do valor previsto;
- Os valores dos encargos comprometidos no ano de 2009, nos termos das respectivas contratualizações e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da actividade correspondente ascendeu a 1.990.965,46€;
- A taxa de execução das despesas realizadas foi:
 - Despesas correntes – 96,53%
 - Despesas de capital – 57,98%Valores estes superiores à execução medida com base nas despesas, efectivamente pagas.

4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria referem-se a retenções que a autarquia faz aos próprios funcionários e aos eleitos locais em regime de permanência, relativas a: C.G.A., I.R.S., A.D.S.E., I.G.F.S.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respectivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Do resultado dos movimentos financeiros efectuados durante a gerência de 2009 verifica-se que as entradas de fundos ascenderam a 15.494.067,75€. Deste montante, 14.885.586,75€ são provenientes de receitas orçamentais e 608.481,00€ correspondem a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

Por seu lado, as saídas de fundos ascenderam a 14.969.654,06€, repartidas pelas despesas orçamentais (14.380.456,96€) e pela despesa de Operações de Tesouraria (589.197,10€).

Desta forma, partindo de um saldo proveniente do exercício de 2009, no valor total de 467.979,06€, o saldo a transitar para o ano económico de 2011, será de 992.392,75€ Este saldo da gerência de 2010 compõe-se em 645.086,45€, como saldo de operações orçamentais, e em 347.306,30€, como saldo de operações de tesouraria.

Saldo de Gerência		Operações Orçamentais	Operações Tesouraria
2010	Saldo da gerência anterior (2009)	139.956,66	328.022,40
	Receitas	14.885.586,75	608.481,00
	Despesas	14.380.456,96	589.197,10
	Saldo para gerência seguinte	645.086,45	347.306,30

4.5 Indicadores Económico - Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade. Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

O quadro seguinte refere os indicadores de maior significado, no sentido de se proceder a uma avaliação da gestão das actividades levadas a efeito pela Autarquia.

Indicadores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Designação									
Impostos Directos/ Receitas Correntes	12,95%	14,37%	16,42%	13,90%	15,99%	16,45%	18,02%	14,35%	15,35%
Venda de Bens e Serviços/ Receitas Correntes	7,66%	10,90%	11,90%	10,56%	11,63%	10,64%	10,98%	10,13%	10,22%
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	67,38%	64,38%	59,99%	61,79%	57,70%	56,38%	58,70%	56,78%	58,61%
Receitas Correntes/ Receitas Totais	55,00%	57,00%	68,00%	61,95%	42,94%	73,39%	63,29%	63,77%	52,67%
Receitas Capital/ Receitas Totais	45,00%	43,00%	32,00%	38,05%	57,06%	26,61%	36,70%	36,18%	47,29%
Pessoal/ Despesas Correntes	55,74%	52,11%	49,33%	48,55%	48,85%	49,72%	47,28%	47,21%	46,12%
Aqui. Bens e Serviços/ Despesas Correntes	28,88%	32,35%	34,89%	35,84%	35,43%	36,32%	38,02%	39,22%	40,85%
Investimentos/ Despesas de Capital	90,00%	87,49%	85,36%	82,29%	67,88%	70,40%	78,97%	88,08%	85,14%
Passivos Financeiros/ Despesas de Capital	8,80%	9,75%	12,15%	12,32%	27,83%	14,34%	10,54%	6,18%	7,33%
Despesas Correntes/ Despesas Totais	46,00%	48,00%	54,00%	50,03%	46,93%	63,14%	58,72%	47,86%	53,62%
Despesas Capital/ Despesas Totais	54,00%	52,00%	46,00%	49,97%	53,07%	36,86%	41,28%	52,14%	46,38%
Pessoa/Receitas Correntes	59,98%	56,29%	52,39%	54,97%	54,90%	47,56%	48,55%	47,39%	49,44%
Fundos/ Despesas Totais	42,04%	42,32%	46,60%	41,83%	37,01%	52,30%	47,33%	39,35%	42,57%
Amortizações+Juros/Receitas Totais	7,84%	7,74%	7,51%	12,30%	17,02%	8,30%	6,98%	4,12%	4,38%
Receitas Correntes/ Despesas Correntes	92,94%	92,56%	94,16%	87,98%	88,98%	104,55%	97,39%	99,63%	93,29%
Receitas Capital/ Despesas Capital	93,62%	64,32%	51,36%	54,11%	104,55%	64,91%	80,34%	51,89%	96,85%

Nota: os valores destes indicadores foram calculados com base nas despesas facturadas.

4.6 Endividamento

Limite Legal de Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Neste ponto importa enquadrar o endividamento de médio e longo prazo à luz do estabelecido na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), quanto à capacidade de endividamento estabelecida para os municípios.

O limite de endividamento, de acordo com o n.º 2 do artigo 39º da Lei das Finanças Locais é calculado com base da soma de: Transferências do Orçamento de Estado do ano (exceptuando o Fundo Social Municipal), Impostos Municipais e Derrama do ano anterior.

A Lei das Finanças Locais acrescenta ainda na sua alínea a) do n.º 2 do artigo 61º que, os empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excepcionavam dos limites de endividamento municipal são excluídos do novo limite previsto no n.º 2 do artigo 39º daí que o indicador do endividamento a ter em conta é o total de empréstimos não excepcionados em dívida no final do ano.

Limite dos Empréstimos de Médio e Longo Prazos	
Designação	2010
1. Impostos Municipais (receita ano anterior)	1.146.819,32
1.1 Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	799.597,27
1.2 Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	205.815,22
1.3 Imposto Único de Circulação (IUC)**	141.225,08
1.4 Contribuição Autárquica	181,75
1.5 Imposto Municipal de Sisa	0,00
2. FEF + IRS (Mapa XIX do Orçamento do Estado para 2009)	6.691.448,00
3. Derrama	0,00
4. Participação nos resultados das entidades do sector empresarial local	0,00
5. Total (limite ao endividamento de Médio e Longo Prazo 2010 (1+2+3+4))	7.838.267,32
6. Empréstimos em dívida não excepcionados	7.800.000,00
7. Margem para o limite de empréstimos de médio e longo prazo	38.267,32
	0,49%

Para o ano de 2010 e de acordo com o quadro acima o limite dos empréstimos de médio e longo prazo situou-se em 7.838.267,32€; deste modo, o município de Arganil possuía no final de 2010 uma pequena margem de endividamento de Empréstimos de Médio e Longo Prazo. Esta redução da margem de endividamento de médio e longo prazo teve origem na contratação, durante o ano de 2010, do empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro.

Relativamente aos empréstimos analisamos de seguida a evolução do serviço da dívida:

Evolução dos Encargos do Serviço da Dívida - Empréstimos Médio Longo Prazo											
Descrição	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	
Amortização de Capital	2.386.797,07	93,89%	604.246,99	70,86%	577.306,05	69,03%	540.170,98	78,33%	532.155,31	86,34%	
Encargos Financeiros	155.239,31	6,11%	248.477,74	29,14%	259.045,90	30,97%	149.405,73	21,67%	84.218,05	13,66%	
Serviço da Dívida	2.542.036,38	100,00%	852.724,73	100,00%	836.351,95	100,00%	689.576,71	100,00%	616.373,36	100,00%	

Apesar da contratação do novo empréstimo o total do serviço da dívida em 2010 ascendeu a 616.373,36€, menos 73.203,35€ do que em 2009. Tal situação deve-se sobretudo à diminuição do capital em dívida dos empréstimos já existentes.

No decurso do ano foram pagos juros, no montante de 84.218,36€, e foram efectuadas amortizações, no valor de 532.155,31€, as quais representam 86,34% do valor total do serviço da dívida.

Em 2010 os valores correspondem:

- Amortização de Capital:

- Empréstimo Médio Longo Prazo – 500.000,00€
- Empréstimos contraídos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários – 32.155,31€;

- Encargos Financeiros:

- Juros Empréstimos Médio Longo Prazo – 81.991,66€
- Juros Empréstimos contraídos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários – 2.226,39€;

Refira-se ainda que no final do ano de 2010, o valor dos Empréstimos contraídos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários ascendia a 119.949,93€, montante que não é considerado para efeitos dos limites de endividamento líquido e capacidade de endividamento.

Límite Legal Endividamento Líquido Municipal

Este limite é calculado de forma compatível com o SEC 95, tendo como fim controlar o stock da dívida, sendo introduzido para possibilitar o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, no âmbito da União Económica e Monetária, nomeadamente do critério do défice das contas públicas. Deste modo, foi imposto ao subsector das autarquias, através Lei das Finanças Locais (Lei 2/2007, de 15 de Janeiro), uma limitação ao Endividamento Líquido do conjunto do Município e das Empresas Municipais. O Endividamento Líquido é calculado através da diferença entre Passivos e Activos Financeiros, sendo retirados os Empréstimos em dívida excepcionados.

De acordo com a Lei acima referida, “O montante do endividamento líquido total de cada Município não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior”.

Acresce que, nos termos do nº 4 do artigo 5º da Lei das Finanças Locais, a violação dos limites de endividamento líquido previsto para cada município origina uma redução no mesmo montante, na transferência do FEF devidas no ano seguinte.

Ora, nos termos do artigo 76º do Decreto de Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho – Lei de Execução do Orçamento do Estado para 2010, a Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) deve comunicar aos Municípios, até de 30 dias após a entrada em vigor do referido decreto -lei, os montantes máximos de endividamento.

Os valores de referência indicados pela DGAL para 2010 foram os seguintes:

Demonstração do cálculo dos limites ao endividamento municipal para 2010

Receitas Municipais	Receita Líquida
Total de Impostos Municipais de 2009*	1.146.819,32
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	799.597,27
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	205.815,22
Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)**	141.225,08
Contribuição Autárquica	181,75
Imposto Municipal de Sisa	0,00
Derrama	0,00
Total Impostos Municipais e Derrama	1.146.819,32 (A)
Receitas Arrecadadas a título de participação nos resultados das entidades dos SEL	0,00 (B)
FEF + IRS	6.691.448,00 (C)
Total de Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento	7.838.267,32 (D) = (A) + (B) + (C)
Limite ao endividamento de Curto Prazo	783.826,73 (E) = 10% × (D)
Limite ao endividamento de Médio e Longo Prazos	7.838.267,32 (F) = 100% × (D)
Limite ao Endividamento Líquido	9.797.834,15 (G) = 125% × (D)

No quadro seguinte podemos analisar a evolução do endividamento do Município de Arganil calculado sob esta forma:

Município de Arganil

Relatório de Gestão – 2010

	Evolução do endividamento líquido			2004	2005	Var.%	2006	Var.%	2007	Var.%	2008	Var.%	2009	Var.%	2010	Var. %
Passivos Financeiros (1)																
Médio e Longo Prazos																
Emprestimos	2.798.995,77	2.431.029,38	-13,1%	5.479.540,72	125,4%	4.902.342,21	-10,5%	4.360.353,85	-11,1%	3.819.949,93	-12,4%	7.394.365,04	93,57%			
Forn. Sistema Locação Financeira	903.693,04	865.330,43	-4,4%	0,00	-100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00%	
Curto Prazo																
Emprestimos	0,00	0,00		588.497,91	0,0%	577.306,07	-1,9%	541.988,35	0,0%	532.155,31	0,0%	525.584,89	-1,23%			
Fornecedores (c/c e imobilizado)	2.851.742,92	4.177.197,71	31,7%	747.521,28	-82,1%	647.678,02	-13,4%	968.270,01	49,5%	3.980.366,89	311,1%	1.079.291,13	-72,88%			
Estado e Outros Entes Públicos	38.901,48	37.656,15	-3,3%	36.575,76	-2,9%	41.327,38	13,0%	36.567,11	-11,5%	37.059,87	1,3%	59.215,22	59,78%			
Administração Autárquica	46.074,08	46.571,47	1,1%	15.651,48	-66,4%	97.236,70	521,3%	24.434,36	-74,9%	22.041,11	-9,8%	50.835,25	130,64%			
Outros Credores	521.010,54	628.928,51	20,7%	518.818,39	-17,5%	365.361,55	-29,6%	363.262,30	-0,6%	418.780,31	15,3%	449.001,36	7,22%			
Acréscimos e Diferimentos*	358.960,36	364.988,54	1,7%	348.208,89	-4,6%	417.287,79	19,8%	402.794,96	-3,5%	421.521,51	4,6%	447.233,22	6,10%			
Total Passivos Financeiros	7.519.378,19	8.551.712,19	12,1%	7.734.814,43	-9,6%	7.048.539,72	-8,9%	6.697.670,94	-5,0%	9.231.874,93	37,8%	10.005.526,11	8,38%			
Activos Financeiros (2)																
Caixa	1.937,94	2.252,30	14,0%	19.953,72	785,9%	7.402,66	-62,9%	1.577,74	-78,7%	8.186,85	418,9%	2.118,57	-74,12%			
Depósitos Instituições Financeiras	561.333,65	730.680,62	23,2%	1.192.678,30	63,2%	776.825,69	-34,9%	561.392,25	-27,7%	459.792,21	-18,1%	990.274,18	115,37%			
Clientes	50.628,89	56.589,23	10,5%	62.164,12	9,9%	26.963,97	-56,6%	24.639,23	-8,6%	37.052,56	50,4%	25.268,12	-31,80%			
Estado e Outros Entes Públicos	3.912,02	24.094,94	83,8%	52.609,30	118,3%	37.153,74	-29,4%	39.437,97	6,1%	34.237,65	-13,2%	0,00	-100,00%			
Outros Devedores	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	340.775,74	0,0%	577.560,30	69,6%	1.507.650,44	160,99%			
Acréscimos e Diferimentos	56.212,81	25.857,04	-117,4%	33.058,80	27,9%	51.103,19	54,6%	178.028,08	248,4%	93.659,02	-47,4%	375.221,42	300,62%			
Investimentos Financeiros	45.323,18	238.356,95	81,0%	238.356,95	0,0%	238.356,95	0,0%	230.874,98	-3,1%	230.874,98	0,0%	230.874,98	0,00%			
Total dos Activos Financeiros	719.348,49	1.077.831,08	33,3%	1.598.821,19	48,3%	1.137.806,20	-28,8%	1.376.725,99	21,0%	1.441.463,57	4,7%	3.131.407,71	117,24%			
Endividamento Líquido (1)-(2)	6.800.029,70	7.473.881,11	9,0%	6.135.993,24	-17,9%	5.910.733,52	-3,7%	5.320.944,95	-10,0%	7.790.411,36	46,14%	6.874.118,40	-11,76%			

* Para cálculo do end. líquido não entram as contas 2745 e 2749.

RPA lug R.

B
Jardim
RJD

Do quadro acima podemos concluir que, em 2010 o endividamento líquido sofre um decréscimo de 11,76%.

No quadro seguinte apresenta-se o apuramento da situação de endividamento no final de 2010, onde se compararam os valores registados no Município e os limites comunicados pela DGAL acima referidos:

Apuramento da situação de endividamento no final de 2010

Designação	Montante	Observações
Total endividamento bancário curto prazo	525.584,89 (A) = Saldo credor conta 2311	
Capital em dívida de médio e longo prazos	7.394.365,04 (B) = Saldo credor conta 2312	
Total Endividamento Líquido	6.874.118,40 (C) = Passivos - Activos	
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento	94.365,04 (D)	
Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	7.300.000,00 (E) = (B) - (D)	
Endividamento líquido a considerar	6.754.168,47 (F) = (C) - (D)	

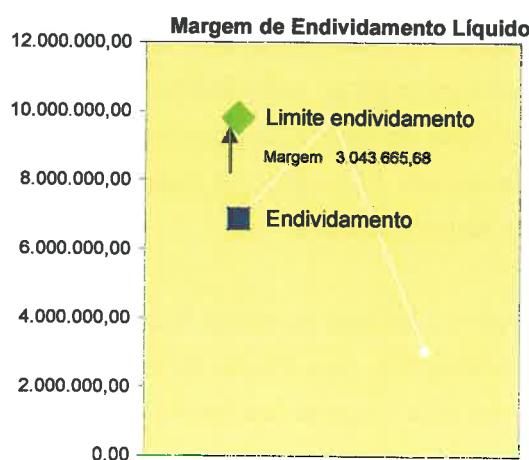
Limits endividamento municipal

Endividamento de curto prazo	783.826,73 (G)
Endividamento de médio e longo prazos	7.838.267,32 (H)
Endividamento líquido	9.797.834,15 (I)

Situação face aos limites

Endividamento de curto prazo	Excesso 0,00	(J) = Excesso, se (A) > (G); (J) = Margem, se (A) < (G)
	Margem 258.241,84	
Endividamento de médio e longo prazos	Excesso 0,00	(K) = Excesso, se (E) > (H); (K) = Margem, se (E) < (H) Considerando para o limite os 500.000,00 de empréstimos não excepcionados registados no curto prazo
	Margem 38.267,32	
Endividamento líquido	Excesso 0,00	(L) = Excesso, se (F) > (I); (L) = Margem, se (F) < (I)
	Margem 3.043.665,68	

Do quadro do apuramento da situação de endividamento líquido constata-se facilmente que todos os limites foram cumpridos, existindo, para cada tipo de endividamento, margem.



5. Balanço e Demonstração de Resultados

Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, é normalmente reportado ao final do exercício económico e apresenta de forma agrupada os activos, os passivos e os fundos próprios.

O valor que a seguir se apresentam, estão naturalmente limitados à aplicação dos princípios contabilísticos no POCAL, muito concretamente no que se refere ao princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou produção.

O conjunto de Bens e Direitos que compõem o Activo do Município, totalizavam, em 31 de Dezembro de 2010, 50.090.249,27€.

Do quadro a seguir apresentado podemos verificar que, a variação da estrutura do balanço de 2009 para 2010 (mais 5,59%), reflecte por um lado o investimento em infra-estruturas (aumento do valor do activo imobilizado) em que se atingiram os valores mais altos dos últimos 4 anos, destacando-se pelo seu valor as seguintes obras: Requalificação EB1 Arganil, Requalificação da Antiga Cerâmica Arganilense.

A estrutura do Balanço, evidencia que o Activo Fixo, ou seja, os bens duradouros e as participações do Município noutras entidades, representam a grande maioria do Activo (94%). Esta estrutura reflecte o elevado peso da política de investimento Municipal, que tem existido ano após ano, e a sua consequente materialização em bens duradouros.

Por outro lado, estão registados um conjunto de dívidas de terceiros, nas quais se incluem as receitas liquidadas e não cobradas, nomeadamente dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos mas sobretudo as comparticipações financeiras comunitárias e nacionais para projectos do Município, no âmbito dos contratos-programa aprovados que se encontram em curso, representando, em 31-12-2010, o valor de 1.532.918,56€, que no seu conjunto são cerca de 58,92% do Activo Circulante.

O valor dos acréscimos e diferimentos, do lado do activo, respeita a: acréscimo de proveitos - proveitos a reconhecer no próprio exercício, cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores; e custos diferidos – custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as despesas respectivas tenham ocorrido em 2010.

RPAhuz
D
Jardim
SJD
J
JM
OM

Os Fundos Próprios aumentaram 6,16% relativamente ao ano de 2009 e são constituídos maioritariamente pelo Património.

O valor do Património respeita por um lado ao cumprimento do aprovado pela Assembleia Municipal, da aplicação do Resultado Líquido do Exercícios anteriores, e por outro a regularizações do Balanço Inicial;

O resultado líquido foi positivo no valor de 791.823,76€, registando um decréscimo relativamente a 2009 de 2,81%;

O Passivo do Município de Arganil, é principalmente de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

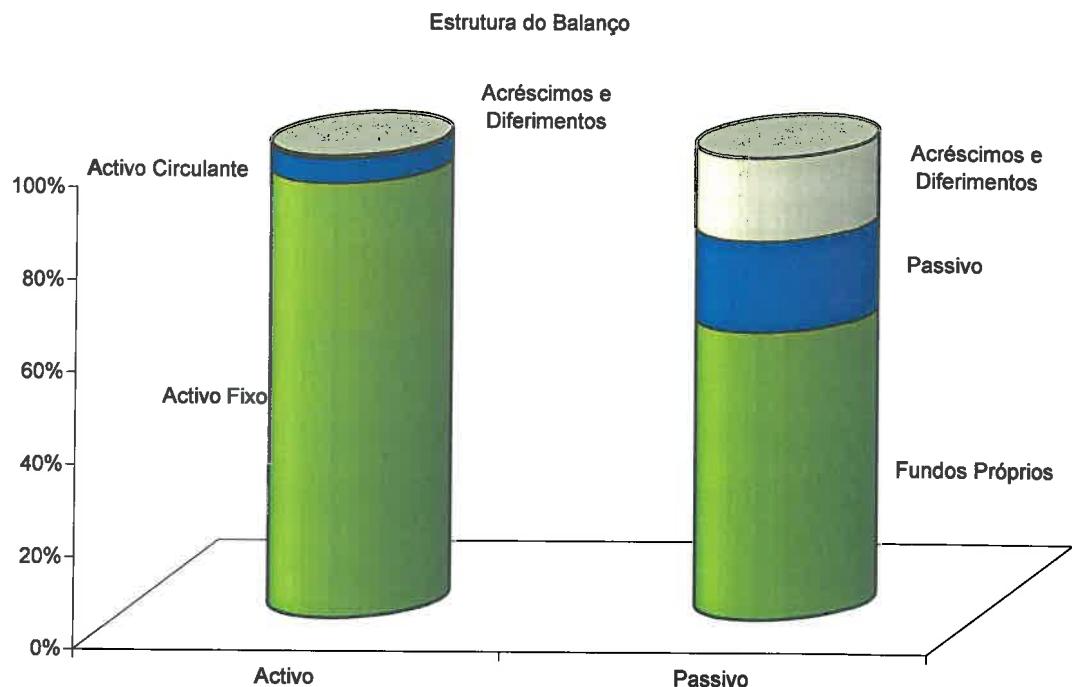
É de salientar, que estão reflectidos no Passivo, tal como em Disponibilidades, 347.472,03€ de cauções retidas a terceiros e de operações de tesouraria.

A aplicação do Princípio da Especialização, de acordo com o estipulado no POCAL, implica o registo contabilístico de todos os custos e proveitos referentes ao exercício, mesmo que sejam apenas suportados/recebidos em diferentes exercícios económicos. Em relação aos subsídios recebidos pelo Município para comparticipação no investimento em bens corpóreos, só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que forem contabilizadas as depreciações (amortizações) do immobilizado a que dizem respeito. Enquanto tal, estes valores têm que estar reflectidos na rubrica de Acréscimos e Diferimentos. Em suma, os 9.069.612,42€ que figuram no lado do Passivo no Balanço não correspondem a nenhuma forma de dívida do Município, sendo 95% correspondentes ao diferimento de proveitos (comparticipações ao investimento), os quais serão amortizados de acordo com a vida útil dos respectivos bens, e os restantes 5% referem-se à previsão de diversos custos respeitantes a 2010, que à data de 31-12-2010 não se encontravam registados na contabilidade. Conclui-se que ao respeitar o Princípio Contabilístico do Acréscimo, o Município apresenta uma imagem real e fidedigna da sua situação económica e financeira.

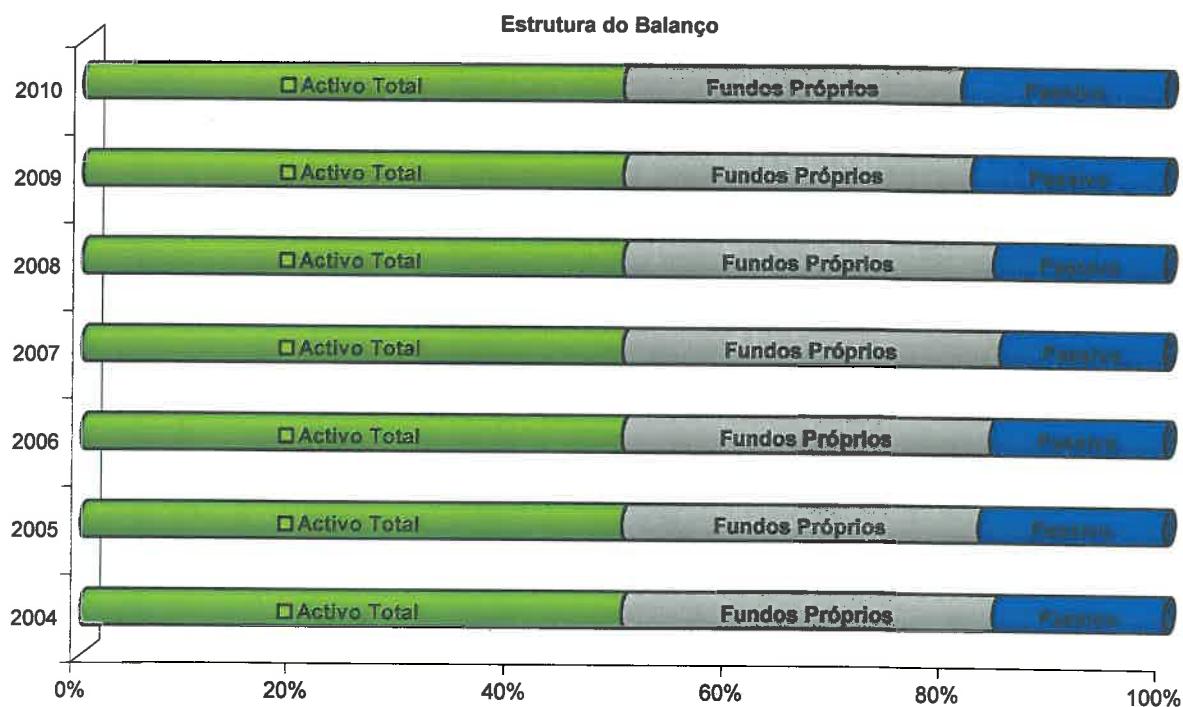
No passivo há a salientar o aumento dos empréstimos de médio e longo prazo como consequência da contratação do novo empréstimo para saneamento financeiro.

O valor dos empréstimos de curto prazo respeita às amortizações previstas para 2010;

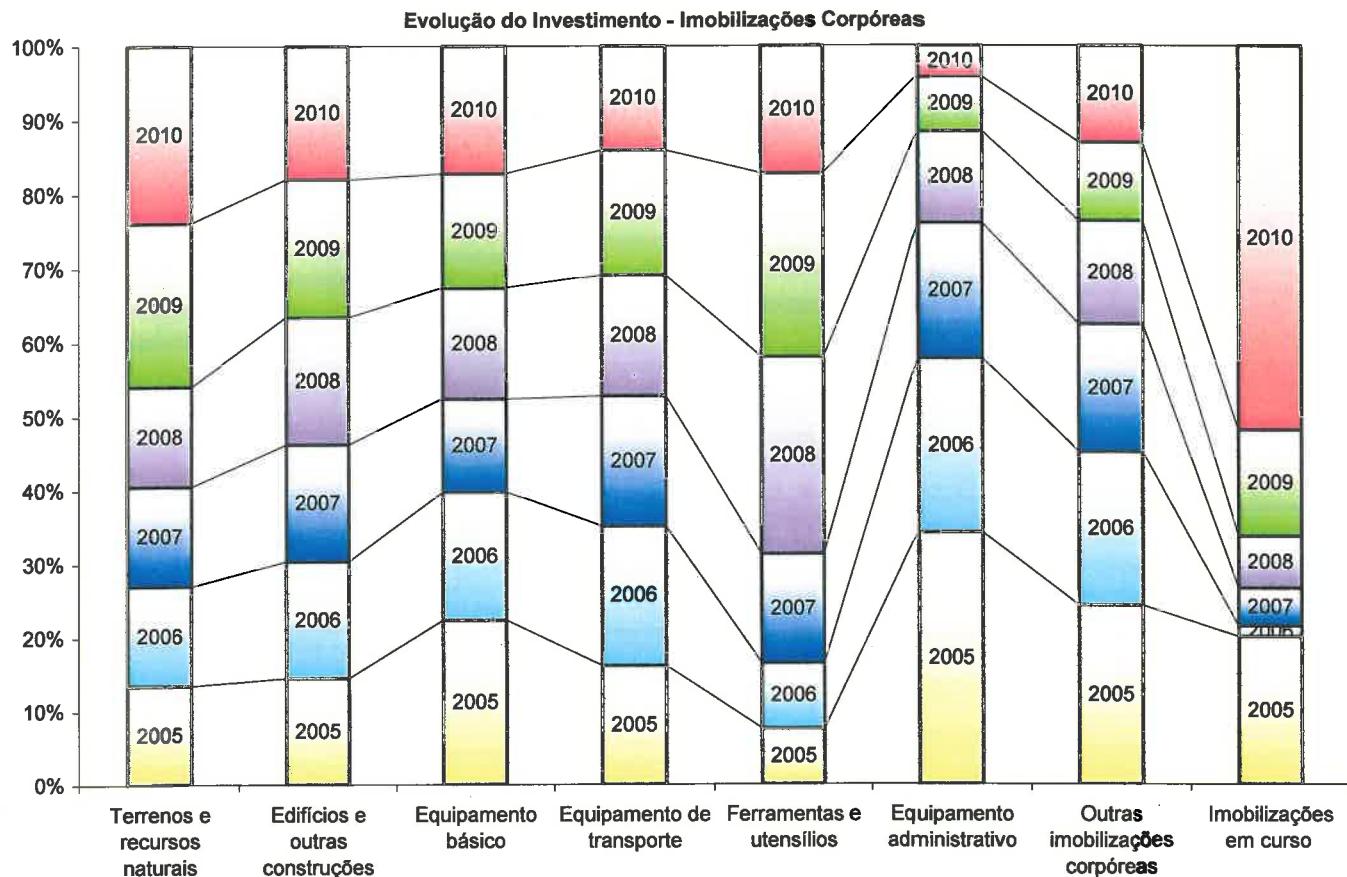
	Estrutura e Evolução Patrimonial da Autárquia			2007			2008			2009			2010			Variação 10/09		
Designação		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%									
1. Imobilizado		38.826.120,70	97,31%	40.594.802,25	96,91%	46.127.164,03	97,24%	47.113.167,72	94,06%	986.003,69	2,14%							
1.1 Bens do Domínio Público		20.748.829,18	52,00%	21.242.146,01	50,71%	23.499.261,85	49,54%	22.942.537,24	45,80%	-556.724,61	-2,37%							
1.2 Imobilizações Incorpóreas		90.204,40	0,23%	136.470,74	0,33%	383.888,57	0,81%	272.058,93	0,54%	-111.829,64	-29,13%							
1.3 Imobilizações Corpóreas		17.748.730,17	44,48%	18.985.310,52	45,32%	22.013.138,63	46,41%	23.667.696,57	47,25%	1.654.557,94	7,52%							
1.4 Investimentos Financeiros		238.356,95	0,60%	230.874,98	0,55%	230.874,98	0,49%	230.874,98	0,46%	0,00	0,00%							
2. Circulante		1.023.083,99	2,56%	1.118.245,95	2,67%	1.216.168,93	2,56%	2.601.860,13	5,19%	1.385.691,20	113,94%							
2.1 Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo		174.737,93	0,44%	150.423,02	0,36%	99.239,36	0,21%	76.548,82	0,15%	-22.690,54	-22,86%							
2.2 Dívidas de Terceiros - Curto prazo		64.117,71	0,16%	404.852,94	0,97%	648.950,51	1,37%	1.532.918,56	3,06%	883.968,05	136,22%							
2.3 Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa		784.228,35	1,97%	562.969,99	1,34%	467.979,06	0,99%	992.392,75	1,98%	524.413,69	112,06%							
3. Acréscimos e Diferimentos		51.103,19	0,13%	178.028,08	0,42%	93.659,02	0,20%	375.221,42	0,75%	281.562,40	300,62%							
Activo (1+2+3)		39.900.307,88	100,00%	41.891.076,28	100,00%	47.436.991,98	100,00%	50.090.249,27	100,00%	2.653.257,29	5,59%							
4. Património		26.470.425,88	95,47%	27.410.737,59	95,83%	28.278.411,97	92,98%	30.020.098,34	96,18%	1.741.686,37	6,16%							
5. Reservas		265.917,39	0,96%	314.851,97	1,10%	358.797,38	1,18%	399.532,27	1,28%	40.734,89	11,35%							
6. Resultados Transitados		10.554,73	0,04%	0,00	0,00%	962.102,03	3,16%	0,00	0,00%	-962.102,03	-100,00%							
7. Resultado Líquido do Exercício		978.691,56	3,53%	878.908,20	3,07%	814.697,83	2,68%	791.823,76	2,54%	-22.874,07	-2,81%							
Fundos Próprios (4+5+6+7)		27.725.589,56	100,00%	28.604.497,76	100,00%	30.414.099,21	100,00%	31.211.454,37	1,00	797.445,16	2,62%							
8. Provisões para Riscos e Encargos		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	250.889,59	1,33%	250.889,59	0,00%							
9. Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		4.902.342,21	40,27%	4.360.353,85	32,82%	3.819.949,93	22,44%	7.394.365,04	39,17%	3.574.415,11	93,57%							
9.1 Dívidas a instituições de crédito		4.902.342,21	40,27%	4.360.353,85	32,82%	3.819.949,93	22,44%	7.394.365,04	39,17%	3.574.415,11	93,57%							
10. Dívidas a terceiros - Curto prazo		1.728.909,72	14,20%	1.934.522,13	14,56%	4.990.403,49	29,32%	2.163.927,85	11,46%	-2.826.475,64	-56,64%							
10.1 Empréstimos de curto prazo		577.306,07	4,74%	541.988,35	4,08%	532.155,31	3,13%	525.584,89	2,78%	-6.570,42	-1,23%							
10.2 Fornecedores, c/c		333.987,84	2,74%	558.388,49	4,20%	970.427,95	5,70%	267.392,05	1,42%	-703.035,90	-72,45%							
10.3 Fornecedores de imobilizado, c/c		313.690,18	2,58%	409.881,52	3,08%	3.009.938,94	17,68%	811.899,08	4,30%	-2.198.039,86	-73,03%							
10.4 Estado e outros entes públicos		41.327,38	0,34%	36.567,11	0,28%	37.059,87	0,22%	59.215,22	0,31%	22.155,35	59,78%							
10.5 Administração autárquica		97.236,70	0,80%	24.434,36	0,18%	22.04,11	0,13%	50.835,25	0,27%	28.794,14	130,64%							
10.6 Outros credores		365.361,55	3,00%	363.262,30	2,73%	418.780,31	2,46%	449.001,36	2,38%	30.221,05	7,22%							
11. Acréscimos e Diferimentos		5.543.466,39	45,53%	6.991.702,54	52,62%	8.212.629,35	48,24%	9.069.612,42	48,04%	856.983,07	10,43%							
Passivo (8+9+10+11)		12.174.718,32	100,00%	13.286.578,52	100,00%	17.022.982,77	100,00%	18.878.794,90	100,00%	1.855.812,13	10,90%							
Fundos Próprios e Passivo		39.900.307,88		41.891.076,28		47.436.991,98		50.090.249,27		2.653.257,29	5,59%							



No gráfico seguinte é possível ver que nos últimos 7 anos a estrutura do Balanço, do Município de Arganil, não sofreu grandes alterações:



Nos gráficos e quadros seguintes podemos observar a evolução das Imobilizações Corpóreas e dos bens de domínio público, nos últimos 6 anos:

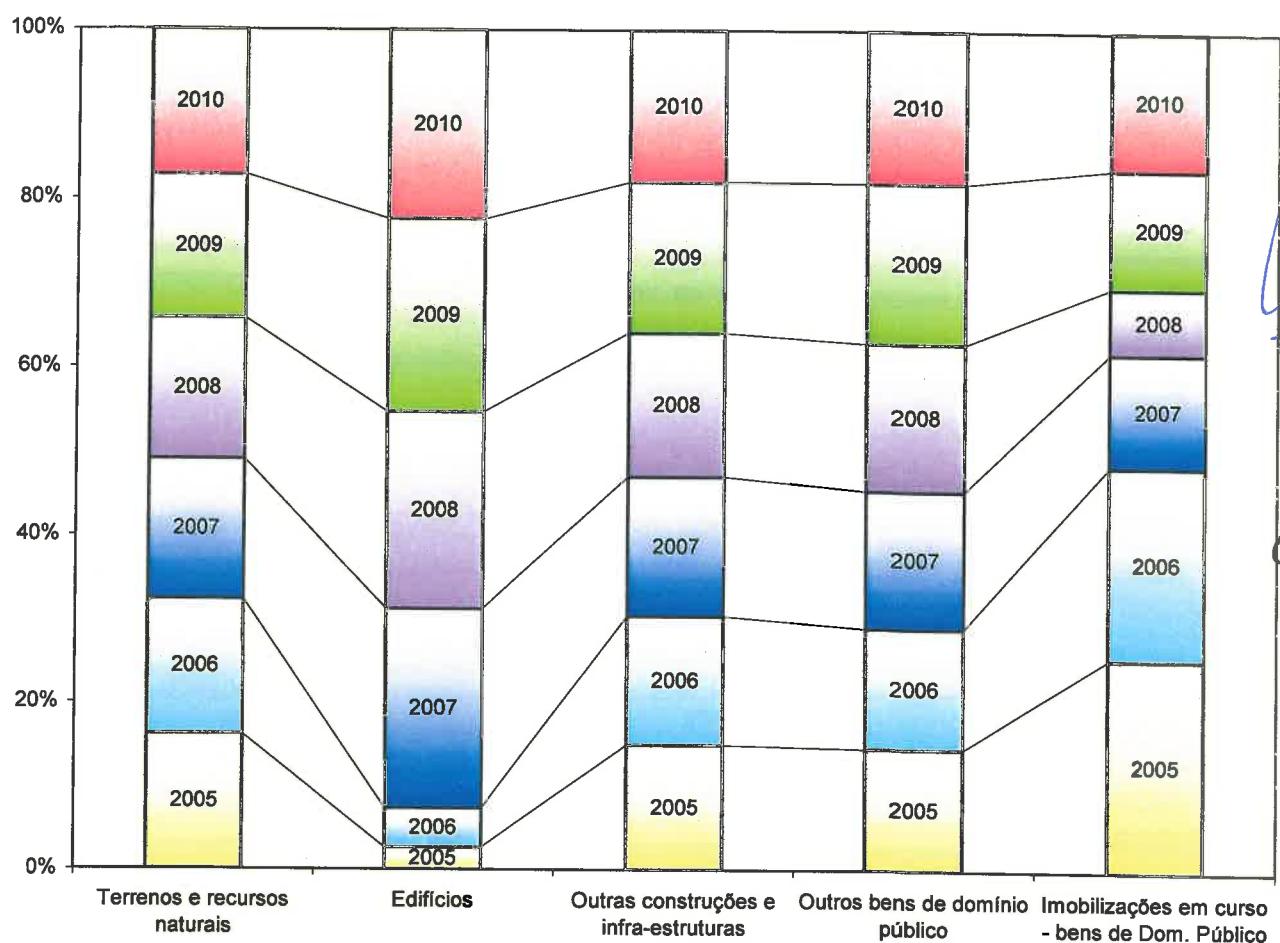


Evolução do investimento - Imobilizações Corpóreas							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Terrenos e recursos naturais	2.287.248,03	2.434.537,23	2.444.465,10	2.445.969,10	2.445.969,10	3.993.524,21	4.303.908,15
Edifícios e outras construções	11.518.822,12	12.757.260,15	13.993.779,48	13.996.062,54	15.167.639,33	16.294.485,68	15.806.463,87
Equipamento básico	553.153,00	463.727,31	361.147,96	261.380,80	310.727,52	318.773,14	355.817,30
Equipamento de transporte	607.287,73	565.302,13	661.195,69	614.923,27	569.941,43	587.735,96	487.983,21
Ferramentas e utensílios	587,39	5.734,25	6.667,91	11.141,92	20.084,73	18.644,81	12.897,89
Equipamento administrativo	216.957,68	286.219,76	197.103,92	152.927,39	103.233,65	60.957,89	34.877,48
Outras imobilizações corpóreas	1.747,37	1.528,10	1.308,83	1.089,58	876,66	663,76	813,42
Imobilizações em curso	206.309,55	1.033.298,78	73.476,06	265.235,57	366.838,10	738.353,18	2.664.935,25
Total	15.392.112,87	17.547.607,71	17.739.144,95	17.748.730,17	18.985.310,52	22.013.138,63	23.667.696,57

RPA
Alvarenga

RP
Alvarenga
Sobral
CJ
X
JL
JM

Evolução do Investimento - Bens de Domínio Público



Evolução do investimento - Bens de Domínio Público

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Terrenos e recursos naturais	558.623,94	565.925,94	565.925,94	583.925,94	583.925,94	596.296,11	601.140,92
Edifícios	2.078,65	2.052,00	3.723,70	18.647,71	18.342,93	17.927,52	17.512,11
Outras construções e infra-estruturas	2.814.792,30	3.254.808,11	3.358.290,82	3.610.514,46	3.719.806,93	3.889.713,16	3.913.818,85
Outros bens de domínio público	13.290.599,25	13.256.332,44	13.169.403,04	14.935.444,61	15.998.210,35	17.326.518,15	16.479.567,49
Imobilizações em curso - Bens de Dom. Público	3.327.021,83	3.013.877,22	2.732.513,66	1.600.296,46	921.859,86	1.668.806,91	1.930.497,87
Total	19.993.115,97	20.092.995,71	19.829.857,16	20.748.829,18	21.242.146,01	23.499.261,85	22.942.537,24

Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados constitui o mapa financeiro que apresenta os resultados económicos da actividade do Município durante o exercício. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respectiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.

A actividade desenvolvida ao longo do ano 2010 registou total de custos, no valor de 10.363.460,79€, e um total de proveitos no valor de 11.155.284,55€, que originaram um resultado líquido de 791.823,76€.

Resultados do Exercício				Variação	
Designação	2008	2009	2010	Valor	%
Resultados Operacionais	278.402,21	93.576,99	137.965,46	44.388,47	47,44%
Resultados Financeiros	490.250,13	907.028,11	798.190,90	-108.837,21	-12,00%
Resultados Correntes	768.652,34	1.000.605,10	936.156,36	-64.448,74	-6,44%
Resultado Líquido do Exercício	878.908,20	814.697,83	791.823,76	-22.874,07	-2,81%

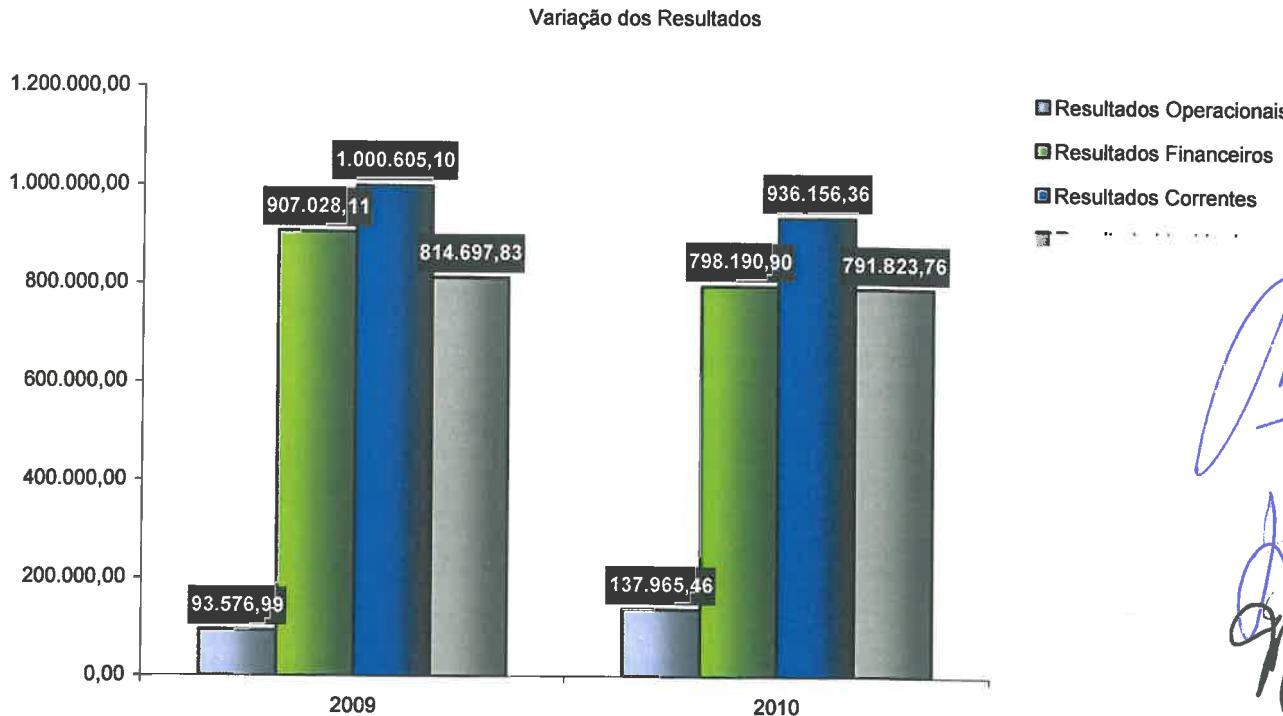
Os proveitos operacionais em 2010 continuam a ultrapassar os custos da mesma natureza, traduzindo-se num resultado operacional de 137.965,56€.

Os resultados financeiros verificaram uma diminuição relativamente a 2009, fruto da diminuição das receitas.

Os resultados extraordinários tiveram uma evolução negativa registando o valor negativo em 2010 de 144.332,60€.

O resultado líquido do exercício, como atrás já referido foi de 791.823,76€ que traduz a capacidade do município em gerar proveitos para fazer face aos seus custos.

O Resultado Líquido, em consequência das opções políticas seguidas pelo executivo, não está na forma de disponibilidades (Depósitos à Ordem ou Caixa), mas encontra-se traduzido em Investimento Autárquico.



Custos

À semelhança dos anos transactos, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município (não considerando as Amortizações do Exercício) foram os Custos com o Pessoal e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 34,34% e 26,95%, respectivamente.

A aplicação da contabilidade de custos permitiu aferir de forma real o valor do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no ano de 2009 que ascendeu a 201.936,53€.

A redução dos custos e perdas financeiras resulta da redução do capital em dívida.

Os custos e perdas extraordinárias verificaram uma redução em 2010 relativamente a 2009.

Proveitos

A actividade desenvolvida originou um total de proveitos de 11.155.284,55€, os quais decresceram 5,89% comparativamente a 2009.

A Venda e prestação de serviços representam 7% dos proveitos contabilizados e registaram um decréscimo de 2,32%.

Os trabalhos que o Município realizou para si mesmo, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito, e que se destinam ao seu imobilizado, encontram-se reflectidos na conta Proveitos para a Própria Entidade.

Dos proveitos operacionais destaca-se ainda o peso das transferências e subsídios obtidos, que representam 63,87% dos proveitos totais.

O valor dos Proveitos e Ganhos Financeiros cifrou-se em 582.887,59€, dos quais 949.615,10€ correspondem a rendimentos das concessões (EDP e Parques Eólicos).

O valor dos proveitos extraordinários representa 5,23% do total da estrutura dos proveitos.

Demonstração Resultados

Contas POCAL	Exercícios			
	2010		2009	
Custos e Perdas				
61 Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	0,00		0,00	
612 Mercadorias	201.936,53	201.936,53	241.388,70	241.388,70
616 Matérias	2.793.017,73		2.804.087,44	
62 Fornecimentos e serviços externos				
Custos com o pessoal:				
641+642 Remunerações	3.136.493,36		3.127.089,99	
643 a 648 Encargos sociais	629.841,85	6.559.352,94	680.399,45	6.611.576,88
63 Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações	460.754,26	460.754,26	536.413,60	536.413,60
66 Amortizações do exercício	2.198.601,66		2.160.152,30	
67 Provisões do exercício	28.226,49	2.226.828,15	0,00	2.160.152,30
65 Outros custos e perdas operacionais	58.326,07	58.326,07	53.079,74	53.079,74
(A)		9.507.197,95		9.602.611,22
68 Custos e perdas financeiras	129.042,65	129.042,65	144.392,38	144.392,38
(C)		9.636.240,60		9.747.003,60
69 Custos e perdas extraordinárias	727.220,19	727.220,19	1.291.924,34	1.291.924,34
(E)		10.363.460,79		11.038.927,94
88 Resultado líquido do exercício	0,00	791.823,76	0,00	814.697,83
		11.155.284,55		11.853.625,77
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de serviços:				
7111 Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
112+711 Vendas de produtos	363.516,78		364.784,25	
712 Prestações de serviços	349.657,27		351.986,93	
713 Outros Serviços	55.283,12		63.692,85	
715 Reembolsos e Restituições	-313,25		-914,51	
716 Anulações	-2.854,25		0,00	
714 Outras Receitas Correntes	22.895,03	788.184,70	27.345,51	806.895,03
72 Impostos e taxas	1.492.431,61		1.416.368,39	
Variação da produção	0,00		0,00	
75 Trabalhos para a própria entidade	239.400,16		408.064,62	
73 Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74 Transferências e subsídios obtidos	7.125.146,94		7.064.860,17	
76 Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	8.856.978,71	0,00	8.889.293,18
(B)		9.645.163,41		9.696.188,21
78 Proveitos e ganhos financeiros	927.233,55	927.233,55	1.051.420,49	1.051.420,49
(D)		10.572.396,96		10.747.608,70
79 Proveitos e ganhos extraordinários	582.887,59	582.887,59	1.106.017,07	1.106.017,07
(F)		11.155.284,55		11.853.625,77

Resumo:

Resultados Operacionais: (B)- (A)	137.965,46
Resultados Financeiros: (D-B)- (C-A)	798.190,90
Resultados Correntes: (D)- (C)	936.156,36
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	791.823,76

6. Aplicação de Resultados

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos Pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Activo Líquido, e a que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Deste modo propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2010 seja transferido para a conta 59 e depois aplicado da seguinte forma:

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	
Saldo conta 59	0,00
RLE 2010	791.823,76
Total	791.823,76
Reservas Legais 5%	39.591,19
Reforço de Património	752.232,57

7. Factos relevantes ocorridos após o exercício

De acordo com a alínea e) do ponto 13 do Decreto de Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, devem ser referidos no relatório de gestão factos importantes que tenham ocorrido após o termo do exercício.

No primeiro trimestre de 2011 não se verificou qualquer facto que pela sua relevância importe a este relatório.

REunião Q.
B
Sobro
S
D
M
OM

8 - Contabilidade de Custos

Dando cumprimento ao determinado no ponto 2.8.3 do POCAL, no ano de 2010 continuou-se a utilizar e a aprofundar o sistema de Contabilidade de Custos, o que permitiu apurar custos por funções, centros de responsabilidade e por bens e serviços.

Todos os custos do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos directos, indirectos e não incorporáveis. Dentro dos custos directos encontram-se os custos com Mão-de-Obra e Máquinas e Viaturas. Estes custos são previsionais, baseados em dados do ano anterior.

A Contabilidade de Custos permite apurar custos por bens e serviços e centros de responsabilidade; no entanto tal análise seria muito exaustiva pelo que se optou pela apresentação dos custos por Funções. No ano de 2010 optou-se por repartir os custos indirectos da função 111 – Serviços gerais da Administração Pública pelas restantes funções, pois estes são custos administrativos considerados custos indirectos das restantes funções.

Como podemos observar pela tabela e pelo gráfico seguintes, as Funções Sociais representam cerca de 41% dos custos do Município, de salientar a Educação com custos totais na ordem de um milhão e quinhentos e vinte e oito mil euros, o Saneamento com cerca de quatrocentos e noventa e dois mil euros, o Abastecimento de Água com perto de quinhentos e cinquenta e seis mil euros e os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos com cerca de seiscentos e trinta e cinco mil euros.

De seguida podemos realçar as Funções Económicas com cerca de 28% do total de custos, destas os custos com os Transportes Rodoviários registam um valor na ordem de um milhão e quatrocentos e trinta e sete mil euros, seguidos do Turismo com perto de seiscentos e noventa e um mil euros e a Industria e Energia com trezentos e oitenta e dois mil euros.

As Funções Gerais representam 20% dos custos, estando aqui incluídas as despesas inerentes à Administração Geral.

Por último temos as Outras Funções com cerca de 11%, este valor refere-se a Transferências entre Administrações na ordem dos novecentos e sessenta e três mil euros e as Operações de Dívida Autárquica com cerca de cento e vinte e seis mil euros, este valor refere-se a juros e outras despesas bancárias inerentes a empréstimos.

Relativamente ao ano anterior as funções onde existem maiores diferenças são:

- Turismo, os custos diminuíram em cento e cinquenta mil euros, destes oitenta mil euros dizem respeito às obras no Convento de Vila Cova, que foram realizadas em 2009; a não realização da Feira Medieval, que tinha tido um custo de treze mil euros, em 2009; e à diminuição do custo com a Iluminação de Natal.

RPA-hbz Q.

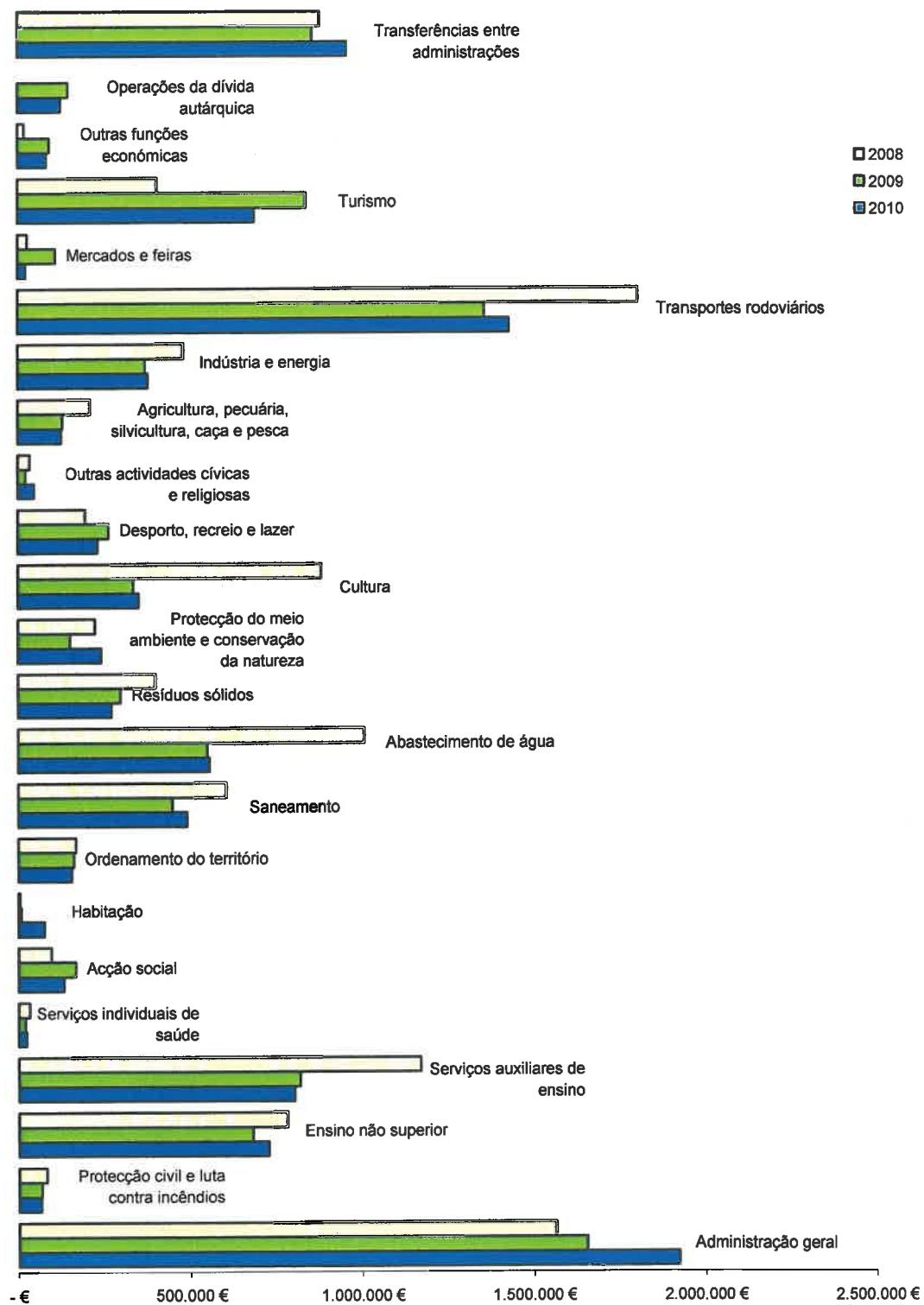
- Protecção do meio ambiente e conservação da natureza, os custos aumentaram cerca de noventa mil euros, destes quarenta e quatro mil euros são relativos a aumento dos custos com mão-de-obra directa e nove mil euros de aumento de custos com máquinas ou viaturas.

- Transferências entre administrações, os custos aumentaram cerca de cem mil euros, destes quarenta mil euros são relativos a aumento dos custos com mão-de-obra directa, relativo a funcionários que exercem funções nas Freguesias; também se registou um aumento do valor transferido para a Associação de Municípios da Beira Serra e para a Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Acor.

- Administração Geral, os custos aumentaram cerca de duzentos e setenta mil euros, este aumento resultou essencialmente de um aumento com os custos com os colaboradores em oitenta e cinco mil euros; do valor transferido para o Serviço Nacional de Saúde, com base no artigo 154.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril – Orçamento do Estado para 2010; de cerca de oitenta e sete mil euros; e um aumento dos custos com trabalhos especializados em trinta mil euros.

Funções 2010

	Custo por funções	%
1 Funções Gerais	1.987.368,57	20,00%
110 Serviços gerais de administração pública	1.922.420,97	19,34%
111 Administração geral	1.922.420,97	19,34%
120 Segurança e ordem públicas	64.947,60	0,65%
121 Protecção civil e luta contra incêndios	64.947,60	0,65%
2 Funções sociais	4.115.862,92	41,41%
210 Educação	1.528.332,28	15,38%
211 Ensino não superior	726.049,95	7,31%
212 Serviços auxiliares de ensino	802.282,33	8,07%
220 Saúde	22.323,18	0,22%
221 Serviços individuais de saúde	22.323,18	0,22%
230 Segurança social	132.781,59	1,34%
232 Acção social	132.781,59	1,34%
240 Habitação e serviços colectivos	1.796.813,36	18,08%
241 Habitação	75.419,53	0,76%
242 Ordenamento do território	156.214,54	1,57%
243 Saneamento	491.924,87	4,95%
244 Abastecimento de água	556.328,09	5,60%
245 Resíduos sólidos	273.597,65	2,75%
246 Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	243.328,68	2,45%
250 Serviços culturais, recreativos e religiosos	635.612,51	6,40%
251 Cultura	353.954,54	3,56%
252 Desporto, recreio e lazer	233.807,06	2,35%
253 Outras actividades cívicas e religiosas	47.850,91	0,48%
3 Funções económicas	2.746.348,19	27,63%
310 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	128.259,58	1,29%
320 Indústria e energia	382.207,29	3,85%
330 Transportes e comunicações	1.437.137,08	14,46%
331 Transportes rodoviários	1.437.137,08	14,46%
340 Comércio e turismo	713.624,89	7,18%
341 Mercados e feiras	22.707,87	0,23%
342 Turismo	690.917,02	6,95%
350 Outras funções económicas	85.119,35	0,86%
4 Outras funções	1.089.350,11	10,96%
410 Operações da dívida autárquica	126.356,88	1,27%
420 Transferências entre administrações	962.993,23	9,69%
Total	9.938.929,79	100,00%



9. Considerações Finais

O ano económico de 2010 terminou com um saldo de gerência de 992.392,75€, sendo 645.086,45€ correspondentes ao saldo de operações orçamentais e 347.306,30€ relativos a saldo de operações de tesouraria.

REALIZAR
P
J
SIS
DH
AP
JLH
OPN

